



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA UNESPAR-CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Licenciatura em Pedagogia	
ANO DE IMPLANTAÇÃO DESTE PPP	2023	
CAMPUS	Campo Mourão	
CENTRO DE ÁREA	Ciências Humanas e da Educação	
CARGA HORÁRIA	Em horas/relógio: 3.360	
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	4 anos	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	80	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input checked="" type="checkbox"/> Matutino	Número de vagas: 40
	<input type="checkbox"/> Vespertino	Número de vagas:
	<input checked="" type="checkbox"/> Noturno	Número de vagas: 40
	<input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

DE CRIAÇÃO DO CURSO: Lei municipal nº. 26/72 de 24/08/72.

DE 1ª AUTORIZAÇÃO DO CURSO: Decreto Presidencial nº. 73.982/74 de 24/04/74.

DE 1º RECONHECIMENTO DO CURSO: Decreto Presidencial nº. 78.579/76 de 14/10/76.

AUTORIZAÇÃO DA MATRIZ GENERALISTA: Parecer nº. 546/98 e Parecer nº. 420/99.

1º RECONHECIMENTO DA MATRIZ GENERALISTA: Parecer nº. 516/2003 e Resolução nº. 25/2003.

DE RECONHECIMENTO EM VIGOR DO CURSO: Resolução nº. 98/15 – SETI – 08/07/15 (Diário Oficial).

✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96.



- ✓ Parecer CNE/CP, nº. 009/2001.
- ✓ Resolução CNE/CP, nº. 1, de 15 de maio de 2006.
- ✓ Lei Federal de Estágio de Estudantes, Lei nº. 11.788/2008.
- ✓ Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Unespar, Resolução nº. 010/2015-CEPE/UNESPAR.
- ✓ Plano Nacional de Educação – 2014 a 2024.
- ✓ Diretriz Curricular Nacional para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, Parecer nº. 002/2015.
- ✓ Resolução nº. 002/2015-CNE/CP.
- ✓ Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Deliberação CEE-PR nº. 04/2006.
- ✓ Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, Parecer CEE/CES – PR nº. 23/2011.
- ✓ Normas estaduais para a Educação Ambiental, Deliberação CEE/PR nº. 04/2013.
- ✓ Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos, Deliberação CEE/PR nº. 02/2015.
- ✓ Procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, Resolução CES/CNE nº. 3, de 02 de julho de 2007.
- ✓ Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR, Resolução nº. 038/2020-CEPE-UNESPAR.
- ✓ Orientação conjunta PROEC-PROGRAD-curricularização de extensão, Instrução Normativa Conjunta nº. 01/2021-PROEC-PROGRAD.

2.1 Histórico da UNESPAR e do Curso de Pedagogia

A atual Universidade do Estado do Paraná – UNESPAR foi criada com a Lei nº. 13.283/2001 de 25 de outubro de 2001, com a junção de sete faculdades estaduais e dentre as quais a localizada no município de Campo Mourão, chamada de Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM. Esta, por sua vez, foi criada como Fundação Superior de Ensino de Campo Mourão – FUNDESCAM, pela Lei Municipal nº. 26/1972, de 24 de abril de 1972, autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº. 73.982/1974, de 24 de abril de 1974, alterada pela Lei Municipal nº. 191/1978, de 24 de abril de 1978. Em 1987 a Fundação foi transformada em entidade Estadual de Ensino Superior pela Lei nº. 8.645/1987, e regulamentada pelo Decreto nº. 398/1987, de 27 de abril de 1987, quando passou a denominar-se FECILCAM¹. A partir de então, se transformou em uma

¹ As informações acerca das legislações de formação da FECILCAM e do curso de Pedagogia na instituição foram retiradas do Projeto Político Pedagógico do Curso do ano de 2007 em virtude de não ser possível localizar alguns dos documentos de lei citados no decorrer deste histórico.



autarquia educacional mantida pelo Governo do Estado do Paraná conforme o Decreto-Lei nº. 9.663/1991, de 16 de julho de 1991.

A formação definitiva da UNESPAR foi finalizada pela Lei nº. 17.590/2013 sob a publicação nº. 8.976/2013, de 12 de junho de 2013, no Diário Oficial do Estado do Paraná. Compõem a UNESPAR as seguintes autarquias: Escola de Música e Belas Artes do Paraná – EMBAP; a Faculdade de Artes do Paraná – FAP; a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM; a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana – FECEA; a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba – FAFIPA; a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – FAFIUUV.

A Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê, incluída pela Lei nº. 17.590/2013, está ligada pedagogicamente à UNESPAR, entretanto, não se constitui um campus, pois, é regida por legislação específica à formação militar.

Da criação da FECILCAM até 1982, a instituição ofereceu apenas licenciaturas de curta duração. A partir de 1983, foi iniciada a oferta dos cursos em forma de Licenciatura Plena. O curso de Pedagogia teve início de oferta em 1974, e foi autorizado pela Portaria Ministerial nº. 70/1983, de 17 de fevereiro de 1983. A partir desse ano a formação de pedagogos passou a ser organizada em habilitações, Administração Escolar e Orientação Educacional.

No final da década de 1980 e início de 1990, a instituição passou por reformulações nas matrizes curriculares dos cursos na tentativa de adequá-los às necessidades do período. Até 1997 havia a garantia de uma matriz curricular que previa um núcleo comum de formação acadêmica nos dois primeiros anos de graduação e, a partir do terceiro ano, havia programas específicos para as habilitações oferecidas.

Os debates de reformulação do curso foram retomados mais uma vez em 1994, quando culminou na organização do curso “Ciência e Cidadania” e “Estudos para mestrado em Ethos Ciência”, sob a coordenação do professor Adriano Nogueira, em convênio com a UNICAMP. O projeto foi desenvolvido entre os meses de janeiro e dezembro de 1996.

No ano de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº. 9.394/1996, surgem novos debates acerca da formação de professores no Brasil, o que culminou na mudança do curso. A ênfase que se delineava a partir daquele momento era a de um profissional de educação que, além “[...] administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica” como consta no Art. 64 da referida LDBEN, Lei nº. 9.394/1996, fosse capacitado também para a ação docente.

Até o ano de 1997 o curso de Pedagogia da UNESPAR – antiga FECILCAM – contava com um total aproximado de 230 alunos entre as turmas do diurno e do noturno. Para a turma do diurno era ofertada apenas a habilitação em Orientação Educacional, enquanto, para a turma do noturno, ambas as habilitações eram disponibilizadas: Orientação Educacional e Administração Escolar.



Foi a partir desse contexto que se chegou à formulação de uma nova proposta de formação apresentada no Projeto Político Pedagógico de 1998. As decisões assumidas naquele processo de reestruturação de curso foram fundamentadas nos documentos nacionais oriundos dos fóruns e congressos, tais como: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Centros de Estudos Educação e Sociedade – CEDES e Fóruns Paranaenses de Pedagogia. A formulação da nova proposta contou com os princípios democráticos do trabalho coletivo por meio de grupos de estudos, debates e seminários com os professores, os acadêmicos, os egressos e a comunidade regional.

O Pedagogo formado a partir de então estaria habilitado a atuar na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos, no Planejamento e Organização de espaços de educação escolar e educação não escolar. Ao implantar essa matriz curricular, progressivamente, as habilitações em Orientação Educacional e Administração Escolar foram extintas em três anos.

Com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia através da Resolução CNE/CP nº. 01/2006, o curso passou por adequações na carga horária de formação teórico-prática da matriz curricular, nos estágios obrigatórios, nas atividades acadêmicas complementares. Nesse momento foi criada a disciplina de Libras e incluído nas ementas das disciplinas conteúdos como: gênero, história e cultura africana e indígena, meio ambiente, legislação sobre a criança e adolescente.

Além dos elementos apresentados, as Diretrizes para a formação do pedagogo, indicavam em seu Art. 5º, inciso XII, que o egresso do curso deveria estar apto para participar da gestão da escola, contribuindo para elaboração, implementação e acompanhamento do projeto político pedagógico. O que se preconizou, a partir de meados da primeira década do século XXI, foi que esse profissional tivesse formação unitária, que os aspectos de docência e de gestão fossem integrados em sua formação, de maneira que pudesse atuar em qualquer área de sua formação.

Entende-se que a superação da fragmentação do trabalho do Pedagogo preconizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, sob a Resolução CNE/CP nº. 001/2006, de 15 de maio de 2006, foi atendida pelo curso desde o final dos anos de 1990, pois os profissionais atuantes no curso sempre participaram dos fóruns e congressos sobre a formação do pedagogo, refletindo no Projeto Político Pedagógico as concepções de formação de um profissional com sólida formação teórica e metodológica, com possibilidades de atuação tanto na docência quanto na gestão das escolas, e também em outros ambientes não escolares que exijam a intervenção didático-pedagógica.

Em 2009 o curso de Pedagogia passou pelo processo de renovação de seu reconhecimento, como consta no Parecer CES/CEE-PR nº. 71/2009, publicado pelo Decreto Estadual nº. 6.129/2010, de 20 de janeiro de 2010. Ainda no mesmo ano, o Decreto Estadual nº. 6.478/2010, de 15 de março



de 2010, autorizou a renovação do curso de Pedagogia com 3.246 horas por 5 anos e revogou o decreto anterior. Já em 2011, uma nova aprovação de mudança de carga horária foi efetivada pelo Decreto do CEE nº. 1.209/2011, de 03 de maio de 2011. O último processo de renovação do curso ocorreu em 2015, pelo Parecer CEE/CES nº. 14/2015, aprovado em 27 de março de 2015.

Em 2015, sob a Resolução MEC/CNE/CP nº. 002 de 01 de julho, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, surgiu a necessidade de organização da formação de docentes.

A nova Resolução apontou para a necessidade de projetos pedagógicos de cursos que promovessem o redesenho curricular da formação docente, de maneira a promover a integração entre teoria e prática (Art. 2º, inciso XII) e a capacitação para o trabalho com a gestão educacional (Art. 2º, inciso XIV). Ressalta-se que embora o referido documento não considere a Gestão Democrática como princípio para a formação docente, a reestruturação e organização curricular proposta compreende a necessidade de manutenção deste dispositivo constitucional de maneira a assegurar igualdade, autonomia e participação de professores, acadêmicos e comunidade universitária, em um processo democrático de consolidação de universidade pública, uma vez que a consolidação da UNESPAR, bem como do debate de reformulação do curso de Pedagogia, parte do trabalho coletivo e participativo.

Com a criação da UNESPAR e a coexistência do curso de Pedagogia nos campi de Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória, com vistas à possibilidade de estruturar uma matriz curricular com elementos comuns para os campi da UNESPAR, fundamentados nos documentos nacionais mencionados anteriormente, apresentou-se a necessidade de estruturar novamente os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP também nominados de Projetos Pedagógicos de Curso – PPC.

Tem-se uma nova oportunidade de discussão e de reflexão sobre a formação oferecida ao pedagogo, em relação aos campos de atuação e aos desafios do profissional, bem como a possibilidade de diálogo e conhecimento de novas experiências dos demais campi.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA JUSTIFICATIVA

As décadas de 1980 e 1990 se constituíram em marco histórico das grandes mudanças internacionais e nacionais nos campos da política, da economia, da sociedade, da cultura, e principalmente, nos campos das ciências e tecnologias. Estas mudanças foram e são significativas para o campo da educação dos sujeitos, e por esta razão muitos movimentos internacionais e nacionais resultaram em conferências mundiais e nacionais que orientaram/orientam, no caso brasileiro, a definição das políticas de Estado e de governos para a Educação.



A presente reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNESPAR/Campus de Campo Mourão, está embasada nas seguintes Leis, Resoluções e Pareceres:

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96.
- b) Diretrizes Curriculares Nacionais, CNE/CP nº. 05, de 20 de dezembro de 2005.
- c) Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura, instituídas pela Resolução CNE/CP nº. 1 aprovada em 15 de maio de 2006.
- d) Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Ordinária de 26 de junho de 2014, prevista no artigo 214 da Constituição Federal.
- e) Parecer CNE/CP nº. 2 de 9 de junho de 2015.

Com base nos parâmetros legais, os professores da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/Campus de Campo Mourão, elaboraram o Projeto Político Pedagógico e a Matriz Curricular para o Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura e, em 2007, e promoveram sua implantação com uma nova configuração para a formação do profissional pedagogo.

O processo de elaboração deste documento decorreu, sem dúvida, de um amplo debate entre os educadores e o amadurecimento de uma proposta para o Curso de Pedagogia que fosse além das proposições legais acerca da função do pedagogo, priorizou a formação inicial para a construção de identidades profissionais. Adotou-se o modelo de pedagogia generalista, com o objetivo de formar o pedagogo para trabalhar na totalidade dos campos de atuação definidos pelas DCNP/2005 e pela Resolução/2006. Desde a implantação do Projeto Político Pedagógico de 2007, o Curso de Pedagogia Licenciatura da UNESPAR/Campus de Campo Mourão corresponde às necessidades postas pela realidade da macro e da microrregião de Campo Mourão quanto à formação deste profissional da Educação.

As decisões tomadas em relação a esta (re)formulação decorreram de reuniões de colegiado, de grupos de estudos, debates e seminários com os acadêmicos e egressos do curso de Pedagogia, além da participação da comunidade local e regional.

A formação do profissional pedagogo-docente então proposta, objetivou resgatar o trabalho pedagógico na sua totalidade, na dimensão da formação docente para a Educação Infantil, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Alfabetização de Jovens e Adultos, matérias pedagógicas do Ensino Médio na modalidade de Magistério e do Pedagogo para Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar, sem a anterior fragmentação reducionista.

Com este novo desenho curricular, pretende-se trabalhar na perspectiva das inter-relações existentes entre as diversas funções sociais do educador, na ação e na reflexão, e na prática das decisões coletivas para a formulação da Gestão Democrática, com a participação de docentes, alunos, funcionários e comunidade.



Atualmente, o Curso de Pedagogia, visa o atendimento das necessidades apresentadas pelo contexto histórico de estruturação da recém-criada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, que assumiu a característica de Universidade Multicampi, está em processo de discussões propositivas a unificação das Matrizes Curriculares dos cursos de graduação.

A UNESPAR encontra-se em momento de revisão da organização institucional de seus cursos de graduação, de pós-graduação “Lato Sensu” e a implantação de cursos “Stricto Sensu” em mestrado e doutorado. Além destes, há proposição de (re)organização dos projetos de pesquisas, de extensão e de programas específicos que envolvem as comunidades, visando à otimização do tripé ensino, pesquisa e extensão, como consta nos documentos:

- a) Reformulação do Projeto Político-Pedagógico de cada campus para a devida adequação à realidade de Universidade;
- b) Discussão e reformulação curricular de todos os cursos, para atender as novas orientações acadêmicas e pedagógicas;
- c) Implantação de um sistema de avaliação institucional que integre toda a Universidade (GTR-PDI-UNESPAR, 2011, p. 31).

Para estruturação administrativo-pedagógicas, consta que:

[...] os cursos de graduação atualmente ofertados pela UNESPAR fossem agrupados em áreas do conhecimento tendo como referência a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq: Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e da Educação, Ciências da Saúde e Ciências Exatas e Biológicas, com adequações ao processo administrativo de cada *campus* (GTR-PDI-UNESPAR, 2011, p. 34).

No que se refere à institucionalização, defende-se que:

[...] a política de responsabilidade social na UNESPAR perpassa o conceito de instituição pública, gratuita e de qualidade, cuja **identidade** se caracteriza pelo compromisso social, os valores de liberdade, justiça social, cidadania, educação, responsabilidade, integração, pluralidade e ética. Nessa perspectiva a UNESPAR busca um planejamento de ações com vistas à promoção da inclusão social, desenvolvimento humano, social e integral, desenvolvimento econômico, respeito ao meio ambiente e à cultura (GTR-PDI-UNESPAR, 2011, p. 43, grifo nosso).

A nova configuração de identidade institucional da UNESPAR deflagra a necessidade de (re)pensar e (re)estruturar a organização, tanto do ponto de vista administrativo quanto do ensino, pesquisa e extensão. Assim, todos os cursos ofertados, necessariamente, terão que ser (re)pensados



e (re)organizados. Desta forma, o Projeto Político Pedagógico de cada curso de graduação deverá ser reformulado para adequação à nova realidade de universidade.

Concomitante ao processo de universidade e unificação de matrizes curriculares dos cursos de graduação da UNESPAR, foram aprovados o Parecer CNE/CP nº. 2, de 9 de junho de 2015, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação publicado no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2015 e, a Resolução CNE/CP nº. 2 de 1º de julho de 2015, que normatizam e orientam a (re)organização dos cursos de graduações em licenciatura para a formação específica de professores para atendimento às demandas da Educação Básica.

Atendendo às especificidades de unificação das matrizes curriculares da UNESPAR, e cumprindo com as novas deliberações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº. 2, de 9 de junho de 2015, justifica-se a adequação e (re)formulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciaturas da UNESPAR/Campus de Campo Mourão, conforme delibera o documento:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar (RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 2/2015, p. 4).

Devido a nova Resolução CNE/CP nº. 2/2015 e a constituição da nova UNESPAR/Campus de Campo Mourão, tem-se, mais uma vez, a necessidade de reformulação do Projeto Político Pedagógico visando a aproximação das matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia dos campi da UNESPAR. Estas formulações legais devem estar ainda em acordo com as Metas descritas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que apresenta como demandas para a educação escolar na Educação Infantil (Meta 1):

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE. (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>).

Em relação ao Ensino Fundamental determina (Meta 2): “Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>).



Para o Ensino Médio destaca-se a necessidade de (Meta 3) “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%” (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>). Para a efetivação das políticas de Inclusão propõe Educação Especial Inclusiva (Meta 4):

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>).

Quanto à alfabetização a proposta é de (Meta 5) “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental” (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>). O Observatório do PNE em linhas gerais pretende também promover a garantia dos direitos a educação escolar básica com ampliação de serviços como (Educação Integral, Meta 6; Aprendizado Adequado na Idade Certa, Meta 7; Escolaridade Média, Meta 8; Alfabetização e Alfabetismo funcional de Jovens e adultos, Meta 9; EJA Integrada a Formação Profissional, Meta 10; Educação Profissional, Meta 11):

- Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos(as) da Educação Básica.
- Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb.
- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
- Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>)

Em relação aos profissionais da educação, pretende-se desenvolver ações voltadas ao Ensino Superior, Meta 12; Titulação de Professores da Educação Superior, Meta 13; Pós-Graduação, Meta 14; Formação de Professores, Meta 15; Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores, Meta 16; Valorização dos Professores, Meta 17 e; Plano de Carreira Docente, Meta 18):



- Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
- Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.
- Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
- Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
- Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
- Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.
- Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>).

O Observatório do PNE finaliza o seu Plano de Metas enfatizando ações importantes para o cumprimento das 20 Metas estabelecidas para a garantia de uma educação de qualidade a necessidade de Gestão Democrática, Meta 19 e o Financiamento da Educação, Meta 20.

- Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
- Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio. (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

Considera-se que o rol de proposições institucionais descritas nesta justificativa de adequações do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNESPAR/Campus de Campo Mourão, está em acordo com a concepção de Educação Básica que baliza todas as proposições e ações que se tem pretendido pelas redes de ensino no nível de Educação Básica como de Ensino Superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, ampliou o conceito de Educação Básica, antes restrito ao ensino de primeiro grau. A partir de então, considerou como básica para a formação do cidadão o Ensino Fundamental de Nove Anos contínuo obrigatório e a progressiva obrigatoriedade da educação média com três anos duração.



De acordo com a LDBEN, Lei nº. 9.394/96, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” e com base nesta prerrogativa assim determina que:

a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, Lei nº. 9.394/96).

A UNESPAR/Campus de Campo Mourão, como anteriormente afirmado, situa-se como um dos Campi da Universidade Estadual do Paraná cujo modelo é de Instituição de Ensino Superior Multicampi, que impõe na continuidade de sua estruturação, uma possível unificação de matrizes curriculares para os cursos de graduação existentes. Esta proposição, além de atender aos aspectos da especificidade de cada Campus, deve adequar os Projetos Pedagógicos dos Cursos às deliberações das legislações em vigor, assim, justifica-se as adequações empreendidas neste Projeto Pedagógico para o Curso de Pedagogia.

4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

- **Princípios Norteadores**

Princípios constituem-se como postulados gerais dos quais se emanam os preceitos que norteiam as leis, orientam todo o processo educacional e define o sujeito que se deseja educar e para qual sociedade. São guias para definir as ações pedagógicas. Dessa forma, definir o que se entende como função da escola, como função do professor e como desenvolvimento humano contribuirá com proposição curricular que se deseja para o curso.

Parte-se do pressuposto de que a função principal da escola é socializar o conhecimento, produzido historicamente e explicitado nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, é incumbência do professor o domínio do conhecimento, bem como dos meios para ensiná-lo. Entende-se ainda que, ao ensinar o conhecimento, o professor tem também a possibilidade de problematizar valores, visões de mundo, relações de poder, podendo assim ensinar a “pensar certo” (FREIRE, 2011).

Compreende-se que o processo educacional não ocorre somente no meio escolar formal, porém ao tratar da proposta curricular de um curso de formação de professores, se detém a tratar da aquisição do conhecimento sistematizado. A tarefa da escola como uma instância privilegiada de transmissão de conhecimentos, está intimamente ligada à compreensão de que a apropriação de



conceitos contribui para o desenvolvimento humano Vygotsky (2004a, 2005), Leontiev (1978) e para a democratização e desenvolvimento da sociedade Saviani (2008a, 2008b). Principalmente nas várias etapas da Educação Básica, que são áreas de atuação do pedagogo(a) na docência e na gestão: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na organização do trabalho pedagógico dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 2016). Assim a relação entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento são conteúdos indispensáveis na formação do pedagogo(a) e são pressupostos presentes também nas propostas curriculares das redes estaduais e municipais do Brasil.

Ao se definir com clareza esses princípios norteadores, eles coincidem para a atuação e compromisso tanto dos docentes do próprio curso, quanto para os graduandos em formação inicial que serão os novos educadores da escola básica.

Os conteúdos que contribuem para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores são conceitos teóricos, materializados em complexos sistemas simbólicos citados por Vygotsk (2004b): linguagem, diferentes formas de numeração e cálculo, o simbolismo algébrico, as obras de arte, a escrita, os diagramas, os mapas, os desenhos e todos os tipos de signos convencionais que podem expressar e comunicar os conhecimentos produzidos historicamente.

Esses signos atuam como mediadores culturais entre o mundo e os sujeitos e contribuem para a ampliação da compreensão e atuação na realidade, permitem que as análises e sínteses não fiquem somente no nível empírico das aparências, e sim se ampliem para a essência, ou compreensão científica, filosófica e artística do mundo. Ao contribuir com o desenvolvimento das funções psíquicas, contribuía-se para a capacidade de criação e atuação planejada do sujeito, preparando-o para os desafios da contemporaneidade.

Os conteúdos clássicos das várias ciências, bem como as metodologias que orientem uma práxis organizada intencionalmente para promoção da aprendizagem, devem compor o currículo de formação dos professores pedagogos na graduação para que efetivem sólida formação teórica e contribuam na formação de crianças e jovens das diversas camadas sociais, diferentes pertencimentos étnicos, culturais e de gênero que adentram à escola básica.

- **Trabalho pedagógico como base da formação**

O trabalho pedagógico deve ser o eixo da formação do pedagogo, considerando os diferentes espaços de atuação. Implica considerar a docência, base da identidade e da ação do profissional da educação, não limitada à aplicação de métodos e técnicas, mas como resultado de um trabalho crítico-reflexivo, intencional e metódico (Res. CNE/CP nº. 01/2006). Para tanto, é fundamental ao pedagogo um conhecimento teórico-metodológico sólido e interdisciplinar, de conteúdos pedagógicos e específicos, bem como a compreensão da complexidade e da dinâmica dos espaços e processos



educativos. Ademais, cabe ressaltar que o trabalho pedagógico deve se dar sempre articulado ao contexto mais amplo, considerando os aspectos históricos, sociais, culturais, entre outros. Nesse sentido, ao adotar o trabalho pedagógico como eixo da formação, torna-se fundamental ao pedagogo o conhecimento das especificidades dos campos de atuação e das realidades local, regional, nacional e internacional.

As DCN-Pedagogia ampliam o horizonte da atuação do pedagogo para os espaços escolares e não escolares, prevê uma formação que deve integrar a docência, a gestão e a produção do conhecimento na área de Educação (Parecer CNE/CP nº. 05/2005). Outro elemento importante dado pelas DCN-Pedagogia é a compreensão do trabalho pedagógico como eixo da formação e da atuação do pedagogo, que implica ação crítico-reflexiva articulada aos aspectos históricos, sociais e culturais do contexto em que se efetiva. A docência, assim, não é compreendida como aplicação e reprodução de métodos e técnicas por parte do pedagogo, mas como “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas” (Res. CNE/CP nº. 01/2006, Art. 2º, § 1º).

Ainda conforme as DCN-Pedagogia, devem ser considerados centrais na formação do futuro pedagogo: o conhecimento da escola como organização complexa, cuja função passa pela promoção da educação na/para a cidadania; a produção e a aplicação de conhecimentos, por meio de pesquisa, de interesse da área educacional; a participação na gestão dos processos educativos e em sistemas e instituições de ensino (Res. CNE/CP nº. 01/2006, Art. 3º). Evidencia-se, assim, a relevância de uma formação teórica sólida, embasada nos diferentes campos do conhecimento que se articulam ao campo específico da Pedagogia, em uma perspectiva integradora e interdisciplinar. Cabe também ressaltar a concepção de Gestão Democrática da educação que embasa das referidas Diretrizes, e que contribui para a superação de uma visão fragmentada – dada pelas antigas habilitações que estruturavam os Cursos de Pedagogia –, que atribuíam ao especialista o trabalho hierárquico e burocrático da administração educacional.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024, disposto na Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014) consiste igualmente em um documento relevante para a formação do pedagogo na atualidade. Com periodicidade decenal e transformado em exigência constitucional, o PNE apresenta-se com o propósito de servir de base para a elaboração dos Planos de Educação das diferentes esferas federativas, além de ser considerado o documento articulador do Sistema Nacional de Educação, atendendo inclusive a demandas levantadas nas Conferências Nacionais de Educação – CONEB e CONAE, realizadas respectivamente em 2008 e 2010 (SCHEIBE, 2010; BRASIL, 2014; DOURADO, 2015).

Na esteira do que já previam as DCN-Pedagogia na década anterior, as novas Diretrizes apresentam uma concepção embasada na formação teórica sólida e interdisciplinar, na indissociabilidade entre teoria e prática, na pesquisa como eixo nucleador e na Gestão Democrática.

O documento prevê ainda que os Cursos em Nível Superior para a formação inicial do magistério da Educação Básica devem prever carga horária de no mínimo 3.200 horas, distribuídas em: 400 horas de prática como componente curricular; 400 horas de estágio supervisionado; 2.200 horas de atividades formativas; e 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (Res. CNE nº. 2/2015, Art. 13, § 1º). Ademais, a formação inicial deve ser estruturada a partir de três núcleos:

- Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
- Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos;
- Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular (Res. CNE n. 2/2015, Art. 12).

Para além da observância das bases legais e das políticas educacionais que orientam a formação do profissional da Educação Básica, a Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia deve considerar, ainda, os desafios enfrentados pelos professores em exercício e pela formação em licenciatura na atualidade. Conforme dados do INEP (2013), o Brasil possui mais de 25% dos docentes que já atuam na Educação Básica sem a formação em nível superior, o que por si só já denota um longo caminho a ser percorrido. Cabe destacar que, do total de 2.141.676 docentes, 0,1% não concluiu o Ensino Fundamental e 0,2 possuem apenas o Ensino Fundamental completo.

Quanto à formação de professores em nível superior, uma das preocupações que tem chamado a atenção é a baixa procura pelas licenciaturas – inclusive a Pedagogia –, expressos na demanda (número de candidatos por vaga) no ingresso junto às Instituições de Ensino Superior de todo o país. Em paralelo, registram-se, também, elevadas taxas de evasão dos licenciandos no Ensino Superior, motivados por fatores como repetências sucessivas nos primeiros anos; carência de recursos por parte dos estudantes e necessidade de conciliar trabalho e estudo; falta de informações sobre a carreira e decepção com o curso superior; dificuldades de adaptação à vida universitária (SILVA FILHO *et al.*, 2007; MENIN *et al.*, 2009; BAGGI; LOPES, 2011). Afirma-se que parte da problemática está relacionada à falta de investimentos em educação, às condições de trabalho nas escolas, aos baixos salários dos professores e, conseqüentemente, à pouca valorização que vem sendo socialmente associada à carreira docente. Em geral, os professores da Educação Básica – considerados muitas vezes malformados e pouco comprometidos – são responsabilizados pelo baixo desempenho dos estudantes nos exames nacionais e internacionais (SCHEIBE, 2010).

Em paralelo, considera-se necessário conhecer o perfil, os interesses e as expectativas dos estudantes de licenciatura, uma vez que diferentes estudos indicam que tais características dos



estudantes estão diretamente relacionadas às aprendizagens durante a formação inicial e a atuação profissional que se efetiva posteriormente (BRITO, 2007; GATTI, 2010).

- **Indissociabilidade entre teoria e prática e concepção de estágio**

A articulação e a indissociabilidade entre teoria e prática, que conduz a práxis no trabalho pedagógico, é outro princípio norteador do Curso de Pedagogia. Esta preocupação aparece tematizada por autores em diferentes perspectivas. Para Freire (2005, 2011), por exemplo, a práxis fundamenta a ação e a educação transformadoras, e está relacionada à reflexão crítica e ao diálogo, que se tornam exigência na relação entre teoria e prática docente. Em outra abordagem, Morin (2005) trata igualmente a práxis, enfatizando o elo necessário entre teoria e prática – ou o método –, que só se efetiva a partir da atividade mental, da intervenção do sujeito. Não se trata, portanto, de pensar a teoria como um programa, e a prática como técnica, mas de valorizar a estratégia, a iniciativa e a invenção que alimentam a recorrente relação entre prática/método e teoria. Já para a perspectiva do materialismo dialético, Lefebvre (1968), Kosik (2010) e Sánchez Vázquez (2007), a práxis refere-se à unidade dialética entre teoria e prática, corresponde a ação humana que transforma a realidade. Não se trata, portanto, de qualquer ação, mas daquela consciente da teoria que a orienta. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma a natureza por meio da sua ação, transforma-se a si mesmo e aos demais seres humanos.

Isso significa que a formação teórica e o domínio dos conhecimentos científicos não se dão desvinculados da realidade de atuação do pedagogo e, ainda, das práticas de pesquisa e intervenção, como caminhos para a produção de conhecimento no campo educacional. Nesse sentido, o Curso de Pedagogia deve promover a inserção dos estudantes, ao longo de sua formação, nas instituições de Educação Básica da rede pública de ensino – lócus privilegiado da práxis docente (Res. CNE nº. 02/2015) – e em outros espaços educativos, visa intensificar o diálogo e as parcerias com tais instituições. O Estágio Supervisionado e outras atividades práticas devem, portanto, assumir a função integradora de saberes no processo formativo.

A concepção de estágio adotada supera a compreensão de polo prático do curso, imitação de modelos ou espaço de instrumentalização técnica, compreenderá a realidade na qual atuará, escolar e não escolar, como campo de observação, pesquisa e atuação, configurando a *práxis* (PIMENTA; LIMA, 2012).

- **Busca pela transformação social e superação de desigualdades**

Refletir acerca da função social das instituições educativas e a ação de educadores frente à busca pela transformação social e a superação de desigualdades é também um dos princípios

norteadores desta proposta. O próprio Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), conforme citado, prevê metas que propõem a valorização da diversidade, ao mesmo tempo em que buscam a equidade e a superação das desigualdades no que tange à escolarização e a aprendizagem. Assim, discussões vinculadas a formação ética, inclusão e direitos humanos, assim como a problematização das relações de exploração, relações de poder e as desigualdades que marcam a sociedade devem estar no horizonte da formação proporcionada pelo Curso de Pedagogia. Ademais, a superação das desigualdades deve também ser pensada do ponto de vista da formação dos professores. A este respeito, os princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica preveem “a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais” (Res. CNE nº. 02/2015, p. 4). Igualmente, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) apresenta um conjunto de metas específicas voltadas à redução das desigualdades na formação docente, algumas delas (Metas 16 e 17) almejam a formação em nível de pós-graduação de cinquenta por cento dos professores da Educação Básica até o último ano de vigência do plano, e, ainda, a valorização dos (as) profissionais do magistério da rede pública. Para a superação da desigualdade, é preciso que o curso de Pedagogia, atenda a diversidade nacional e autonomia pedagógica, promova o estudo da literatura pertinente para a reflexão e a ação crítica nas mais diferentes modalidades que intervêm (Res. CNE/CP nº. 01/2006).

- **Gestão Democrática**

A Gestão Democrática do ensino público é um princípio da educação nacional, tendo suas bases na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 206, Inciso VI. Refere-se, segundo Cury (2007), ao processo participativo e de diálogo das instituições escolares públicas com a comunidade educacional, para que se concretize um projeto pedagógico que legitime a participação de profissionais compromissados e cidadãos ativos.

O princípio de gestão democrática no ensino é também preconizado pela LDBEN, em seu Artigo 3º, Inciso VIII. Esta mesma legislação estabelece, ainda, que os sistemas de ensino da Educação Básica do país devem definir as normas de gestão democrática em sintonia com suas especificidades, é necessário contemplar tanto a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola, quanto a participação da comunidade em conselhos escolares (Art. 14, Incisos I e II). Em relação à gestão democrática no âmbito do Ensino Superior (Art. 56), deve-se assegurar a participação da comunidade interna e externa à instituição de ensino, por meio de órgãos colegiados deliberativos.

Em consideração a legislação mais recente, especialmente daquela voltada para a formação de professores, encontra-se a gestão democrática também como um dos princípios norteadores da formação inicial do Magistério da Educação Básica em nível Superior (Res. CNE n. 02/2015). Ainda



segundo as DCN-Pedagogia, este mesmo princípio deve orientar e se fazer presente nos espaços escolares e não escolares (Res. CNE/CP nº. 01/2006).

Por fim, cabe destaque ao Plano Nacional de Educação, que contempla igualmente a gestão democrática, compreendida como “espaço de construção coletiva e deliberação, deve ser assumida como dinâmica que favorece a melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento das políticas educacionais” (BRASIL, 2014). Em sua Meta 19, o Plano propõe assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, no âmbito das escolas públicas.

Como se pode verificar, ao menos no que concerne a legislação na qual se apoia a educação nacional e a formação de professores, a Gestão Democrática se constitui como um valor já consagrado. No entanto, há ainda muitos desafios para sua efetivação, dada a realidade educacional brasileira, marcada pela influência dos organismos multilaterais nas políticas em educação, pela lógica de eficiência e produtividade que influencia as práticas de gestão, por uma concepção restrita de autonomia, ou mesmo por práticas diretivas, verticalizadas e centralizadoras que ainda marcam as relações institucionais, fundamentadas em um modelo estático de escola (FERREIRA, 2000; DOURADO, 2007; LÜCK, 2000).

Neste sentido, pensar a Gestão Democrática implica compreender a gestão educacional para além da “mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial” (DOURADO, 2007, p. 924). Faz-se necessário, para tanto, refletir acerca das finalidades e das prioridades do sistema e das instituições educacionais, de suas bases político-pedagógicas e dos processos de participação e deliberação. Ademais, conforme destaca Cury (2007), a Gestão Democrática da educação envolve uma postura fundamentada em práticas dialógicas visando o questionamento, a reflexão e a busca por soluções aos conflitos vivenciados no ambiente escolar. Trata-se, em suma, do equilíbrio entre “transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência” (CURY, 2007, p. 494).

Em sintonia com tal perspectiva, os profissionais do Curso de Pedagogia da UNESPAR, campus de Campo Mourão tem buscado atender ao princípio de gestão democrática ao possibilitar a participação da comunidade interna e externa nos processos deliberativos de diferentes instâncias. São exemplos de tais práticas: o processo eleitoral para a Coordenação do Curso, que ocorre a cada 2 anos; a participação dos docentes e discentes nos momentos de decisões colegiadas, incluindo a elaboração do Projeto Político-Pedagógico; a participação dos professores e demais segmentos da comunidade universitária em órgãos deliberativos do campus e da Universidade. Vale ainda ressaltar que, enquanto conteúdo de ensino, a Gestão Democrática se faz presente nas discussões e nas reflexões promovidas por diferentes disciplinas do curso, tais como “Organização do Trabalho Pedagógico”, “Políticas Educacionais”, “Planejamento, Estatística e Avaliação Institucional”.

- **Relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania e sustentabilidade**



Algumas das problemáticas da sociedade contemporânea exigem um trabalho articulada aos temas diversos, tais como classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, geração, dentre outros. Para o embate com as problemáticas do cotidiano, a educação deve considerar os direitos humanos, a cidadania, a convivência intercultural, a fim de desconstruir ações preconceituosas, de discriminação, intolerância, marginalização, machismo, xenofobia, racismo, dentre outras práticas que excluem o outro por ser diferente (CANCLINI, 2006). Essas discussões são também previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, segundo as quais os cursos de formação deverão garantir em seus currículos, de modo interdisciplinar: “[...] direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas” (Res. CNE nº. 02/2015, p. 11). Tal disposição está também presente no Artigo 4º das DCN-Pedagogia.

A questão ambiental na atualidade não pode ficar fora do currículo, pois se faz necessário assegurar às próximas gerações a garantia de um Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida como preconiza o Art. 225 da Constituição Federal (CF) de 1988. Para assegurar esse direito a legislação incumbe o poder público, entre outras ações: preservar e restaurar os processos ecológicos, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, proteger a fauna e a flora.

Dentre as ações do poder público, o inciso VI do Art. 225 da CF e a Lei 9.795/99 orientam a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, com enfoque holístico e humanista para a conscientização sobre a preservação e restauração do meio ambiente.

O Curso de Pedagogia se compromete a tratar do meio ambiente nas Metodologias de Ciências e Geografia e como tema transversal em diversos momentos da formação, compreender o Meio Ambiente como um todo nos seus aspectos naturais, culturais e sociais.

5. O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

a) Contextualização regional

O Curso de Pedagogia da UNESPAR, Campus de Campo Mourão atende a estudantes oriundos de toda a Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, onde se localiza o município de Campo Mourão. Com uma população de mais de 320 mil habitantes, a mesorregião é composta por 25 municípios –

que apresentam, entre si, grandes desigualdades –, e é ainda caracterizada pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano, o segundo menor do Estado.

Segundo dados do IBGE (2010)², enquanto no Paraná a taxa de urbanização corresponde a 85,3%, os municípios da mesorregião apresentam taxas que variam de mais de 94% até menos de 50% de sua população vivendo na zona urbana. Em 17 dos 25 municípios, a proporção de pessoas extremamente pobres é mais elevada do que a média do estado do Paraná (que corresponde a 2%), chegando a 6,6% e 10,2% em Roncador e Altamira do Paraná, respectivamente. Com relação à taxa de analfabetismo, enquanto a média do Paraná corresponde a 7,9%, na mesorregião é possível observar uma variação que vai de 9% a mais de 23% em alguns municípios, apresentando, portanto, uma alta taxa de analfabetismo em relação à média do estado. Ainda a este respeito, vale mencionar que seis municípios apresentam mais de 20% da população analfabeta, denota a necessidade de ações e políticas específicas na área da Educação que venham a contribuir para a superação de tal condição. Estes índices demonstram as condições de desenvolvimento humano que marcam o contexto regional onde se insere o Campus de Campo Mourão da UNESPAR, bem como as desigualdades intrarregionais da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná.

No que diz respeito à escolarização de crianças e jovens, ainda com base no Censo de 2010, grande parte dos municípios da mesorregião possui mais de 95% das crianças de 5 a 6 anos na escola. No entanto, há municípios em que essa porcentagem corresponde a menos de 90% – abaixo, portanto, do índice do estado do Paraná, que apresenta 90,35% das crianças de 5 a 6 anos matriculadas na escola básica. Ao observarmos, no entanto, o quantitativo de crianças que conclui o Ensino Fundamental na faixa etária ideal, essa porcentagem tende a cair: no mesmo ano, a porcentagem de crianças de 15 a 17 anos que haviam concluído o Ensino Fundamental, em cada município da mesorregião, variou de 55,1% a 83,95%.

A formação dos docentes que atuam na Educação Básica na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná é também um aspecto que merece atenção. A Tabela 01, a seguir, apresenta a porcentagem de docentes que concluíram o Ensino Superior e que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nos municípios da mesorregião:

Tabela 01: Porcentagem dos docentes que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que possuem formação em Nível Superior, por município da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná

Município	Educação Infantil	Anos iniciais do Ensino Fundamental
Altamira do Paraná	60,0	100,0
Araruna	70,0	85,2
Barbosa Ferraz	80,0	85,7
Boa Esperança	69,6	85,3

² Dados disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Campina da Lagoa	68,8	86,7
Campo Mourão	86,0	94,1
Corumbataí do Sul	100,0	100,0
Engenheiro Beltrão	98,10	94,0
Farol	80,0	90,9
Fênix	80,0	70,6
Goioerê	75,4	89,3
Iretama	82,9	84,3
Janiópolis	78,9	93,8
Juranda	79,2	94,6
Luiziana	100,0	100,0
Mamborê	89,8	94,8
Moreira Sales	77,3	89,4
Nova Cantu	71,4	97,1
Peabiru	64,9	74,5
Quarto Centenário	63,6	100,0
Quinta do Sol	100,0	100,0
Rancho Alegre D'Oeste	83,3	100,0
Roncador	75,8	80,0
Terra Boa	80,5	98,4
Ubiratã	67,2	90,2
Paraná	68,0	88,2

Fonte: INEP (2014). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>.
Acesso em: 04 jun. 2016.

Como se pode verificar, dentre os municípios da mesorregião, há uma parcela significativa dos docentes que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que necessitam de formação em nível superior, o que, para além de atender às metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), pode contribuir com a qualidade da educação em contexto regional.

Ademais, vale ressaltar que a UNESPAR, Campus de Campo Mourão é uma das poucas Instituições de Ensino Superior Públicas localizadas na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná³, o que confere ao Curso de Pedagogia ofertado ainda maior relevância na formação e na qualificação dos profissionais de Educação da mesorregião, os quais representam mais de 95% do público atendido pelo referido curso.

b) Perfil dos estudantes atendidos

Os estudantes atendidos pelo Curso de Pedagogia da UNESPAR, Campus de Campo Mourão são oriundos, em sua grande maioria, da mesorregião, de modo que a contextualização apresentada no item anterior se faz fundamental para compreender os processos de ingresso e de permanência

³ Além da UNESPAR, Campus de Campo Mourão, a Mesorregião Centro Ocidental do Paraná conta ainda com um campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, em Campo Mourão, e com uma extensão da Universidade Estadual de Maringá – UEM, localizada em Goioerê. O Curso de Licenciatura em Pedagogia é ofertado apenas pela UNESPAR.



dos estudantes, bem como as demandas da formação a ser ofertada, a fim de atender tanto as especificidades regionais quanto os princípios gerais que devem nortear a formação do pedagogo.

Dados de pesquisa coletados junto aos ingressantes em 2014 e em 2015 evidenciam que aproximadamente 92% dos estudantes matriculados eram egressos de escolas públicas (Ensino Fundamental e Ensino Médio), 35% apresentavam renda familiar de até 2 salários-mínimos e mais de 80% declararam exercer atividade remunerada.

Ainda quanto aos ingressantes em 2014 e 2015, 94% eram mulheres e, do total, 72% eram solteiros/as. Com idades que variavam entre 18 e 58 anos, aproximadamente 57% dos ingressantes possuíam entre 18 e 21 anos, apresentando, portanto, condições de concluir o curso na faixa etária considerada ideal (até 24 anos). Cerca de 30% dos ingressantes haviam concluído o Ensino Médio há mais de 5 anos, e apenas 6% já possuía outro curso superior. Quanto à escolarização dos familiares, chama atenção o fato de que 59% dos pais e 52% das mães não chegaram a concluir o Ensino Fundamental ou sequer frequentaram a escola.

Como é possível verificar, o Curso de Pedagogia da UNESPAR, Campus de Campo Mourão recebe, em grande parte, estudantes egressos de escolas públicas, e que representam a primeira geração de suas famílias a cursarem o Ensino Superior, sendo que grande parcela dos pais e mães possui baixa escolaridade. São estudantes que, em geral, precisam conciliar trabalho e estudos, estando muitos deles afastados da escolarização formal há mais de 5 anos, e com poucas possibilidades de arcar financeiramente com um curso superior em uma IES Privada. Assim, não se pode deixar de considerar que, para estes estudantes, a formação em nível superior em uma universidade pública representa, ao mesmo tempo, uma oportunidade e um desafio.

Um levantamento prévio realizado acerca do índice de desistência com os (as) acadêmicos(as) ingressantes no ano de 2015, bem como das motivações que levaram os estudantes a não concluir o Curso de Pedagogia, constatou que 15% dos(as) desistentes alegaram não dar sequência ao curso devido às condições socioeconômicas, e 20% assinalaram não ter se identificado com o curso.

Os egressos do Curso de Pedagogia da UNESPAR, Campus de Campo Mourão têm atuado na docência e na gestão, nas redes de Educação Básica estadual, municipais e particulares; nas Secretarias de Educação dos municípios, em setores educacionais de algumas empresas, em instituições de saúde e no Ensino Superior. Vários dos estudantes retornam como docentes aos seus municípios de origem, evidenciando a relevância e a abrangência que a formação do Curso de Pedagogia da UNESPAR, Campus de Campo Mourão possui⁴.

Atentos a importância de organizar ações voltadas ao acesso e a permanência, os professores do curso de Pedagogia realizam e pretendem continuar a realizar: aulas inaugurais e eventos de

⁴Outros dados referentes ao perfil dos estudantes dos cursos de licenciatura da Unespar, em especial do Campus de Campo Mourão, podem ser obtidos em: Pátaro e Mezzomo (2013, 2015).



recepção de novos alunos; parcerias com o Centro de Educação em Direitos Humanos para acompanhamento psicológico dos estudantes; garante horários de atendimento à alunos para que tirem dúvidas; incentiva a participação em programas de iniciação científica, de extensão, de monitoria, com bolsa e voluntários; valoriza a participação de estudantes nas reuniões de colegiado, nas quais é possível analisar demandas e realizar adequações teórico-metodológicas a partir de solicitações dos alunos; além de fomentar ações de integração entre Ensino Superior e Escola Básica, entre outras estratégias que poderão ser criadas a partir de decisões coletivas.

5.1. Objetivos do Curso de Pedagogia da UNESPAR, Campus de Campo Mourão

- **Objetivo Geral**

Formar o pedagogo para atuação na docência e na Gestão Democrática da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para o trabalho pedagógico na Educação Básica e em outros espaços educativos escolares e não escolares, e para a pesquisa e produção de conhecimento no campo educacional.

- **Objetivos Específicos**

- Desenvolver ações que integrem os diferentes núcleos que compõem o curso ofertado (núcleo de estudos de formação geral, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, núcleo de estudos integradores), observar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- Realizar ações que fortaleçam a aproximação e o diálogo entre a Universidade e a Educação Básica, bem como outros espaços educativos da sociedade, com vistas à produção de conhecimento que articule teoria e prática;

- Incentivar a produção científica referente ao campo educacional, bem como o desenvolvimento de intervenções e estratégias pedagógicas voltadas para a realidade local e regional;

- Fomentar o trabalho coletivo e interdisciplinar, possibilitar a troca de experiências, a resolução de problemas e a produção de novos conhecimentos teórico-metodológicos, na articulação entre diferentes áreas do saber;

- Promover uma formação crítica, incentivar a atuação profissional com compromisso ético e político, na busca pela máxima aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, bem como pela transformação social e superação das desigualdades.

5.2. Metodologia de ensino e aprendizagem

No âmbito da universidade pública, Ensino-Pesquisa-Extensão apresentam-se como suas maiores virtudes e expressão do compromisso social. Sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre elas, a educação superior visa concretizar um padrão de qualidade em sua oferta e promover a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. Aliar ensino, atividade criadora e engajamento social é, portanto, premissa nesse Projeto Pedagógico de Curso. Toma-se o princípio básico da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão como um dos fundamentos metodológicos do curso, uma vez que as aprendizagens precisam cada vez mais associarem-se às ações dos alunos “a partir da e sobre a realidade, tanto experiencial cotidiana quanto referente ao futuro exercício profissional” (MARTINS, 2008, p. 76). A compreensão desses processos de modo indissociável pressupõe a formação superior como síntese de três grandes processos, quais sejam:

[...] processos de transmissão e apropriação do saber historicamente sistematizados, **a pressupor o ensino**; processos de construção do saber, **a pressupor a pesquisa** e processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, **a pressupor a intervenção sobre a realidade** e que, por sua vez, retornam numa dinâmica de retro-alimentação do ensino e da pesquisa (MARTINS, 2008, p. 77, grifos do autor).

Entende-se que o ensino universitário é caminho de formação profissional, implica aprendizagem de um conjunto de conhecimentos e domínios metodológico-técnicos. Pelos processos de ensino, coloca-se o formando em relação com o produto da ciência, com as teorias e tecnologias historicamente elaboradas. Nesses processos, como afirma Martins (2008, p. 77), o professor, em sua função insubstituível de ensinar, conduz “os alunos em assimilações cada vez mais complexas do acervo científico-cultural e metodológico-técnico necessários aos domínios da realidade da qual faz parte como ser social, e sobre a qual irá intervir”.

No confronto com o conhecido, ou seja, com os conhecimentos e domínios historicamente elaborados, é que emerge a pesquisa. A pesquisa como incursão no desconhecido só se define por confronto com o conhecido, pois “ninguém chega a ser pesquisador, a ser cientista, se ele não domina os conhecimentos já existente na área em que ele se propõe a ser investigador, a ser cientista” (SAVIANI, 1984, *apud* MARTINS, 2008, p. 79). Se, por um lado,

[...] o ensino coloca o aluno em relação com o produto da ciência, a pesquisa o coloca em relação com o seu desenvolvimento, instrumentalizando-o para produzir conhecimentos a partir de sua futura atuação profissional ou em situações planejadas especificamente para este fim (MARTINS, 2008, p. 78).



Os processos de ensino e pesquisa possibilitam que professores e alunos interfiram direta e indiretamente sobre a realidade social a partir de necessidades nela identificadas (MARTINS, 2008). Nesse sentido, é preciso que se estabeleçam recursos afetivo-cognitivos

[...] para que os educandos possam conhecer com o devido rigor, cientificidade e criticidade não apenas as dimensões técnicas de seu futuro exercício profissional como também as condições histórico-sociais nas quais este exercício ocorrerá (MARTINS, 2008, p. 76).

Eis aí a extensão, processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. Não se pode conceber a extensão apenas como “oportunidade de treinamento no qual o aluno realizará gratuitamente o que executará futuramente mediante honorários ou ainda, promovê-la com caráter eminentemente retributivo e assistencialista” (MARTINS, 2008, p. 81). É preciso compreendê-la como “busca incessante pela profunda compreensão da realidade social que a comporta; compreensão, apenas factível, pela mediação do pensamento abstrato construído e retro-alimentado pelo ensino e pela pesquisa” (MARTINS, 2008, p. 81). Nesse sentido, a extensão ocupa lugar tão importante quanto o ensino e a pesquisa, pois “é, sobretudo, por meio dela que os dados empíricos imediatos e teóricos se confrontam, gerando as permanentes reelaborações que caracterizam a construção do conhecimento científico” (MARTINS, 2008, p. 81). Organicamente unidos, Ensino-Pesquisa-Extensão terão, certamente, a máxima expressão na formação superior.

Identificado pedagogicamente com o princípio da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, este Projeto Pedagógico de Curso prima por uma aproximação mais orgânica da universidade com a sociedade como condição para uma formação teórico-crítica, o que, segundo Martins (2008), implica formação que questione a realidade, apreenda os desafios epistemológicos em unidade com a realidade histórico social, que privilegie e sustente ações intencionalmente efetivas de transformações.

Operativamente, atendendo aos preceitos legais que nos regem (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Diretrizes Nacionais para o curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior, Resolução nº. 2, de 1 de julho de 2015, e outros já discutidos anteriormente), essa matriz curricular se constitui em torno de:

- 1) Conhecimentos sobre os fundamentos da educação;
- 2) Formação na área de políticas públicas e gestão da educação;
- 3) Conhecimentos sobre direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional;
- 4) Apreensão da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

- 5) Conhecimentos sobre Educação Especial;
- 6) Conhecimentos sobre direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
- 7) Conhecimentos pedagógicos para o desempenho do magistério na Educação Infantil;
- 8) Conhecimentos pedagógicos para o desempenho do magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- 9) Conhecimentos pedagógicos para o desempenho do magistério nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- 10) Conhecimentos pedagógicos para o desempenho do magistério na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar;
- 11) Conhecimentos pedagógicos para o desempenho do magistério em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- 12) Conhecimentos sobre planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação (gestão educacional e escolar);
- 13) Conhecimentos sobre planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- 14) Produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (Pesquisa e Extensão).

Esses conhecimentos se distribuem em componentes curriculares que articulam Ensino-Pesquisa-Extensão. São, portanto, ponto de partida para as proposições de projetos ou programas de extensão, de investigações e das disciplinas que compõem o curso.

De modo a operacionalizar proposituras de extensão, pesquisa, disciplinas optativas e ainda a organização dos professores por áreas/núcleos, distribuímos os conhecimentos elencados em eixos organizadores, quais sejam:

- Fundamentos da Educação;
 - Políticas públicas e gestão da educação;
 - Direitos Humanos e diversidades;
 - Língua Brasileira de Sinais (Libras);
 - Educação especial;
 - Práticas de Ensino;
 - Gestão Escolar;
 - Experiências educativas não-escolares.
-
- **Formas de avaliação do PPC, de autoavaliação do curso**



Os docentes do curso de Pedagogia da UNESPAR, Campus de Campo Mourão entendem a avaliação como elemento indissociável ao planejamento de suas ações e, portanto, ao seu Projeto Pedagógico Curricular (PPC). Comungam com a expressão do professor Jesus Renato de Gallo Brunet, uma vez que “[...] sem avaliação não há planejamento e, sem planejamento, não há norte” (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 2011). Neste sentido, para se direcionar as ações educacionais precisa-se de um norte, de um caminho, e a avaliação que conduza em tais direcionamentos, sinalize os aspectos positivos e aspectos que precisam de mudanças.

Pode-se considerar que o curso de Pedagogia valoriza e utiliza a avaliação como um elemento de “escuta” das vozes de professores, acadêmicos, egressos e comunidade externa. Na composição do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 2007, observa-se o esforço dos professores para coletar, por meio de questionários e registros, de modo a contribuir na formulação do texto. Este aspecto encontra-se anunciado desde os objetivos específicos do texto. Naquele momento, professores, acadêmicos, egressos e comunidade externa foram consultados acerca de seus saberes para “definir os rumos do curso”, bem como “nortear a práxis pedagógica de docentes e discentes” (PPP, 2007, p. 11). No texto do PPP identifica-se, por exemplo, a valoração dos egressos para a redefinição do curso. O curso definiu uma formação (PPP, 2007, p. 40) em conformidade com a legislação vigente e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006) e os questionários respondidos (PPP, 2007, p. 150) possibilitaram ao corpo docente atribuir uma qualificação, tais como os campos de atuação identificados e a relação com a formação continuada:

Nossos egressos, geralmente, atuam como pedagogos nas Secretarias Municipais de Educação; direção, orientação e supervisão/coordenação de estabelecimentos de ensino da rede municipal e particular e das últimas turmas, como docentes e/ou gestores na Educação Infantil, escolas de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Esses profissionais retornam a FECILCAM em busca de atualização e ascensão na carreira do magistério (PPP, 2007, p. 144).

Em 2012, para renovação do curso, acadêmicos de terceiros e quartos anos do curso de Pedagogia foram consultados, por meio de questionários organizados pelos professores, acerca da organização do curso, das disciplinas que compõem a matriz curricular, a articulação teoria e prática, o desenvolvimento e subsídios das disciplinas do curso para o desenvolvimento de estágios e da/na atuação profissional. Optou-se pelos acadêmicos dos anos finais, visto a experiência com o curso, especialmente os acadêmicos de quarto ano, os quais percorreram praticamente todo o curso e, por isso, constituíram uma experiência que pode contribuir para a avaliação do mesmo. Estes dados foram tabulados, organizados em gráficos e apresentados aos professores do Curso, em Reunião de Colegiado. O objetivo principal desta pesquisa constituiu em avaliar a matriz curricular em vigor, identificar com os acadêmicos, as possíveis dificuldades e avanços, os dados subsidiaram as



discussões sobre as disciplinas que deveriam permanecer da forma como estavam; as que deveriam permanecer, porém com conteúdo e metodologias atualizados; as que deveriam ser substituídas por outras, que nesse momento histórico são consideradas mais pertinentes, em razão dos desafios encontrados na função docente e de gestão dos espaços escolares e não escolares.

Em 2015, foi criado no âmbito da Universidade o Núcleo Docente Estruturante (NDE), composto por professores efetivos dos cursos, com o objetivo de estudar, refletir e colaborar no processo de construção coletiva de um novo Projeto Político Pedagógico, a ser concretizado até o ano de 2018. No caso dos professores do NDE de Pedagogia, em uma de suas primeiras reuniões, percebeu-se a necessidade de retomada de avaliações dos alunos, bem como de uma nova avaliação do curso para prosseguimento dos trabalhos.

Com base no instrumento de coleta de dados de 2012 e no texto do PPP (2007), os acadêmicos dos quartos anos – diurno e noturno – inseriram novas questões ao instrumento, tendo em vista novas demandas, especialmente as relacionadas ao curso, à formação inicial, à aprovação do novo Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014) e aos primeiros momentos de aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Resolução nº. 2, de 1º de julho de 2015). Esta ação pode ser entendida de forma positiva, pois os próprios acadêmicos analisaram e interferiram com questões que consideraram pertinentes ao contexto atual, marcado pela reformulação do novo PPP do curso. Após a reformulação do instrumento de coleta de dados, os acadêmicos dos quartos anos do curso, no ano de 2015, coletaram dados junto aos acadêmicos de terceiros e quartos anos do curso de Pedagogia– diurno e noturno –, egressos e comunidade externa. Os dados coletados foram levados em conta pelo NDE e colegiado de curso na elaboração desta proposta pedagógica ora apresentada, bem como das disciplinas da nova matriz curricular.

Os docentes orientam-se pelo princípio da Gestão Democrática, tanto na elaboração quanto na avaliação do seu Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia. Vê-se que a avaliação do PPP tem ocorrido por meio de consulta aos professores, acadêmicos, egressos e comunidade em 2007 e, em 2012 e 2015, os mesmos sujeitos foram participantes do processo de avaliação, exceto os professores.

Aproveita-se essa ocasião de reestruturação para registrar a necessidade de instrumentos de coleta de dados fidedignos e contínuos elaborados pela pró-reitora de Planejamento da universidade, de modo que consista em dados sistematizados e científicos para tomada de decisões.

Outro instrumento de avaliação adotado pelo curso tem sido as reuniões do Colegiado, composto por discentes e docentes, o qual representa um espaço importante de avaliação. Em reuniões ordinárias bimestrais, os acadêmicos, por meio do/a representante de turma, apresentam sínteses das avaliações que realizam acerca do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores

e pelo curso, bem como de questões relativas à instituição. Esta é uma instância importante de avaliação contínua do trabalho docente e das condições didático-estruturais do curso e do campus. No entanto, na opinião dos acadêmicos, são necessários maior diálogo e encaminhamento das solicitações nos setores específicos da instituição. A participação dos acadêmicos no Colegiado é respeitosa e organizada, o que evidencia um fortalecimento da “cultura participativa” e da “vivência democrática” (VASCONCELLOS, 2009, p. 84).

Vale destacar que, tomando como referência o documento Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (BRASIL, 2010) e o percurso acima relatado, atesta-se que o curso de Pedagogia possui mecanismos de autoavaliação. No entanto, ainda que se tenha os mecanismos de autoavaliação– o que é relevante para a organização pedagógica –, precisa-se avançar quanto à composição de relatórios que evidenciem as nossas reflexões acerca de dificuldades e, principalmente, delineiem decisões orientadoras de quais aspectos a ser modificados ou avançados. Neste sentido, almeja-se que os resultados das avaliações constituam, para além de diagnósticos, reflexões, estudos e direcionamentos para o planejamento de novas ações. Outro aspecto a ser enfrentado ou superado está na articulação desses dados de autoavaliação interna com os dados das avaliações externas, como o Enade e com os resultados da própria avaliação institucional. Amparados e parafraseando o mesmo documento (BRASIL, 2010), põe-se o desafio: quais foram ou quais são as ações acadêmico-administrativas implementadas efetivamente em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação e pela avaliação externa?

Este critério de análise permite realizar autoavaliação com excelência, de modo que esses mecanismos funcionem efetivamente, ou seja, mobilize os sujeitos para ações e para as decisões favoráveis a uma melhor qualidade do ensino.

6. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Entende-se que a avaliação do processo de ensino e aprendizagem não se limita a sua dimensão técnica, pela aplicação de provas e testes, para medir e classificar, mas trata-se de um processo de conhecimento que envolve a tomada de decisão e a inclusão do aluno. Avaliar é diferente de medir. “Medir propicia um dado, mas medir não é avaliar. Avaliar é pensar sobre o dado com vistas ao futuro” (FREITAS, 2014, p. 48). Neste sentido, a avaliação assume um processo de reflexão acerca da prática docente e educacional, em que o professor e o aluno participam dos rumos da avaliação.

O profissional pedagogo lida com diversas situações de avaliação, tais como as avaliações de aprendizagem (na relação professor e aluno), bem como na gestão educacional, perpassa a organização de todo o trabalho pedagógico. Por essa razão, o acadêmico do curso de Pedagogia deve vivenciar, experimentar, refletir e participar de diversas formas de avaliação, não apenas como sujeito avaliado, mas como sujeito que participa do processo de avaliação.

Vale destacar que a avaliação da aprendizagem está relacionada aos objetivos mais amplos do curso, portanto, ao seu Projeto Pedagógico. A avaliação da aprendizagem está articulada ao Projeto Pedagógico do curso, uma vez que sua finalidade está definida nos objetivos mais amplos, para se alcançar determinados resultados e qualidade. Neste aspecto, converge o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade, uma vez que afirma: “o resultado da avaliação deve ainda contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, subsidiando a melhoria dos cursos” (UNESPAR, 2013, p. 18).

A avaliação da aprendizagem é um dos componentes essenciais do trabalho do professor com seus alunos, constitui parte de seu Plano de Ensino, ao lado da ementa, dos conteúdos, objetivos e metodologia. A avaliação como componente do Plano de Ensino possibilita a organização, o desenvolvimento e o acompanhamento do trabalho docente e, portanto, do próprio curso como um todo. O trabalho do professor está voltado ao ensino, no entanto, direcionado no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno.

Luckesi (1988) distingue dois conceitos importantes: o de verificação e o de avaliação. A verificação ocorre quando se constata e se registra algo. Avaliar significa atribuir valor. Nos dois processos inicia-se ao constatar, todavia, podemos qualificar, ou seja, atribuir qualidade aos resultados. Ao se qualificar os resultados, retira-se elementos para novas ações, para tomada de posição e, assim, dar sequência à ação. Avaliar, neste sentido, é pôr-se na posição de tomada de decisão. Segundo o autor, o processo de avaliação passa por três momentos: pela medida da aprendizagem, transformação em notas e conceitos e uso dos resultados. São os resultados que mostram se o que se faz é verificação ou avaliação. A verificação, constatada e registrada nos sistemas eletrônicos, em documentos oficiais, exclui o aluno. No entanto, na perspectiva de reorientar o processo de ensino e aprender para avaliar, inclui-se o aluno no processo, e não o exclui. Do processo de verificação, passa-se a avaliação, quando se pensa em quais decisões se pode tomar.

Com objetivo de articular disciplinas do curso de Pedagogia em torno de temáticas comuns às distintas disciplinas, pretende-se utilizar como estratégias avaliativas: seminários, produções de textos, oficinas etc. O formato, a temática e as disciplinas serão decididas pelo colegiado no início de cada semestre letivo.

Diante de tais pressupostos, pensa-se no modo de participação dos acadêmicos nesse processo de avaliação, pois sabe-se que para participar de forma efetiva é necessário, antes, que se aprenda a participar. Dentro dessas reflexões, pensa-se no conceito de avaliação que se aborda e que desenvolve em nossas práticas docentes e pedagógicas, como fundamentos de uma prática avaliadora participativa.

- **Perfil do profissional-formação geral**



A formação do pedagogo almejada pelo curso de Pedagogia da Unespar, Campus de Campo Mourão, compreende o trabalho pedagógico em suas diferentes dimensões, de docência e de gestão, para atuar na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Organização do Trabalho Pedagógico, Gestão Escolar e não escolar e em áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

O curso está organizado com objetivo de trabalhar, não somente com práticas e técnicas de ensino, mas também com conhecimentos teóricos desenvolvidos nas disciplinas de Língua Portuguesa, Alfabetização e Letramento, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física e temas de diversidade social e cultural, levando em conta os processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial, de acordo com CNE/CP (2006).

O egresso terá conhecimento das especificidades das disciplinas que tratam também de questões de Educação Especial, visando a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, em conformidade à legislação vigente e às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Considerando a existência de orientações políticas subjacentes à maneira como se dá a instrumentalização do educando por meio da prática pedagógica, o curso de Pedagogia pretende formar pedagogos críticos e politizados, capazes de não ficarem indiferentes frente a evasão escolar, a não aprendizagem e a exclusão social, comprometendo-se a participar na produção da vida civil e social.

Diante do exposto, elenca-se alguns conhecimentos e competências importantes ao pedagogo, de acordo com os documentos da ANFOPE; RCNEI (1998) e o Parecer nº. 009/2001; as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (2006). O egresso do curso de Pedagogia da Unespar, Campus de Campo Mourão deverá:

1. Compreender o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, do jovem, de adultos e idosos inseridos em seus contextos, considerar as dimensões cognitivas, afetivas, sociais, éticas e estéticas, em espaços escolares e não escolares;
2. Articular os conhecimentos adquiridos no curso e ser capaz de analisá-los criticamente para a solução de problemas e para o atendimento das necessidades do(a) educando(a);
3. Reconhecer-se como ser inacabado e valorizar a participação em programas de educação continuada para melhoria do desempenho profissional;
4. Desenvolver competências de análise e reflexão sobre a investigação da prática, bem como de observação e avaliação, não apenas do projeto educativo e seus efeitos, mas também do seu próprio trabalho enquanto educador;

5. Conhecer a legislação relativa à educação da pessoa com necessidades educativas especiais, sabendo observar e identificar potencialidades, providenciar um ambiente e currículo que apoiem e contribuam para sua aprendizagem e desenvolvimento;
6. Valorizar a diversidade cultural e garantir a representação das identidades culturais em discursos e práticas curriculares, de forma a desafiar preconceitos ligados a marcadores de gênero, raça, religião, padrões culturais e outros;
7. Conhecer as experiências do educando num contexto cultural de múltiplas determinações, expectativas e pressões sociais;
8. Conhecer as políticas educacionais, a filosofia subjacente e o seu impacto nos contextos das instituições educativas;
9. Ser capaz de executar e inovar a orientação política educativa e a legislação vigente para adequar seu trabalho de forma crítica e consciente;
10. Planejar, organizar, coordenar e avaliar projetos políticos-pedagógicos, sistematizando atividades de ensino e gestão com objetivo de promover a participação democrática e a promoção de valores comuns como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso, para além da sala de aula;
11. Promover relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
12. Compreender e valorizar as diferentes linguagens e sua função na produção das áreas do conhecimento, nas tarefas, atividades e situações sociais que forem relevantes para exercício profissional;
13. Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à inovação e utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
14. Trabalhar com pluralidade de conhecimentos teórico-práticos fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização e relevância social;
15. Estabelecer diálogo interdisciplinar entre as áreas do conhecimento, dominando os conteúdos básicos que serão objetos da docência e demais atividades educativas;
16. Articular os conteúdos considerando as diferenças de natureza ecológica, étnico-racial, de gênero, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
17. Utilizar estratégias diversificadas de ensino e intervir pedagogicamente considerando as especificidades e o desenvolvimento das diferentes capacidades das crianças, jovens e adultos;
18. Organizar situações didáticas articulando o currículo escolar aos contextos sociais e considerando a organização do tempo, do espaço e de agrupamento dos educandos para favorecer e enriquecer o processo ensino-aprendizagem;

19. Identificar problemas socioculturais e educacionais e propor respostas significativas às questões da qualidade do ensino em consonância a pressupostos pedagógicos;
20. Comprometer-se com a inclusão social e educacional.

7. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS				
Área/Matéria	Código	Disciplinas	H/A	H/R
1. Formação GERAL (de acordo com a diretriz nacional)		Currículo	72	60
		Didática I	72	60
		Didática II	72	60
		Educação Especial Inclusiva I	72	60
		Educação Especial Inclusiva II	72	60
		Economia Política e Educação	72	60
		Estágio Curricular Supervisionado III - Educação Infantil	36	30
		Estágio Curricular Supervisionado – IV - de Ensino Fundamental	72	60
		Estágio Curricular Supervisionado II - Gestão Escolar	36	30
		Estágio Curricular Supervisionado I - Organização do Trabalho Pedagógico	36	30
		Filosofia da Educação I	72	60
		Filosofia da Educação II	72	60
		Fundamentos Teórico-Metodológicos da Alfabetização	72	60
		Fundamentos Teórico-Metodológicos no Ensino da Arte, Cultura Corporal e Movimento	144	120
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Ciências	72	60
		Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação Infantil	144	120
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de História	72	60
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Geografia e da Educação Ambiental	72	60
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa	72	60
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Matemática	144	120
		Gestão Educacional	108	90
		Gestão Escolar	108	90
		História da Educação I	72	60
		História da Educação II	72	60
		Libras	108	90
		Organização do Trabalho Pedagógico	72	60
		Pesquisa em Educação I	72	60
		Pesquisa em Educação II	36	30
		Planejamento e Avaliação	72	60
		Políticas Educacionais I	72	60
		Políticas Educacionais II	72	60
		Psicologia da Educação I	72	60
		Psicologia da Educação II	72	60
		Sociologia e Antropologia da Educação	72	60
		Sociologia Geral	72	60
		Práticas de Extensão Universitária (Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)	-	30*

Subtotal			2.700	2.250
2. de formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada campus)		Educação e Diversidade	72	60
		Educação em Direitos Humanos	72	60
		Tópicos Especiais em Educação	36	30
		Educação e Novas Tecnologias	72	60
		Introdução à Pedagogia	36	30
		Organização do Trabalho Acadêmico	36	30
Subtotal			324	270
3. Disciplinas OPTATIVAS (opção individual, escolha pelo aluno dentre as disciplinas ofertadas pelo curso)		Optativa I	36	30
		Optativa II	36	30
		Devem ser escolhidas dentre as seguintes disciplinas: - Marxismo, Educação e Luta de Classes; - História, Intelectuais e Pensamento Educacional; - Políticas Internacionais para a Educação e (Re)configuração da Escola Básica Brasileira - Políticas e História da Infância e da Educação Infantil no Brasil; - Psicologia Histórico-Cultural e a periodização do desenvolvimento humano; Educação, Gênero e Sexualidade; - Cognição, afetividade e educação em valores; - Escola de Pais; - Prevenção de Deficiências.		
Subtotal			72	60
Subtotal (neste campo, apesar do PPC elencar um rol de disciplinas optativas, o subtotal deve considerar apenas o exigido para cumprimento da carga horária do curso por cada estudante).				
Estágio e Trabalho e Conclusão de Curso		Estágio Curricular Supervisionado I – Organização do Trabalho Pedagógico	-	60
		Estágio Curricular Supervisionado II – Gestão Escolar	-	100
		Estágio Curricular Supervisionado III – Educação Infantil	-	100
		Estágio Curricular Supervisionado IV – Ensino Fundamental	-	140
		Trabalho de Conclusão de Curso	-	150
Subtotal			-	-
Atividades Acadêmicas Complementares		Atividades Acadêmicas Complementares	-	200
Subtotal			-	-
TOTAL			-	3.360

* A disciplina de Práticas de Extensão Universitária tem sua carga horária total (30 h/r) computadas na curricularização da extensão. (Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)

ORIENTAÇÕES:

As Áreas/Matérias/Disciplinas de **formação básica do perfil nacional**, deverão ser similares para os cursos afins, contemplados, sobretudo, na ementa. As **disciplinas optativas** serão definidas e oferecidas pelos colegiados anualmente, de acordo com a carga horária estabelecida no quadro anterior. O código das disciplinas poderá ser feito provisoriamente com uma numeração

sequencial, que será depois codificada pela Secretaria Acadêmica antes do envio ao Conselho Estadual de Educação, quando da renovação do reconhecimento do curso.

8. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

	DISTRIBUIÇÃO SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS									
OBSERVAÇÃO: Essa tabela conta a carga horária das disciplinas em <u>hora relógio</u> .										
Código - 36	Nome da disciplina	Pré- requisito (Código)	Total	Carga Horária					Forma de Oferta	
				Teórica	Prática	Extensão	EaD	Estágio	Sem. (S)	Anua (A)
1º ano										
	Sociologia Geral		60	60					1º S	
	Filosofia da Educação I		60	60					1º S	
	História da Educação I		60	60					1º S	
	Economia Política e Educação		60	60					1º S	
	Organização do Trabalho Acadêmico		30	30					1º S	
	Introdução à Pedagogia		30	30					1º S	
	Didática I		60	60					2º S	
	Políticas Educacionais I		60	60					2º S	
	Educação em Direitos Humanos		60	60					2º S	
	Filosofia da Educação II		60	60					2º S	
	Psicologia da EducaçãoI		60	60					2º S	
Subtotal			600	600						

	DISTRIBUIÇÃO SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS									
OBSERVAÇÃO: Essa tabela conta a carga horária das disciplinas em <u>hora relógio</u> .										
Código - 36	Nome da disciplina	Pré-requisito (Código)	Total		Carga Horária				Forma de Oferta	
				Teórica	Prática	Extensão	EaD	Estágio	Sem. (S)	Anual (A)
2º ano										
	Pesquisa em Educação I		60	50		10			3º S	
	Psicologia da EducaçãoII		60	60					3º S	
	Políticas Educacionais II		60	60					3º S	
	História da Educação II		60	60					3º S	
	Educação Especial Inclusiva I		60	60					3º S	

	Sociologia e Antropologia da Educação		60	60					4º S	
	Educação Especial/Inclusiva II		60	30		30			4º S	
	Didática II (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		60	44		16			4º S	
	Organização do Trabalho Pedagógico		60	50		10			4º S	
	Estágio Curricular Supervisionado I - Organização do Trabalho Pedagógico		90	30				60	4º S	
	Educação e Novas Tecnologias (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		60	30			30		4º S	
	Práticas de Extensão Universitária (Alterado pela Resolução nº 017/2024-CEPE/UNESPAR)		30			30			4º S	
Subtotal (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)			720	534		96	30	60		

	DISTRIBUIÇÃO SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS									
OBSERVAÇÃO: Essa tabela conta a carga horária das disciplinas em hora relógio.										
Código - 36	Nome da disciplina	Pré-requisito (Código)	Total		Carga Horária				Forma de Oferta	
				Teórica	Prática	Extensão	EaD	Estágio	Sem. (S)	Anual (A)
3º ano										
	Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação Infantil		120	30	60	30			5º S	
	Fundamentos Teórico-Metodológicos da Alfabetização		60	30	20	10			5º S	
	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de História		60	30	20	10			5º S	
	Gestão Escolar (Alterado pela Resolução nº 043/2024–		90	14	30	16	30		5º S	

	CEPE/UNESPAR)									
	Estágio Curricular Supervisionado II – Gestão Escolar		130	30				100	5º S	
	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Matemática (Alterado pela Resolução nº 043/2024–CEPE/UNESPAR)		120	18	42	30	30		6º S	
	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa		60	30	20	10			6º S	
	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Ciências		60	30	20	10			6º S	
	Estágio Curricular Supervisionado III – Educação Infantil		130	30				100	6º S	
	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Geografia e da Educação Ambiental		60	30	14	16			6º S	
	Pesquisa em Educação II		30	30					6º S	
	Subtotal (Alterado pela Resolução nº 043/2024–CEPE/UNESPAR)		920	302	226	132	60	200		

	DISTRIBUIÇÃO SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS									
	OBSERVAÇÃO: Essa tabela conta a carga horária das disciplinas em <u>hora relógio</u> .									
Código - 36	Nome da disciplina	Pré-requisito (Código)	Total		Carga Horária				Forma de Oferta	
				Teórica	Prática	Extensão	EaD	Estágio	Sem. (S)	Anual (A)
4º ano										
	Optativa I		30	30					7º S	
	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Arte, Cultural Corporal e Movimento (Alterado pela Resolução nº 043/2024–		120	32	58		30		7º S	

	CEPE/UNESPAR)									
	Trabalho de Conclusão de Curso*		30	30					7º S	
	Currículo (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		60	30			30		7º S	
	Estágio Curricular Supervisionado IV – Ensino Fundamental		200	60				140	7º S	
	Planejamento e Avaliação		60	50	10				7º S	
	Tópicos Especiais em Educação		30	30					8º S	
	Libras (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		90	14	46		30		8º S	
	Gestão Educacional (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		90	30	30		30		8º S	
	Optativa II		30	30					8º S	
	Educação e Diversidade		60	30	30				8º S	
	Trabalho de Conclusão de Curso*		120	60		60			8º S	
Subtotal (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)			920*	426	174	60	120	140		
Total									3.160 (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)	
Atividades Acadêmicas Complementares									AAC – 200 h/r	
TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA-hora relógio (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)	400 h/r (estágio)	1.862 h/r (teórica)	400 h/r (prática)	288 h/r (extensão)	210 h/r (EAD)	200* h/r (AAC)	3.360 h/r			

* No total de hora relógio das AAC foram destinadas 48 h/r para ACECs.

* A disciplina de Trabalho de Conclusão de curso é anual com 30 h/r no 7º semestre e 120 h/r no 8º semestre.

* O curso tem atividades programadas como o Estágio Curricular Supervisionado em contraturno e também aulas aos sábados nos turnos matutino e vespertino.

9. EMENTÁRIO E DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINAS DO 1º ANO

DISCIPLINA:	Sociologia Geral		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
A Sociologia como ciência da sociedade: origem, principais teóricos e conceitos fundamentais. Os pensadores da sociologia Clássica: August Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Estudo da sociedade em suas estruturas. Temas da sociologia contemporânea.			
REFERÊNCIAS:			
COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva . São Paulo: Abril, 1978.			
DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. Estado, Classe e Movimento Social . São Paulo: Cortez, 2011.			
DURKHEIM, Émile. Regras do método sociológico . São Paulo: Abril Cultural, 1978.			
HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem . Rio de Janeiro: Guanabara, 1956.			
LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe . São Paulo: Martins Fontes, 2012.			
MARX, Karl. O Capital : crítica da economia política. Rio de Janeiro: Brasileira, 2002.			
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista . São Paulo: Boitempo, 2010			
WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais . São Paulo: Cortez, 2016.			

DISCIPLINA:	Filosofia da Educação I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
A filosofia e a filosofia da educação: origem e conceitos fundamentais. Os clássicos da filosofia grega e romana e suas principais contribuições à educação. O cristianismo primitivo, a filosofia Patrística, a Escolástica e a formação do homem cristão.			
REFERÊNCIAS:			
ARISTÓTELES. Política . São Paulo: Martin Claret, 2002.			
GILSON, Etienne. A filosofia na Idade Média . São Paulo: Martins Fontes, 2001.			
JAEGER, Werner. Paidéia. A Formação do Homem Grego . São Paulo: Martins Fontes, 2002.			
JAEGER, Werner. Cristianismo Primitivo e Paideia Grega . Lisboa-Portugal: Edições 70, 2002.			
Os Pré-Socráticos. Os pensadores . São Paulo: Abril Cultural, 1973.			
PLATÃO. A República . Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.			
EPICURO. Carta sobre a felicidade . São: UNESP, 1997.			



SÊNECA. **Da tranquilidade da alma**. São Paulo: Abril, 1985.

DISCIPLINA:	História da Educação I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
A educação em uma perspectiva histórica, com ênfase na abordagem das principais características dos pensamentos pedagógicos, dos sistemas de educação e das práticas educativas da Antiguidade aos dias atuais. Reflexões sobre as concepções, objetos de pesquisa e fontes da história da educação. Diálogo sobre o passado e o presente na compreensão do homem e sua relação com a sociedade e a construção da história.			
REFERÊNCIAS:			
CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999.			
COMÊNIO. Requisitos gerais para ensinar e para aprender, isto é, como se deve ensinar e aprender com segurança, de modo que seja impossível não obter bons resultados. <i>In</i> : COMÊNIO. Didática Magna . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1957.			
GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 2001.			
LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.). Fontes, História e Historiografia da Educação . Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.			
LUZURIAGA, Lourenço. História da Educação e da Pedagogia . São Paulo: Nacional, 1979.			
MANACORDA, Mario Aliguero. História da Educação : da Antiguidade aos nossos dias. Cortez, 1989.			
MARZ, Fritz. Grandes Educadores . São Paulo: EPU, 1987.			
PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes . São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.			

DISCIPLINA:	Economia Política e Educação		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
A história dos modos de produção, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção entre os homens. A relação entre Economia, Política e Educação nas várias fases de desenvolvimento da sociedade humana. Os pressupostos teóricos da economia burguesa clássica: Adam Smith e David Ricardo. A crítica da economia burguesa: Marx e Engels. A crítica da educação subsumida ao capital e a relação trabalho e educação no contexto da crise atual. Da formação cidadã à formação humana para além do capital.			
REFERÊNCIAS:			
ALVES, Giovanni. Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade: mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. Revista de Estudos da Educação . Maceió: Edufal, v. 10, nº 16, jun. 2002.			
ANTUNES, Ricardo. O caracol e a sua concha : ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.			



ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, pós-modernidade e educação**: filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, SC. Unc, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, v 1, 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Cap. XII Divisão do trabalho e manufatura.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. SP: Cortez, 2006.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causa da riqueza das nações**. Livro 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Cap. I (A divisão do Trabalho); Cap. II (O princípio que dá origem à divisão do trabalho); Cap. III (A divisão do trabalho limitada pela extensão do mercado).

DISCIPLINA:	Organização do Trabalho Acadêmico		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Tipos de conhecimentos: científico, senso comum, religioso, filosófico, artístico. Os paradigmas da ciência e decorrências para o método. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa na formação docente. O Pedagogo como pesquisador. Aspectos éticos, tecnológicos, sociais, técnicos das diferentes produções textuais acadêmicas.			
REFERÊNCIAS:			
ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANSDSJNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais . São Paulo: Pioneira, 1998.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 : informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 : informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 : informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027 : informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.			
BOAVENTURA de Souza Santos. Um discurso sobre as ciências na transposição para uma ciência pós-moderna . Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf >. Acesso em: 10 abr. 2018.			
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 20 ed. São Paulo: Cortez, 1995.			
DISCIPLINA:	Introdução à Pedagogia		
C/H TOTAL:	30		



C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Pedagogia como ciência da educação: unidade, especificidade e autonomia. A Pedagogia no Brasil: histórico, estrutura e contribuições para a formação de professores. Educação, sociedade e contemporaneidade. A formação do pedagogo: identidade e campos de atuação profissional. O curso de Pedagogia da Unespar/Campus de Campo Mourão.			
REFERÊNCIAS:			
ARROYO, Miguel. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2009.			
CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.			
LEITE, Yoshie Ussami Ferrari; LIMA, Vanda Moreira Machado. Cursos de Pedagogia no Brasil: o que dizem os dados do INEP/MEC? Ensino Em-Revista , Uberlândia, v.17, n.1, p. 69-93, jan./jun. 2010.			
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2005.			
MACHADO, Nílson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência. São Paulo: Cortez, 2005.			
PIMENTA, Selma Garrido (org). Pedagogia: ciência da educação? São Paulo: Cortez, 2006.			
GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva , v. 14, n. 2, 2000, p. 3-11.			

DISCIPLINA:	Didática I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Estudo das teorias pedagógicas e os seus pressupostos históricos e filosóficos, concepções e práticas. A didática e suas dimensões político-sociais e as implicações no processo de ensino aprendizagem.			
REFERÊNCIAS:			
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública. São Paulo: Loyola, 2008.			
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.			
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.			
SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.			
SAVIANI, Dermeval. O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnismo (1991-2001). In: SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2002.			
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública. São Paulo: Loyola, 2008.			



SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. 5 ed. Rolo e Filhos, Lisboa, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 19 ed. São Paulo: Libertad, 2009.

DISCIPLINA:	Políticas Educacionais I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Poder Político. Política Pública, política social e política educacional. Estudo analítico e crítico das políticas educacionais do Brasil a partir da República. Educação nas Constituições brasileiras. Aspectos políticos das reformas educacionais. Legislações do ensino até final da década de 1980. Políticas de formação docente até a década de 1990. Organização e estrutura da educação brasileira e as relações com as proposições de políticas internacionais para a educação.			
REFERÊNCIAS:			
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política . v. 1. 11 ed. Brasília: UNB, 1998.			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Lex : Brasília: Diário Oficial da União.			
BRASIL. Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lex : Brasília: Diário Oficial da União.			
BRASIL; UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e Plano de Ação Para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem . Brasília: UNICEF, 1991. 20p.			
CHESNAIS, François. A mundialização do capital . São Paulo: Xamã, 1996.			
EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional . Disponível em: < http://pt.scribd.com/doc/211971320/texto-Olinda-PDF#scribd >. Acesso em: 01 mar. 2015.			
FÁVERO, Osmar (Org.). Educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988 . 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.			
HARVEY. David. Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1999.			

DISCIPLINA:	Educação em Direitos Humanos		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Educação, direitos humanos e cidadania. Democracia, igualdade e equidade na educação. Legislação, políticas públicas e ações afirmativas para superação de desigualdades e suas implicações para o campo educacional. Práticas pedagógicas e projetos interdisciplinares para o trabalho com Direitos Humanos e cidadania. Contato com espaços educativos para problematização da realidade social.			
REFERÊNCIAS:			
ARAÚJO, U. F.; AQUINO, J. G. Os direitos humanos na sala de aula : a ética como tema			



transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

ARAÚJO, U. F. **A construção de escolas democráticas**: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002.

ARAÚJO, U. F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, jul./set. 2012.

CANDAU, Vera M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PENIN, S. Profissão docente e contemporaneidade. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Profissão docente**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009, p. 15-40.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PUIG, J. M.; MARTÍN GARCÍA, X. **As sete competências básicas para educar em valores**. São Paulo: Summus, 2010.

DISCIPLINA:	Filosofia da Educação II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
O pensamento filosófico na transição do feudalismo para o capitalismo. Principais filósofos da modernidade e da contemporaneidade e suas contribuições para a educação.			
REFERÊNCIAS:			
ADORNO, T. W. ; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento . Rio de Janeiro: Zahar, 1995.			
BACON, Francis. Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza . São Paulo: Abril Cultural, 1973.			
DESCARTES, René. Discurso do Método . São Paulo: Nova Cultural, 1999.			
LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano . São Paulo: Nova Cultural, 1999.			
KANT, Immanuel. Crítica da razão pura . Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.			
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Boitempo, 2007.			
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens . São Paulo: Nova Cultural, 1997.			
SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo . São Paulo: Abril Cultural, 1978.			

DISCIPLINA:	Psicologia da Educação I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			

Contribuições da Psicologia à Educação e questões fundamentais da Psicologia da Educação. Complexidade do objeto de estudo da Psicologia e a transformação histórica de sua abordagem, assim como o conceito das principais perspectivas teóricas do pensamento psicológico em sua relação com a educação e o ensino.

REFERÊNCIAS:

FIGUEIREDO, Luís; SANTI, Pedro. **Psicologia uma (nova) introdução**: uma visão histórica da psicologia como ciência. São Paulo: Educ. 2007.

FREUD, S. **Cinco Lições de Psicanálise**. Rio de Janeiro, Imago, 2003.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2009. (Texto original publicado em 1905).

FURTADO, Odair; BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **Psicologias**: uma Introdução ao Estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2009.

LA TAILLE, Y. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus, 1992.

PIAGET, J. Problemas de Psicologia Genética. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DISCIPLINAS DO 2º ANO

DISCIPLINA:	Pesquisa em Educação I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 10	C/H EAD:
EMENTA:			
Caracterização e especificação da Pesquisa em Educação, assim como suas diferentes modalidades. Estudo das principais correntes epistemológicas presentes na pesquisa em Educação. Principais técnicas utilizadas na Pesquisa em Educação. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 : informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 : informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 : informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027 : informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.			
CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição : elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.			
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica : conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.			



TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

DISCIPLINA:	Psicologia da Educação II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Processos de desenvolvimento e aprendizagem, segundo as principais perspectivas teóricas do pensamento psicológico. Dimensões cognitiva, afetiva, sociocultural e biofisiológica do ser humano, ao longo da vida e as múltiplas influências na relação entre o sujeito e o contexto. Curso de vida, aprendizagem e escolarização.			
REFERÊNCIAS:			
BEE, Helen. O Ciclo Vital . Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.			
CASTRO, Lúcia Rabello. O lugar da Infância na Modernidade. Psicologia: Reflexão e Crítica , Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 307-335, 1996.			
COLE, M.; COLE, S. O Desenvolvimento da criança e do adolescente . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
COLINVAUX, D.; LEITE, L. B.; DELL'AGLIO, D. (Orgs.). Psicologia do desenvolvimento : reflexões e práticas atuais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.			
D'AURIA-TARDELI, Denise (Org.). Estudos sobre adolescência : vários contextos, vários olhares. Campinas: Mercado de Letras, 2017.			
OLIVEIRA, Marta Kohl; SOUZA, Denise; REGO, Tereza (Orgs.). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea . São Paulo: Moderna, 2002.			
SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Estudos de Psicologia , v. 25, n. 4, 2008.			
VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . São Paulo: Ícone, 1988.			
ZIMERMAN, Guite. Velhice : Aspectos Biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			

DISCIPLINA:	Políticas Educacionais II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Cenário mundial contemporâneo, as organizações multilaterais sociais e financeiras e as propostas de educação para a América Latina e Caribe. Estudo do contexto político, cultural, econômico, social e a Reforma do Estado brasileiro na década de 1990. Legislações do Ensino a partir de 1990 e as políticas para as diversidades. Impasses e perspectivas da política de educação do Brasil no século XXI.			
REFERÊNCIAS:			
AKKARI, Abdeljalil. Internacionalização das Políticas Educacionais : transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.			
ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo : as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			



BRASIL. Lei nº 10.172/2001, Plano Nacional de Educação. **Lex:** Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014, Plano Nacional de Educação. **Lex:** Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lex:** Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.** Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

DELORS, Jacques (et. Al.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; UNESCO; MEC. 1998.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

DISCIPLINA:		História da Educação II	
C/H TOTAL:		60	
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
A educação no Brasil Colônia, Império e República. As ideias educacionais e pedagógicas de intelectuais e educadores no Brasil. Análise dos condicionantes sociais, políticos e econômicos no desenvolvimento da educação brasileira.			
REFERÊNCIAS:			
FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.). Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MEC/INEP/COMPED, 2002.			
LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2009.			
MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). <i>In: A reconstrução educacional no Brasil:</i> ao povo e ao governo – Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.			
NISKIER, Arnaldo. Educação brasileira: 500 anos de história. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.			
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930 – 1973). Rio de Janeiro: Vozes, 1983.			
SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O Legado Educacional do Século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2006.			
SAVIANI, Dermeval. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.			
TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.			
VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.). Brasil 500 anos: tópicos em			



História da Educação. São Paulo: EDUSP, 2002.

DISCIPLINA:	Educação Especial Inclusiva I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Políticas públicas da Educação Inclusiva. Contextualização Histórica, fundamentos e concepções. Identificação e caracterização das deficiências, dos Transtornos Globais do Desenvolvimento e das Altas Habilidades/Superdotação. Modalidades da Educação Especial na Educação Básica.			
REFERÊNCIAS:			
BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil . Brasília: Senado da República, 1988.			
BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica , Brasília: MEC, 2001.			
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Brasília: Senado da República, 1996.			
BRASIL. MEC. Manual de Orientação : Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).			
BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2009 (BRASIL, 2009).			
JIMÉNEZ, R.B. História da Educação Especial. <i>In: Necessidades educativas especiais</i> . Portugal, Lisboa: Dinalivro, 1997.			
JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil . São Paulo, Campinas: Autores Associados, 1992.			
MENDONÇA L, D; ZAVITOSKI P; CAPELLINI, V L. M. F. Altas Habilidades/Superdotação. <i>In: O que os professores compreendem por Altas Habilidades/Superdotação?</i> Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X .			
PINTO, F.B. O silencioso despertar do mundo surdo brasileiro . Disponível em: WWW.revistafenix.pro.br .			
SENA, S. J. Transtorno de personalidade Borderline <i>In: Inclusão Educacional</i> : um estudo sobre a implementação da política em uma escola pública do DF. Brasília-DF, Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho Final de Curso), 2013. II cap – TCC.			
VIGOTSKI, L.S. Fundamentos da Defectologia . Tradução do russo para o espanhol de Julio Guillermo Blank. Madrid, España: Visor Distribuidor, 1997.			

DISCIPLINA:	Sociologia e Antropologia da Educação		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Abordagem socioantropológica da educação e da escola, das práticas pedagógicas e dos componentes curriculares no contexto das relações sociais. Reflexão sobre educação, cultura e sociedade. Diversidade cultural e étnico-racial. Trabalho, educação e transformação social. Movimentos sociais, ONGs e Educação.			
REFERÊNCIAS:			



CARVALHO, E.J.G. Educação e Diversidade Cultural. In: CARVALHO, E.J.G.; FAUSTINO, R. C. (Org.). **Educação e Diversidade Cultural**. Maringá, Eduem, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. RJ: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LOWY, Michel. **Ideologia e Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez, 1985.

LAIARA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

DISCIPLINA:	Educação Especial Inclusiva II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 30	C/H EAD:
EMENTA:			
Processos de intervenção e recursos pedagógicos e metodológicos para educação Inclusiva. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva . Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº. 948, de 09 de outubro de 2007.			
DANIELSKI, V. A Criança com Síndrome de Down . Curitiba: Ave Maria, 1997.			
JIMÉNEZ, R.B. História da Educação Especial. In: Necessidades educativas especiais . Portugal, Lisboa: Dinalivro 1997.			
KALMIKOVA, Z. I. Pressupostos Psicológicos para uma melhor Aprendizagem da Resolução de Problemas Aritméticos. In: LURIA, LEONTIEV, VIGOTSKY e outros. Psicologia e Pedagogia II : Investigações experimentais sobre problemas didáticos específicos. Lisboa: Estampa, 1991.			
RODRIGUES, E. Os processos psíquicos e a formação de conceitos por alunos da educação especial In: Aquisição de conceitos por alunos surdos inseridos no ensino superior . Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dr.: Nerli Nonato Ribeiro Mori. Maringá, PR, 2009.			
ZORZI, J.L. Distúrbios da linguagem escrita da oralidade e distúrbios da aprendizagem: contribuições da fonoaudiologia In: Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita : questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Armed, 2003.			
DISCIPLINA:	Didática II (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		
C/H TOTAL:	60		



C/H TEÓRICA: 44	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 16	C/H EAD:
EMENTA:			
A Didática na formação docente: metodologias, recursos e estratégias de ensino. Planejamento e Avaliação do processo ensino e aprendizagem na perspectiva disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Tendências atuais da didática nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e os ciberespaços na organização do ensino. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
FAZENDA, I. C. A. Didática e interdisciplinaridade . (Org). Campinas, São Paulo: Papirus, 1998. (Coleção Práxis.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.			
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1991.			
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem : componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.			
SANTOS, Akiko (Orgs.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade . Campinas: Alínea, 2005.			
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica : primeiras aproximações. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.			
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula . São Paulo: Libertad, 2005.			

DISCIPLINA:	Organização do Trabalho Pedagógico		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 10	C/H EAD:
EMENTA:			
Ciência da educação e identidade do pedagogo. Trabalho pedagógico na escola e na sala de aula: tempo, espaço, relações, trabalho coletivo, interdisciplinaridade, organização de objetivos, conteúdos e métodos. Organização do trabalho pedagógico e desafios do cotidiano escolar. A prática do pedagogo em espaços escolares e não-escolares. Articulação entre educação escolar e não escolar. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2006 . Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.			
CUNHA, Marcus Vinicius. A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.			
ESTEVE, José Manuel. A terceira revolução educacional : a educação na sociedade do conhecimento. São Paulo: Moderna, 2004.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.			



GALVÃO, Izabel. **Cenas do cotidiano escolar**: conflitos sim, violência não. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2001.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Revista Educação e sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, out. 2007.

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado I – Organização do Trabalho Pedagógico		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 60	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Estudo de campo orientado e contato com a realidade escolar. Reflexão sobre as especificidades do trabalho pedagógico e sua organização em contextos escolares e não escolares. Relação entre pressupostos teóricos e prática educativa. Vivência, diálogo, investigação e problematização do cotidiano institucional. Elaboração de projetos e intenção de transformação.			
REFERÊNCIAS:			
AQUINO, Júlio Groppa. Os indisciplinados, quem são? In: AQUINO, Julio Groppa. Indisciplina : o contraponto das escolas democráticas. São Paulo: Moderna, 2003.			
ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. A construção de escolas democráticas. In: ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. A construção de escolas democráticas : histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002.			
BECKER, F. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. In: Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. In: Educação e construção do conhecimento . Porto Alegre: Penso, 2012.			
BRZEZINSKI I.; FREITAS, H. C. L., AGUIAR, M. A. da S; SILVA, M. S. P. da; PINO, I. R.. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. Educação e Sociedade , Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, out. 2006.			
CASTRO, Amelia Domingues de. O ensino: objeto da didática. In: CASTRO & CARVALHO (Org.). Ensinar a ensinar : Didática para a escola Fundamental e Média. São Paulo: Thomson, 2001.			
MACHADO, Nílson José. Conhecimento e valor . São Paulo: Moderna, 2003.			

DISCIPLINA:	Educação e Novas Tecnologias (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD: 30
EMENTA:			
Histórico das tecnologias da informação e comunicação e seu uso no ambiente educativo. Impacto social do uso das novas tecnologias na formação docente. Interatividade em ambientes virtuais de aprendizagem. Aprendizagem mediada pelas tecnologias no ensino presencial e a distância.			
REFERÊNCIAS:			



BARANAUSKAS, M. C. C.; VALENTE, J. A. Tecnologias, Sociedade e Conhecimento. **Editorial**. v. 1, n. 1, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KENSKI Vani Moreira. **Educação e Tecnologias**: o novo ritmo da informação. São Paulo: Papirus, 2003.

KENSKI Vani Moreira. Novas tecnologias, o redirecionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 8, 2003.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática**: as concepções de conhecimento e inteligência. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAN, José Manuel. Como utilizar a internet na educação. **Ci. Inf.** v. 26, n. 2, Brasília, maio/ago. 1997.

SIBILIA, P. A escola no mundo hiperconectado: redes em vez de muros? **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, jan./jun. 2012a.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

DISCIPLINA:	Práticas de Extensão Universitária (Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 30	C/H EAD:
EMENTA:			
Planejamento, elaboração e execução de atividades de extensão universitária. Desenvolvimento de atividades práticas em projetos extensionistas institucionais da UNESPAR que demarquem o protagonismo dos estudantes junto à comunidade externa. (Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)			
REFERÊNCIAS:			



BRASIL. MEC. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

CEPE. UNESPAR. **Resolução n.º 38, de 2020**. Aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão Universitária. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: MEC/SeSu, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, 2017.

UNESPAR. **Regulamento de ACEC do Curso de Graduação em Pedagogia**. UNESPAR, Campus Campo Mourão, 2023. **(Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)**

DISCIPLINA:	Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação Infantil		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 60	C/H EXTENSÃO: 30	C/H EAD:
EMENTA:			
Concepções de infância e criança. Aspectos históricos e legais da educação infantil. A indissociabilidade entre cuidar e educar. Abordagens teórico-metodológicas para ação docente na educação infantil. A organização dos tempos e dos espaços nas instituições de Educação Infantil. A função da linguagem, do jogo, do brinquedo e do desenho no desenvolvimento e aprendizagem da criança. Propostas pedagógicas de zero a três anos e de quatro a cinco anos para a Educação Infantil. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
ARIÊS, P. História social das crianças e da família . Rio de Janeiro: Zahar, 1981.			
ARCE, A. M; MARTINS, L. M. (Orgs.) Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil? Em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Alínea, 2007.			
ARCE, A. M; MARTINS, L. M. (Orgs.) Ensinando aos pequenos : de zero a três anos. Campinas, SP: Alínea, 2009.			
BRASIL. Ministério da Educação. A etapa da Educação Infantil. <i>In: Base Nacional Comum Curricular</i> . Brasília, 2017.			
OLIVEIRA, Z. R. Educação Infantil : fundamentos e métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.			
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Orientações Pedagógicas da educação infantil : estudos e reflexões para a organização do trabalho pedagógico/Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. 2 ed. Curitiba: SEED/PR, 2015. 1v., 2v.			
MUKHINA, V. Psicologia da idade Pré-escolar . São Paulo: Martins Fontes, 1996.			
VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 12 ed. São Paulo: Ícone, 2012.			

DISCIPLINA:	Fundamentos Teórico-Metodológicos da Alfabetização		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 10	C/H EAD:
EMENTA:			
Estudo da linguagem como produção histórica, social, cultural e promotora do desenvolvimento humano. A especificidade da alfabetização como processo de ensino/aprendizagem da leitura e escrita. Leitura e escrita enquanto processos de produção de significados vinculados à constituição do sujeito sócio histórico. Fundamentos epistemológicos das diferentes abordagens teóricas. Propostas metodológicas e práticas pedagógicas. O processo de alfabetização como ensino/aprendizagem da língua escrita na fase inicial da escolarização de crianças, jovens e adultos. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
CAGLIARI, L.C. Alfabetizando sem o BA BE BI BO BU . São Paulo: Scipione, 2000.			
DANGIÓ, Meire dos Santos; MARTINS, Lígia Márcia. A concepção histórico-cultural de alfabetização . Disponível em < https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13214 > Acesso em mar/2016.			
FERREIRO, E. & TEBEROSKI, A. A Psicogênese da Língua Escrita . Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.			
KLEIN, L. R. Alfabetização: quem tem medo de ensinar? São Paulo: Cortez; Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2002.			
LURIA, A.R. O desenvolvimento da Escrita na Criança . In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. <i>Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem</i> . São Paulo: Ícone; Editora da Universidade de São Paulo, 1998.			
SFORNI, Marta Sueli de Faria. Um olhar para a alfabetização mediado por conceitos da teoria histórico-cultural .			

DISCIPLINA:	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de História		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 10	C/H EAD:
EMENTA:			
Ensino de História no Brasil: abordagens, conceitos e métodos de ensino. Noções de tempo, espaço, relações sociais e produção de identidades. História, fontes e práticas culturais. Linguagens e narrativas no ensino de História. Ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena. Propostas pedagógicas para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2005.			
BRASIL CNE/CP. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana . Brasília: MEC/CNE, 2004.			
CAINELLI, Marlene. A construção do pensamento histórico em aulas de história no ensino fundamental. Tempos Históricos , v. 12, 2008.			



CARRETERO, Mário; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda (org). **Ensino da História e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, M.M.D. 2010 (Coord.). **História**: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2010.

DISCIPLINA:	Gestão Escolar (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA: 14	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 16	C/H EAD: 30
EMENTA:			
Antecedentes históricos do trabalho do pedagogo na escola pública brasileira, orientador educacional e supervisor escolar. Coordenação do trabalho pedagógico da escola pública fundamentados na gestão democrática. Fundamentos teóricos da Administração e da Gestão aplicados à educação. Escola, Gestão e Projeto Político Pedagógico da escola. Instâncias colegiadas da escola: APMF, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, Conselho de Classe. Tipos de escolha pública de diretores escolares. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Lex : Brasília: Diário Oficial da União.			
BRASIL. Lei nº 13.005/2014, Plano Nacional de Educação. Lex : Brasília: Diário Oficial da União.			
BRASIL. Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lex : Brasília: Diário Oficial da União.			
FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão da Educação na Sociedade Mundializada . Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.			
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. 10 ed. rev. ampl. 9. reimp. São Paulo: Cortez, 2012			
PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública . São Paulo: Ática, 2004.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado II – Gestão Escolar		
C/H TOTAL:	130		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Organização do trabalho pedagógico no âmbito da gestão escolar. Análise da relação entre unidade escolar e sistema de ensino. Acompanhamento e análise do processo de planejamento escolar e educacional no âmbito da educação básica e suas modalidades. Identificação das possibilidades de ação e funções do pedagogo. Planejamento e desenvolvimento de projetos como alternativa aos desafios vivenciados na escola.			



REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Lex:** Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014, Plano Nacional de Educação. **Lex:** Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lex:** Brasília: Diário Oficial da União.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão da Educação na Sociedade Mundializada**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10 ed. rev. ampl. 9. reimp. São Paulo: Cortez, 2012

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2004.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L.. **Estágio e Docência**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DISCIPLINA:	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Matemática (Alterado pela Resolução nº 043/2024- CEPE/UNESPAR)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 18	C/H PRÁTICA: 42	C/H EXTENSÃO: 30	C/H EAD: 30

EMENTA:

Origem do conhecimento matemático na humanidade. História da constituição da disciplina de Matemática. Concepções de Ciência e de Conhecimento Matemático nas tendências pedagógicas. Alfabetização e Letramento Matemático de crianças, jovens e adultos no Ensino Fundamental. Ensino e aprendizagem de Matemática. Tendências Matemáticas: História da Matemática, Resolução de Problemas, Etnomatemática, Modelagem Matemática. O Jogo e a brincadeira no ensino da Matemática. Uso da Tecnologia no Ensino da Matemática, a Matemática, diversidade, etnia e temas contemporâneos. Propostas pedagógicas para o ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Base nacional Comum Curricular – BNCC**. Ensino Fundamental. Ciências. Ministério da Educação, 2018.

KALMYKOVA, Z. I. Pressupostos psicológicos para uma melhor aprendizagem da resolução de problemas aritméticos. In: **Psicologia e Pedagogia II:** investigações experimentais sobre problemas didáticos específicos. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

MOURA, M. O. de et al. Atividade Orientadora de Ensino: unidade entre ensino e aprendizagem. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, PR: v. 10, n. 29, jan./abr. 2010.

MOURA, M. O. (Coord.). **Controle da variação de quantidades:** atividades de ensino. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Volume de Matemática. Secretaria de Estado a Educação do Paraná. Paraná: 2008.

PANIZZA, M. **Ensinar Matemática na Educação Infantil e Séries Iniciais**. Trad. Antonio Feltrin. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PARRA, C. e SAIZ, I. (orgs.) **Didática da Matemática:** reflexões psicopedagógicas. 2 ed. Trad. Juan



Acuña Lhorens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ROSA, J. et al. **Proposições de Davýdov e colaboradores para o ensino de Matemática**. VI Simpósio sobre Formação de Professores, Educação, Currículo e Escola. Tubarão, 23 a 30 de maio de 2014. Anais. ISSN: 2175-9162.

ROSA, J.; CALDEIRA, A. **O desenvolvimento do conceito de número na proposta curricular do estado de Santa Catarina e em Vigotski**: um estudo de relações. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/download/1981-1322.../12130> de JE da Rosa - 2008. Acesso em 08-04-2018.

DISCIPLINA:	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 10	C/H EAD:
EMENTA:			
Trabalho com leitura, escrita e oralidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A fala organizadora do pensamento e da consciência. As produções sócio discursivas e seu uso escolar. A formação do leitor e escritor de acordo com a concepção de linguagem enquanto processo de interação. A Literatura infanto-juvenil e seu uso escolar. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Lingüística . São Paulo: Scipione, 2005.			
BATISTEL, Silmara Siqueira et al. O trabalho pedagógico na disciplina escolar de língua portuguesa na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. In: PAGNONCELLI, Cláudia et al. O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares : contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.			
GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula . Cascavel: Assoeste, 1985.			
MENEGASSI, Renilson. Avaliação de leitura : construção e ordenação de perguntas.			
POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola . São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.			
SMOLKA, Ana Lúcia Bustamente. A criança na fase inicial da escrita . São Paulo: Cortez, 1988.			
SILVA, Ana Maria; MENEGASSI, Renilson José. Interação, leitura e escrita na sala de aula de ensino Fundamental (1º e 2º ciclos).			
SARAIVA, Mônica de Araújo; Costa-Hübes, Terezinha da Conceição. Pedagogia histórico crítica : um olhar para as ações do professor no ensino da linguagem escrita.			

DISCIPLINA:	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Ciências		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 10	C/H EAD:
EMENTA:			
História da ciência. História da constituição da disciplina de Ciências no Brasil. Ensino e aprendizagem de Ciências nas tendências pedagógicas. Distinção entre Conhecimento Científico e Conhecimento Científico Escolar. Ensino de Ciências e os métodos científicos. Alfabetização e Letramento Científico. Divulgação Científica e aprendizagem docente. Atividades Experimentais conceituais. Abordagens e elementos para a prática pedagógica de Ciências nos anos iniciais do			



ensino fundamental. Temas Transversais da área de Ciências. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Base nacional Comum Curricular – BNCC**. Ensino Fundamental. Ciências. Ministério da Educação, 2018.

ESPINOZA, A. **Ciências na Escola**: novas perspectivas para formação dos alunos. Trad. Camila Bogéa. 1. Ed. São Paulo: Ática, 2010.

FRACALANZA, H. e MEGID NETO, J. (Orgs.) **O Livro Didático de Ciências no Brasil**. Campinas, SP; editora Komedi, 2006.

GERALDO, A. C. H. **Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Volume de Ciências. Secretaria de Estado a Educação do Paraná. Paraná: 2008.

SANTOS, C.S. dos. **Ensino de ciência**: abordagem histórico crítica. Campinas, Armazém do Ipê: Autores Associados, 2005.

VIGOTSKI, L.S. Desenvolvimento dos Conceitos cotidianos e científicos na idade escolar. In: **Psicologia Pedagógica**. Trad. Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado III – Educação Infantil		
C/H TOTAL:	130		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Vivência investigativa e análise crítica dos processos educativos da Educação Infantil. Relação teoria e prática. Referenciais teórico -metodológicos que subsidiam a formação e a ação docente na Educação Infantil. Planejamento e desenvolvimento de atividades de docência a partir das especificidades da criança de 0 a 3 e 4 a 5 anos.			
REFERÊNCIAS:			
ARCE, A. (Org.) O trabalho Pedagógico com crianças de até três anos . Campinas, SP: Alínea, 2014.			
BAURU. Proposta Pedagógica para Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru . SP [recurso eletrônico] (Orgs) Juliana Pasqualini, Yaeko Nakadakari Tshuko. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016.			
MARSIGLIA, A. C. G (Org.). Infância e pedagogia histórico-crítica . Campinas, SP: Autores Associados, 2013.			
MAGALHÃES, G. M. Análise da atividade-guia da criança na primeira infância : contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a avaliação do desenvolvimento infantil dentro de instituições de ensino. Tese de Doutorado, 162 f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Campus Araraquara, 2016.			
COSTA, S. A.; MELLO, S. A. Teoria Histórico-Cultural na Educação Infantil : Conversando com professores. Editora CRV: Curitiba, 2017.			
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Orientações Pedagógicas da educação infantil : estudos e reflexões para a organização do trabalho pedagógico/			



Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. 2 ed. Curitiba: SEED/PR, 2015. 1v., 2v.

DISCIPLINA:	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Geografia e da Educação Ambiental		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 14	C/H EXTENSÃO: 16	C/H EAD:
EMENTA:			
Ensino de Geografia no Brasil: abordagens, conceitos e métodos de ensino. Relações espaciais, dimensões culturais, políticas, econômicas e socioambientais e suas transformações. Paisagem, território, lugar e construção do espaço. Ser humano, natureza e cultura. Educação ambiental, tecnologia e sociedade. Propostas pedagógicas para o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS:			
COSTA, Fábio R. da. Geografia: correntes do pensamento e conceitos. Curitiba: CRV, 2017.			
KATUTA, Ângela Massumi; CONSELVAN, Edenir Theresinha Souto; CORDEIRO, Irani Aparecida de Oliveira; SIEBENEICHLER, Julsemir; BIER, Vera Lucia. Subsídios teórico-metodológicos para o ensino da Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental fundamentados na pedagogia histórico-crítica. In: PAGNONCELLI, Cláudia. MALANCHEN, Julia. MATOS, Neide da Silveira Duarte de (organizadoras). O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.			
PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Fundamental da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná: Geografia. Secretaria de Estado da Educação, Curitiba, PR: Memvavmem Editora, 2008.			
SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.			
SILVEIRA, Sanderley. Paraná: História e Geografia. Disponível em: http://sanderlei.com.br/PT/Silveira/Parana/Parana-Historia-Geografia-Index .			

DISCIPLINA:	Pesquisa em Educação II		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Elaboração de Projeto de pesquisa. Encaminhamentos para o Trabalho de Conclusão de Curso.			
REFERÊNCIAS:			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.			



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DISCIPLINA:	Fundamentos Teórico-Metodológicos no Ensino da Arte, Cultura Corporal e Movimento (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 32	C/H PRÁTICA: 58	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD: 30
EMENTA:			
Conceitos de arte e cultura corporal. A arte e o corpo como linguagem. Apreciação estética. Potencial criador. Principais linhas e pressupostos que concebem e justificam o trabalho com arte e com o corpo na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. As diferentes linguagens e materiais expressivos da Arte na história das culturas (Artes Visuais, Música, Dança, Teatro) e suas articulações com a educação. A função da arte na escola. Cultura lúdica. Propostas pedagógicas para o trabalho com arte na Educação Básica. Jogos e brincadeiras como elementos pedagógicos para formação cognitiva, emocional, social, ética, estética e motora.			
REFERÊNCIAS:			
BIAVATTI, Sandra Macanhão. WIELEWSKI, Jaqueline Miliavaca. O ensino da arte na educação básica e a Pedagogia Histórico-Crítica. In: PAGNONCELLI, Cláudia. MALANCHEN, Julia. MATOS, Neide da Silveira Duarte de(organizadoras). O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares : contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.			
BARROS, G. A.; GASPARIN, J. L. As novas exigências histórico educacionais de Artes na contemporaneidade . Anais. Seminário de Pesquisa do PPE, UEM, Maringá, 2009.			
BUORO, A. B. O olhar em construção : uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
MEDINA, J. P. S. A educação física cuida do corpo e mente . Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.			
NASCIMENTO, Carolina Picchetti et al. Contribuições do ensino de educação física para a educação infantil com fundamentos da pedagogia histórico- crítica e da psicologia histórico-cultural. In: PAGNONCELLI, Cláudia et al. O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares : contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.			
OLIVEIRA, Valdiléia Xavier. "Olha, é só um truque, tem desenho lá!" o ensino da arte com base em pressupostos da teoria Histórico-Cultural. Dissertação de Mestrado. UEM, Maringá, 2013.			
PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Arte e Artes para a educação Básica . SEED: Curitiba, 2006.			
PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Educação Física para a Educação Básica . SEED: Curitiba, 2008.			
SCHERER, Cleudet Assis. Musicalização e desenvolvimento infantil : um estudo com crianças de três a cinco anos. Dissertação de Mestrado. UEM: Maringá, 2010.			
DISCIPLINA:	Currículo (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)		



C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD: 30
EMENTA:			
História do Currículo e suas concepções. Fundamentos históricos e culturais das teorias de currículo. Transformação do conhecimento, análise e compreensão da escola e da educação na contemporaneidade. O currículo escolar e o processo de alfabetização científica. Políticas Curriculares na contemporaneidade brasileira.			
REFERÊNCIAS:			
EYNG, Ana Maria. Currículo Escolar . Curitiba: Ibpx, 2007.			
GOODSON, Ivor F. Currículo: Teoria e História . Petrópolis: Vozes, 1995.			
MOREIRA, Antonio F. Currículo, Cultura e Sociedade . São Paulo: Cortez, 2000.			
SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática . Porto Alegre: ArtMed, 2000.			
SAVIANI, Nereide. Saber Escolar, Currículo e Didática . Campinas: Autores Associados, 2003.			
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 2011.			
VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto Político Pedagógico: uma construção possível . Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental		
C/H TOTAL:	200		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 140	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Trabalho de campo orientado para o diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos na prática educativa. Vivência de processos de investigação e problematização da realidade educativa. Espaço para tratamento interdisciplinar dos conteúdos escolares. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas de ensino envolvidas nas práticas educativas do Ensino Fundamental. Situações de regência de classe, planejamento, desenvolvimento e avaliação de aulas em diferentes componentes curriculares.			
REFERÊNCIAS:			
BRASIL, Base nacional Comum Curricular – BNCC . Ensino Fundamental. Ciências. Ministério da Educação, 2018.			
CAMPO MOURÃO. Planejamento Anual do Município de Campo Mourão . Secretaria Municipal de Educação de Campo Mourão.			
CARVALHO, A. M. P. de Os Estágios nos Cursos de Licenciatura . Editora Cengage CTP Coleção Ideias em Ação. S/D.			
PIMENTA, S. G.; LIMA, M.S.L. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2004.			
PIMENTA, S. G.(Org). Saberes pedagógicos e atividades docentes . São Paulo: Cortez, 2005.			
THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação . São Paulo: Cortez, 2005.			
SAVIANI, D. A nova lei da educação: LDBEN trajetória, limites e perspectivas . Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.			



DISCIPLINA:		Planejamento e Avaliação	
C/H TOTAL:		60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Planejamento, avaliação institucional e avaliação escolar. O processo de planejamento educacional e escolar da educação básica. Planejamento participativo na escola. Planejamento e implementação de políticas educacionais, programas e projetos de ensino na educação básica. Concepções ideológicas de escola e de seu processo avaliativo. Concepções de avaliação institucional e de ensino. Sistema Nacional de Avaliação da educação brasileira. Avaliação quantitativa e qualitativa da educação brasileira.			
REFERÊNCIAS:			
BRASIL. LEI nº. 13.005 , de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm >. Acesso em: 20 jan. 2018.			
DALMÁS, Ângelo. Planejamento Participativo na Escola : elaboração, acompanhamento e avaliação. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.			
DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa . São Paulo: Cortez, 1994.			
FREITAS, Luiz Carlos de <i>et al.</i> Avaliação educacional : caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, 2009.			
LEMES DE SORDI, Mara Regina; LÜDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação (Campinas) [online]. 2009, v. 14, n. 2. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000200005 >. Acesso em: 6 jul. 2017.			
LUCK, Heloisa. Perspectivas da avaliação institucional da escola . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico : como construir um Projeto Político Pedagógico da escola. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.			
ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica : desafios e perspectivas. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.			
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico : do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad: 2009.			

DISCIPLINA:		Tópicos Especiais em Educação	
C/H TOTAL:		30	
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Problemática interdisciplinar de questões concernentes à educação no âmbito da escola contemporânea brasileira.			
REFERÊNCIAS:			
A ser definida quando houver o estabelecimento da temática.			

DISCIPLINA:		TCC	
C/H TOTAL:		150 (30h/r no primeiro semestre e 120h/r no segundo semestre)	
C/H TEÓRICA: 90	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 60	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Desenvolvimento da pesquisa com temática específica sob orientação de um professor do curso. Elaboração, redação científica e apresentação do trabalho de conclusão de curso. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio da curricularização/ações extensionistas.			



REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 1995.

DISCIPLINA:	LIBRAS (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA: 14	C/H PRÁTICA: 46	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD: 30
EMENTA:			
Noções básicas de Libras com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Aspectos históricos da inclusão de surdos na sociedade. Didática e educação dos surdos. Desenvolvimento da Linguagem simbólica de pessoas surdas: identificação da gramática da Língua de Sinais, sua morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. A função da Libras como mediadora da aprendizagem dos conteúdos, símbolos e signos para pessoas surdas. Contato entre ouvintes e surdos.			
REFERÊNCIAS:			
BRASIL, Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.			
BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica . Secretaria de Educação Especial, 2001.			
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e a realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.			
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Falando com as mãos . Curitiba: 1998.			
PINTO, F.B. O Silencioso despertar do mundo do surdo brasileiro . www.revista-fênix.pro.br .			
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
SACKS, O. Vendo vozes : Uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			

DISCIPLINA:	Gestão Educacional (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD: 30
EMENTA:			



O Sistema Nacional de Educação e o regime de colaboração entre os entes federados. A articulação entre as necessidades nacionais de organização do sistema de ensino e as disposições internacionais assumidas pelo Estado Nacional. Ação do pedagogo frente à organização dos sistemas e das redes de ensino. O pedagogo e as instâncias colegiadas: CMDCA, NRE, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho do FUNDEB, Conselho Tutelar, Rede de Proteção Integral.

REFERÊNCIAS:

CURY, C. R. J. Os Conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas. *In*: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios**. São Paulo: Xamã, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAIS, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática**: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações. Políticas e Gestão na Educação. Escola de Gestores, MEC Texto 2.

PERONI, Vera Maria Vidal. Conselhos Municipais em tempos de redefinição do conceito de democracia. *In*: SOUZA, Donaldo Bello (Org.) **Conselhos Municipais e controle social da educação**: descentralização, participação e cidadania. São Paulo: Xamã, 2008.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v. 23, n.1, jan./abr., 2007.

DISCIPLINA:	Educação e Diversidade		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Educação, identidade e diferença na sociedade brasileira contemporânea. Educação para a diversidade, com ênfase nas temáticas étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa. Construção cultural do corpo, relações de poder e educação. A escola como espaço de intercâmbio das diferentes culturas e identidades. Práticas pedagógicas e projetos interdisciplinares para o trabalho com a diversidade, preconceito e discriminação.			
REFERÊNCIAS:			
ARAÚJO, U. F. Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação . São Paulo: Summus, 2014.			
BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.			
FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir : nascimento das prisões. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.			
FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade : a vontade de saber. v. 1. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.			
GIROUX, Henry A. Cruzando as fronteiras do discurso educacional : novas políticas em educação. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.			
LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. <i>In</i> : COSTA, M. V. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo . Rio de Janeiro: DP&A, 1999.			



LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, Porto alegre, v. 25, jul./dez. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação anti-racista. **Práxis Educacional Vitória da Conquista** v. 4, n. 4, jan./jun. 2008.

PIERUCCI, Antônio Flavio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, T. T. **Teoria Cultural e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Optativas

DISCIPLINA:	Marxismo, Educação e Luta de Classes		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
O caráter específico do pensamento marxiano: uma ontologia do ser social. A Crítica de Marx à especulação e ao materialismo metafísico. A concepção de trabalho em Marx e Lukács. Trabalho, educação e reprodução social no âmbito da ontologia marxiana. Educação no quadro da crise estrutural do capital.			
REFERÊNCIAS:			
MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política . 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.			
MARX, Karl. O Capital : crítica da economia política. 11 ed. São Paulo: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, v. 1.			
MARX, Karl. Manuscritos económicos-filosóficos . Lisboa: Edições 70, 1993.			
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista . São Paulo: Boitempo, 1998.			
MARX, Karl. O Capital : crítica da economia política. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1.			
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A sagrada família . São Paulo: Boitempo, 2003.			
MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005.			
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Boitempo, 2007.			
DISCIPLINA:	História, Intelectuais e Pensamento Educacional		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			



O Conceito de Intelectual em Gramsci. Estudo de educadores brasileiros como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Nísia Floresta e de suas contribuições no desenvolvimento do pensamento educacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS:

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MEC/INEP/COMPED, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, set./dez., 2006.

DISCIPLINA:	Políticas Internacionais para a Educação e (Re)configuração da Escola Básica Brasileira		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Poder político internacional para a educação. Organizações Internacionais vinculadas ao Sistema ONU. Agenda global de políticas para a educação básica. (Re)configuração da educação básica brasileira para o século XXI.			
REFERÊNCIAS:			
BRASIL. Decreto n.º 7.030/2009, Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Lex: Brasília: Diário Oficial da União.			
CHESNAIS, François. A mundialização do capital . São Paulo: Xamã, 1996.			
CAMPOS, Rosânia. Educação infantil e organismos internacionais : uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional. 214f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Profª. Drª. Eloisa Acires Candal Rocha, 2008.			
DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”?. Educação e Sociedade , Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago. 2004.			
ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. <i>Revista Brasileira de Educação</i> , v. 17, n. 50, maio/ago. 2012.			
SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais . 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.			
TOUSSAINT, Eric. A bolsa ou a vida . A dívida externa do Terceiro mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.			

DISCIPLINA:	Políticas e História da Infância e da Educação Infantil no Brasil		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			



Fundamentos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais da infância e da Educação Infantil. Constituição dos conceitos de criança e infância no Brasil e as garantias educacionais para a infância e a adolescência. Função social da Educação Infantil. Políticas e programas de atendimento à infância. Instituições escolares (Creche e pré-escola) e não escolares de atendimento à educação infantil. Relação entre educação infantil e demais etapas da Educação Básica.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sonia. "O rei está nu": um debate sobre as funções da pré-escola. **Cadernos Cedes**: Cortez, n. 9, 1984.

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel**: O Pedagogo dos Jardins de Infância. Petrópolis: Vozes, 2002.

DREXEL, John; IANNONE, Leila Rentroia. **Criança e Miséria**: vida ou morte? 9 ed. São Paulo: Moderna, 1989.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. e VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. **Infâncias (pre)ocupadas**: trabalho infantil, família e identidade. Brasília: Plano, 2001.

MERISSE, Antonio. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, Antônio (et. al.). **Lugares da infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida**. A dívida externa do Terceiro mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

DISCIPLINA:	Psicologia Histórico-Cultural e a periodização do desenvolvimento humano		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Estudo sobre desenvolvimento do psiquismo na Psicologia Histórico-Cultural e suas implicações para a educação escolar. A disciplina busca analisar a periodização do desenvolvimento desde o nascimento à velhice, enfatizando a compreensão dos processos formativos do indivíduo por meio do materialismo histórico-dialético.			
REFERÊNCIAS:			
ASBAHR, F. S.; NASCIMENTO, C. P. Criança não é manga, não amadurece: Conceito de Maturação na Teoria Histórico-Cultural. Anais... Psicologia: ciência e profissão, 2013, n. 33 (2).			
ELKONIN, D. Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico em la infância. In: DAVIDOV, V.; SHUARE, M. (Org.) La psicologia evolutiva y pedagógica em la URSS (antologia). Moscou: Progreso, 1987.			
FACCI, M. G. D. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. Cad. Cedes , Campinas, v. 24, n. 62, abril, 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20092.pdf .			
MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Org) Periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico : do nascimento a velhice. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.			



MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar:** contribuições a luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

DISCIPLINA:	Educação, Gênero e Sexualidade		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Educação, gênero e sexualidade como construções históricas, sociais, políticas e de relações de poder. As marcas de gênero e sexualidade na formação educacional de meninos e meninas. Gênero como categoria de análise, história, conceitos e movimentos políticos. Interfaces entre gênero, sexualidade e igualdade étnico-racial. Práticas pedagógicas e propostas didáticas de educação em gênero e sexualidade para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.			
REFERÊNCIAS:			
BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.			
CHASSOT, Attico. A Ciência é masculina? É sim, senhora! São Leopoldo: EdUNISINOS, 2003.			
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder . 4 ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.			
FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso . 4 ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.			
FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento das prisões. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.			
FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade: a vontade de saber. v. 1. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.			
GIROUX, Henry A. Escola crítica e política cultural . RJ: Paz e Terra, 1987.			

DISCIPLINA:	Cognição, afetividade e educação em valores		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
A indissociabilidade entre os processos cognitivos e afetivos no funcionamento psíquico humano. Dimensão afetiva, moralidade e valores. Sentimentos e afetos como objetos de conhecimento. Cognição, afetividade e educação em valores na formação de crianças e jovens. Planejamento de práticas pedagógicas e educação em valores na escola.			
REFERÊNCIAS:			
ARANTES, V. A. (Org.). Educação e Valores . São Paulo: Summus, 2007.			
ARANTES, V. A. (Org.) Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2003.			
ARAÚJO, U. F. Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação . São Paulo: Summus, 2014.			
DAMÁSIO, A. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.			
MORENO, M. Falemos de sentimentos: a afetividade como um tema transversal. São Paulo: Moderna, 1999.			



PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PUIG, J. M. **Ética e valores: métodos para um ensino transversal**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1998.

PUIG, J. M.; MARTÍN GARCÍA, X. **As sete competências básicas para educar em valores**. São Paulo: Summus, 2010.

SASTRE, G.; MORENO, M. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade**. São Paulo: Moderna, 2002.

DISCIPLINA:	Escola de Pais		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Desafios na educação de filhos na contemporaneidade. A função dos pais: proteção e educação. Os valores que permeiam a educação familiar.			
REFERÊNCIAS:			
CECCON, Claudius. A vida na escola e a escola da vida . São Paulo: Vozes, 2013.			
CORIGLIANO, Débora. Orientando pais, educando filhos . São Paulo: Autores associados, 2009.			
DEMO, Pedro. Aprender bem/mal . São Paulo: Autores associados, 2009.			
PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais . São Paulo: Intermeios, 2018.			
MANZINI, Raquel Gomes. Bullyng: escola e família enfrentando a questão . São Paulo: Mediação, 2017.			
MILJKOVITCH, Raphaële. Os fundamentos da relação afetiva . São Paulo: Autores associados, 2013.			
NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (org). Família e escola . São Paulo: Vozes, 2011.			
WEIL, Pierre. Relações humanas na família e no trabalho . São Paulo: Vozes, 2011.			

DISCIPLINA:	Prevenção de Deficiências		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H EAD:
EMENTA:			
Aspectos históricos e culturais das deficiências. Concepções de deficiência. Classificação Etiológica das deficiências de maior incidência. A participação da família e da escola na avaliação da pessoa com deficiência.			
REFERÊNCIAS:			
ALBANO, L.M.J. Importância da genética no serviço público: relato da extinção de um setor de genética no Município de São Paulo, Brasil https://www.scielo.org/article/rpsp/2000.v7n1/29-34/ .			
JIMÉNEZ, R.B. Necessidades educativas especiais . Portugal, Lisboa: Dinalivro 1997.			
LEONARDO, N.S.T. LEAL, Z. F. de R. G. FRANCO, A. de F. (orgs). Medicalização de Educação e Psicologia Histórico-Cultural: em defesa da emancipação humana . Maringá: Eduem, 2017.			
PESSOTTI, I. Deficiência Mental: da Superstição à Ciência . São Paulo: Edusp, 1984.			



SILVA, O. M. **A epopéia ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

10. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

O curso de Pedagogia da Unespar, campus de Campo Mourão propõe-se a produzir pesquisas que exponham a realidade sócio-econômica-político-educacional e indiquem processos didático-pedagógicos que auxiliem no ensino-aprendizagem de conhecimentos, com o intuito de contribuir com a formação profissional dos sujeitos envolvidos. Um curso de formação de educadores deve partir da prática e a ela retornar.

O estudo da prática social da educação requer competências que possibilitem novos modos de compreensão do real e de sua complexidade. A pedagogia e as demais ciências da educação estão encarregadas de produzir esses novos modos. Não se pode mais educar, formar, ensinar apenas com o saber (das áreas de conhecimento) e o saber fazer (técnico/tecnológico). Faz-se necessária a contextualização de todos os atos, seus múltiplos determinantes, a compreensão de que a singularidade das situações necessita de perspectivas filosóficas, históricas, sociológicas, psicológicas (PIMENTA, 2005, p. 10).

O curso objetiva formar o educador-pesquisador, educador-intelectual-transformador rompendo com as ideologias subjacentes a teoria educacional, comprometido com uma educação, que não negue a cultura da classe trabalhadora. A pesquisa permeará o curso desde o início da formação em disciplinas específicas que subsidiarão a compreensão de como se produz ciência e qual a diferença entre senso comum, ciência e filosofia, tais como: Introdução à Filosofia, Organização do Trabalho Acadêmico, Introdução à Pesquisa em Educação I e II; nas disciplinas de fundamentos teórico-metodológicos de ensino, as quais propiciam a produção de materiais didático-pedagógicos, nas disciplinas de estágios e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além das disciplinas citadas, o estudante tem a possibilidade de participar dos programas de Iniciação Científica institucionais com bolsa ou como voluntários.

O Colegiado de Pedagogia ofertará a curricularização da extensão nas modalidades I, II e IV de ACEC. A carga horária destinada à curricularização da extensão possibilitará a aproximação da universidade com a sociedade na perspectiva de enfrentamento de pautas reais e de transformação social, em um canal de duas vias, de diálogo e troca de saberes. Não se trata de estender à sociedade o conhecimento acadêmico, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Intensificando o contato dos (as) estudantes com a sociedade, a dialogicidade presente na curricularização da extensão também tem por objetivo intensificar o contato do estudante de pedagogia com a sociedade em ações relacionadas ao campo profissional educacional, além de fomentar novos temas de pesquisa e novas metodologias de ensino-aprendizagem a partir de vivências com as comunidades de entorno da Universidade.

11. CORPO DOCENTE

O curso conta atualmente com 178 alunos, distribuídos entre os turnos diurno e noturno, e com 26 professores: 15 efetivos e 11 temporários.

COORDENADORA DO COLEGIADO DE CURSO

Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Sandra Garcia Neves	Pedagogia, Fecilcam, 1998	Especialização em Psicomotricidade, IBMR, 2011 Mestrado em Educação, UEM, 2010, Doutorado em Educação UERJ, 2017.	32 h/a	TIDE

PROFESSORES EFETIVOS

Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Andreia Nakamura Bondezan	Pedagogia, UEM, 2003	Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, UNINA, 2019 Mestrado em Educação, UEM, 2006 Doutorado em Educação, UEM, 2012	TIDE
Analéia Domingues	Pedagogia – UEM – 2000	Mestrado em Educação – UEM – 2003 Doutorado em Educação – UFSC – 2017	TIDE
Ceres América Ribas	Pedagogia – Fecilcam – 2002	Especialização em Psicologia Clínica Institucional – Fecilcam – 2004 Mestrado em Educação – UFSC – 2006	TIDE
Cibele Introvini	Pedagogia – Fecilcam – 1995	Mestrado em Educação – UEM – 2009	TIDE
Cleudet de Assis Scherer	Pedagogia – Fecilcam – 2005	Mestrado em Educação – UEM – 2010 Doutorado em Psicologia – UEM – em andamento	TIDE
Cristiane Silva Melo	Pedagogia – UEM – 2006	Mestrado em Educação – UEM – 2009 Doutorado em Educação – UEM – 2016	TIDE
Divania Luiza Rodrigues	Pedagogia – UEM – 1996	Mestrado em Educação – UEM – 2004 Doutorado em Educação – UEM – 2015	TIDE
Elaise Mara Ferreira Crepaldi	Pedagogia – Unesp – 1978 Serviço Social – UEL – 1982	Mestrado em Educação – UEM – 2002 Doutorado em Educação – UEM – 2015	TIDE
Fabiane Freire França	Pedagogia – UEM – 2005	Mestrado em Educação – UEM – 2009 Doutorado em Educação – UEM – 2014	TIDE
Jair Grasso	Educação Física – UEPG – 1982	Especialização em Educação Física Escolar – UFPR – 1985 Especialização em Técnico em desportos em Voleibol e Handebol – UEPG – 1983	T-24
Osmar Martins de Souza	Filosofia - Universidade do Sagrado Coração – 2000	Mestrado em Educação – UEM – 2004 Doutorado em Educação – UFC – em andamento	TIDE

Sonia Maria Yassue Okido Rodrigues	Psicologia – UEM – 1979	Especialização em Metodologia do Ensino Superior – UEL – 1986 Mestrado em Ciências Sociais – UEM – 2012	TIDE
Suzana Pinguello Morgado	Pedagogia – UEM – 2007	Mestrado em Educação – UEM – 2011 Doutorado em Educação – UEM – 2016	TIDE
Wanessa Gorri de Oliveira	Pedagogia – Fecilcam – 2007	Mestrado em Educação – UEM – 2011 Doutorado em Educação – UEM – em andamento	TIDE
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Ana Paula Aires Rodrigues	Pedagogia, UEM, 2017	Mestrado em Educação, UEM, 2020	CRES-40
Cassia Edmara Muraback Coutinho	Pedagogia, UNESPAR, 2003 História, UESPI, 2018	Especialização em Gestão e Orientação Escolar, Faculdade Piauiense, 2006 Mestrado em Educação Matemática, Unespar, 2021	CRES-40
Débora Francischini Boian	Pedagogia, UEM, 2012	Mestrado em Educação, 2018	CRES-40
Rosângela Silva dos Santos	Pedagogia, UNEB, 2004 Letras Libras, UNIASSELVI, 2020	Especialização em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, UNEB, 2008 Especialização em tradução, interpretação e ensino de Libras, UNINTESE, 2018	CRES-40
Rozenilda Luz Oliveira de Matos	Pedagogia, FECILCAM, 1998 Filosofia, FAERPI, 2015	Mestrado Educação, UEM, 2014 Doutorado em Educação, UEM, 2019	CRES-40
Edilson de Araújo dos Santos	Pedagogia, UEM, 2017	Mestrado em Educação, UEM, 2020	CRES-40
Guilherme Antunes Leite	Pedagogia, UNESPAR, 2017	Mestrado em Educação, UNICENTRO, 2021.	CRES-40
Fabiana Fátima Cherobin	História, UFPB, 2004 Pedagogia, UNINTER, 2017	Mestrado em Educação, UFSC, 2015 Doutorado em Educação, UFSC, 2020	CRES-40
Lucimar da Luz Leite	Pedagogia, UNESPAR, 2012	Mestrado em Educação, UEM, 2015 Doutorado em Educação, UEM, 2021	CRES-40
Laís Pacífico Martineli	Pedagogia, UEM, 2011	Mestrado em Educação, UEM, 2014 Doutorado em Educação, UEM, 2020	CRES-40
Janisley Fontini Razera	Pedagogia, Unespar, 2014 Letras Libras, Faculdade Eficaz, 2017 Letras Libras, Unioeste, 2021	Especialização em Educação Especial com ênfase em deficiência auditiva, Faculdade Eficaz, 2015 Especialização em Psicopedagogia institucional e clínica, UNIBF, 2022 Especialização em Neuropsicopedagogia institucional inclusiva, UNIBF, 2022	CRES-40

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Especialistas: 3

Mestres: 9

Doutores: 15

12. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Andreia Nakamura Bondezan

Analéia Domingues



Cibele Introvini
Cleudet de Assdis Scherer
Cristiane da Silva Melo
Sandra Garcia Neves
Sonia Maria Yassue Okido Rodrigues

13. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

Infraestrutura física e instalações acadêmicas relacionadas aos espaços (salas de aula, laboratórios de ensino, laboratórios de informática, etc.).

SUBITEM	O QUE TEMOS
Espaços usados pelo curso e equipamentos existentes em cada um deles, identificando sua correlação pedagógica com o curso e programas previstos (Inserir salas de aula, laboratórios de todos os tipos, dentre outros espaços).	Laboratório de ensino
	Total de metragem 63 m, 72 cm, dos quais, 11m, 52 cm é utilizado como depósito dos materiais pedagógicos. Restante do espaço, 52 m e 20 cm, são utilizados como sala de aula, devido falta de espaço na instituição quando possível é utilizado para as oficinas das disciplinas de Fundamentos Teóricos Metodológicos das áreas de docência do pedagogo.
	Existem nesse espaço: 10 mesas de 1,66X0,73 32 cadeiras estofadas 2 carteiras de fórmica 1 cadeira de fórmica 1 TV 29 polegadas antiga 1 DVD 1 tela para projeção 2mX2m 1 quadro branco 2mX1,20cm 1 projetor multimídia 1 no-breack 1 ar condicionado
	Correlação pedagógica do espaço: Esse espaço foi criado para trabalhar as metodologias de ensino das áreas de docência do pedagogo na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA é utilizado também para cursos ou minicursos no período diurno. Contribui com a formação do pedagogo. Atualmente o espaço é utilizado corretamente no período matutino. Entretanto no período noturno está fora do seu objetivo porque se transformou em sala de aula e muitas vezes, quando tem grávidas na sala, não é possível remanejar a turma, nem mesmo para as oficinas.
Laboratório de Inclusão Digital	O espaço possui a dimensão de 61m e 26cm Possui os seguintes equipamentos: 22 CPUs – cerca de 60% estão em funcionamento normal 23 monitores 13 mesas 7 carteiras 34 cadeiras estofadas 1 cadeira de fórmica 13 mesas 1 impressora Braille 1 máquina de escrever Braille 2 armários de aço com portas 1 ar condicionado Carrier

	<p>1 tela para projeção 2mX1,80cm</p> <p>1 projeto multimídia Epson (muito amigo dá problema nas configurações com outros aparelhos mais atuais).</p> <p>33 caixinhas de som para CPUs</p> <p>1 no-break</p>
Colegiado de Curso	Dimensão 58m ² , dos quais 6m e 21 cm são utilizados para sala de coordenação e a mesma dimensão como ante sala para atendimento de estudantes ou público em geral.
	Equipamentos
	<p>3 computadores completos com CPU e monitores, dos quais 2 são para uso geral dos docentes e 1 para a coordenação de curso;</p> <p>3 armários com portas de aço, tipo de vestiário, com portas de uso individual para os professores, 1 deles é utilizado como escaninho para que os estudantes entreguem trabalhos aos professores e informes da coordenação aos professores, como correspondências do protocolo;</p> <p>2 armários de aço com portas para guarda de materiais e equipamentos de uso comum dos docentes;</p> <p>3 armários de aço que são de guarda de documentos do curso, documentos de estudantes como registros de horas extra-curriculares e guarda de materiais de consumo na sala da coordenação;</p> <p>18 mesas para professores;</p> <p>2 mesas para uso geral;</p> <p>2 bancadas para computadores de uso dos docentes;</p> <p>1 bancada para computador para uso da coordenação de curso;</p> <p>18 cadeiras para os docentes;</p> <p>1 mesa com 4 cadeiras na ante sala para atendimento de estudantes e público em geral;</p> <p>1 ar condicionado;</p> <p>1 quadro branco pequeno para avisos;</p> <p>5 quadros de avisos, horários do curso, horários de professores, informes em geral, feitos de fórmica branca.</p>
	Correlação pedagógica
	O espaço é utilizado para reuniões pedagógicas, reuniões de estágios, hora permanência, estudos, pesquisas, convivência.
Relação equipamentos/ aluno	<p>Os materiais didáticos do Laboratório de Ensino são utilizados pelas turmas de terceiros e quartos anos nas disciplinas de Metodologias de Ensino e também utilizam nos estágios. Há um livro de controle de empréstimos.</p> <p>Quando há curso de extensão ou oficinas com os professores municipais os materiais são também utilizados.</p> <p>Muitas vezes, em sala ou curso são utilizados coletivamente, não há necessidade de um material ou jogo para cada estudantes ou cursista.</p> <p>Quanto ao Laboratório de Inclusão, há mais estudantes em cada turma do que computadores e também há os equipamentos que não funcionam por falta de manutenção.</p> <p>O laboratório é utilizado anualmente principalmente pelas turmas de 2º ano, diurno e noturno na disciplina de Educação Especial e Inclusão. Demais professores utilizam em disciplinas tais como: Didática e Novas Tecnologias e Metodologias de Ensino.</p> <p>Trabalha-se com duplas ou trios nos computadores. Os materiais em Braille dos 2 laboratórios são utilizados nas aulas de Educação Especial e também são emprestados às demais licenciaturas, quando solicitados.</p>

Salas de aulas	O curso utiliza 4 salas de aulas no período diurno e 3 salas de aulas no período noturno com dimensão de 51m2 e 40 a 42 carteiras, as salas possuem ventiladores, quadro branco e multimídia instalados. As salas NÃO possuem ar condicionado.
----------------	--

Além dos espaços específicos do Curso de Pedagogia, elencados nas tabelas, o curso utiliza áreas comuns tais como: pátio do campus, anfiteatro, mini-auditório para eventos e atividades de ensino e de extensão. O campus conta ainda com uma sala do CEDH – Centro Educacional em Direitos Humanos que atende a todos os estudantes do campus.

Patrimônio do Laboratório de Pedagogia Campus de Campo Mourão

Bandinha		
Nº	Item	Qtd
1	Castanhola	2
2	Chocalho	10
3	Coco	5
4	Pandeiro	3

Lego e blocos lógicos giratórios		
Nº	Item	Qtd
1	Blocos de encaixe coloridos (rosa, branco, azul)	41
2	Blocos de encaixe fechado	28
3	Blocos de encaixe médio (coloridos)	61
4	Cubos giratórios: pequeno coelhinho	1

5	Pratos	2
6	Reco-reco	9
7	Sino	1
8	Tambor	7
9	Triângulo	1

Blocos lógicos de madeira		
Nº	Item	Qtd
1	Círculo fino médio azul e amarelo	2
2	Círculo grosso médio azul	1
3	Círculo grosso pequeno azul e vermelho	2
4	Peças de diferentes tamanhos e cores	38
5	Quadrado fino médio amarelo	1
6	Quadrado fino médio azul	1
7	Quadrado fino médio vermelho	1
8	Quadrado grande grosso verde	2

5	Cubos giratórios: pequenos coloridos	3
---	--------------------------------------	---

Livros		
Nº	Item	Qtd
1	33 Livros didáticos – Porta Aberta – Geografia – 5º ano	33
2	Caderno Pedagógico de História do Paraná – Representações, Memórias, Identidades.	30
3	Dicionário dos temas transversais – Ensino Fundamental – 1º ciclo – 1ª à 4ª série	1
4	Guia do Livro didático – 2007 – Ciências	1
5	Guia do Livro didático 2007 – Alfabetização	1
6	Guia do Livro didático 2007 – História	1
7	Guia do Livro didático 2007 – Língua Portuguesa – anos iniciais do Ensino Fundamental.	1
8	Guia do Livro didático 2007 – Matemática	1
9	Livro – Ampliação do Ensino Fundamental - Para nove anos.	1
10	Livro – Ampliação do Ensino Fundamental de nove anos.	1
11	Livro – Col. Mundo em Movimento – Geografia – 4ª série	1
12	Livro – Diretrizes Curriculares – Ensino Fundamental – Versão Preliminar.	1
	Livro – Diretrizes Político-Pedagógicas.	

9	Quadrado grande grosso vermelho	2	13	Ressignificando a educação de Jovens e Adultos – SE/RS 2003/2006	1
10	Quadrado grosso grande verde e vermelho	2	14	Livro – Educação e contemporaneidade – Educação e pesquisa – Vol. 22	1
11	Quadrado médio vermelho	3	15	Livro – Educação e contemporaneidade – Educação: cognição, aprendizagem e formação de professores.	1
12	Quadrado pequeno grosso verde	6	16	Livro – EJA – Alunos e Alunas do EJA.	1
13	Quadrado pequeno grosso vermelho	14	17	Livro – Ensino Fundamental de nove anos orientações gerais.	1
14	Quadrado pequeno médio amarelo	3	18	Livro – Geografia – Novo Ensino Médio	1
15	Quadrado pequeno médio verde	3	19	Livro – Geografia geral e do Brasil – Vol. 1	1
16	Quadrado pequenos grosso amarelo	10	20	Livro – Lei orgânica da assistência social.	1
17	Retângulo fino grande vermelho	1	21	Livro – Trabalhando com jovens e adultos – A sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem.	1
18	Retângulo grosso pequeno vermelho	5	22	Livro – Trabalhando com jovens e adultos – O processo de aprendizagem dos alunos e professores.	1
19	Retângulo médio amarelo	7	23	Livro – Trabalhando com jovens e adultos – Observação e Registro.	1
20	Retângulo pequeno grosso azul	13	24	Livro Biologia Seres vivos fisiologia – Vol. 2	1
21	Retângulo pequeno grosso azul	3	25	Livro da coordenação – Ensino Infantil – Vol.1	2
22	Retângulo pequeno grosso vermelho	2	26	Livro da coordenação – Ensino Infantil – Vol.2	2
23	Triângulo fino médio vermelho, azul e amarelo	3	27	Livro da coordenação – Ensino Infantil – Vol.3	2
24	Triângulo grande grosso amarelo	2	28	Livro da coordenação – Ensino Infantil – Vol.4	2
25	Triângulo grosso médio vermelho	1	29	Livro de Biologia – Livro Público – Ensino Médio	1
26	Triângulo verde grosso grande	3	30	Livro didático - Col. Matemática aula por aula – 2ª série	1
			31	Livro didático - Col. Matemática aula por aula – 3ª série	1
			32	Livro didático - Col. Porta Aberta, Matemática – 2ª série	1
			33	Livro didático – É bom aprender – EJA – Alfabetização.	1
			34	Livro didático – É bom aprender – EJA – Vol. 2	1
			35	Livro didático – História – Ensino Médio	1
			36	Livro didático - Matemática e realidade – Ensino Fundamental – 8ª série	1
			37	Livro didático - Nova História Crítica.	1
			38	Livro didático História – Livro Público – Ensino Médio	1
			39	Livro didático Sociologia – Livro Publico – Ensino Médio	1
			40	Livro do Professor – 1º Volume – Ensino Fundamental	1
			41	Livros – Biologia genética evolução ecológica.	2
			42	Livros – Mulheres na arte – que diferença isso faz.	5
			43	Livros – Trabalhando com jovens e adultos – Planejamento e avaliação.	2
			44	Livros didáticos – A grande aventura. Letramento e alfabetização – 1º ano	34
			45	Livros didáticos – A grande aventura. Letramento e alfabetização lingüística – 2º ano	20
			46	Livros didáticos – Alfabetização Todas as Letras.	36
			47	Livros didáticos – Aprendendo sempre - Ciências – 5º ano	19
			48	Livros didáticos – Col. Aprendendo sempre, Matemática – 3º ano	21
			49	Livros didáticos – Col. Aprendendo sempre,	14

Bolas		
Nº	Item	Qtd
1	Bola média	1
2	Bolas grandes	5
3	Bolas pequenas	6

Diversos		
Nº	Item	Qtd
1	Ábaco	10
2	Ábaco acadêmico	10
3	Ábaco de madeira	7
4	Alfabeto Braille madeira pote	5
5	Alfabeto de madeira	1
6	Alfabeto vazado EVA	10
7	Alfabeto vazado madeira	8
8	Alinhavos caixa de madeira	3
9	Almofada para carinho	1
10	Animais diversos	188

			Matemática – 4º ano	
11	Aramado	3	50 Livros didáticos – Col. Aprendendo sempre, Matemática – 5º ano	16
12	Argolas	17	51 Livros didáticos – Col. Hoje é dia de Geografia – 2º ano	22
13	Atlas braille	1	52 Livros didáticos – Col. Matemática e realidade – Ensino Fundamental – 5ª série	14
14	Avião – partes de um auto posto	1	53 Livros didáticos – Col. Pode contar comigo, Matemática – 5º ano	16
15	Bambolê	15	54 Livros didáticos – Col. Porta Aberta, Matemática – 4ª série	11
16	Bilboque	1	55 Livros didáticos – De olho no futuro – História – 2º ano	24
17	Blocos lógicos madeira	3	56 Livros didáticos – De olho no futuro – História – 5º ano	38
18	Bola ginástica	4	57 Livros didáticos – De olho no futuro. Alfabetização Matemática – 2º ano	20
19	Bolas – 3	3	58 Livros didáticos – EJA Alfabetiza Brasil.	7
20	Bonecas grandes	2	59 Livros Didáticos – Ensino Médio – Vol. 1 – História	6
21	Brinquedos de encaixe	20	60 Livros didáticos – Ensino Médio – Vol. 2 – História	6
22	Brinquedos de montagem EVA	4	61 Livros didáticos – Ensino Médio – Vol. 3 – História	5
23	Cabo de vassoura	15	62 Livros didáticos – História – Vol. Único	9
24	Caixa de material teatro	1	63 Livros didáticos - Matemática e realidade – Ensino Fundamental – 6ª série	3
25	Caixa figuras geométricas	1	64 Livros didáticos – Porta Aberta – Ciências – 2º ano	13
26	Canudos plásticos	1 pct	65 Livros didáticos – Porta Aberta – Geografia – 3º ano	2
27	Carimbos Educativos caixa de madeira	2	66 Livros didáticos – Porta Aberta – Geografia – 4º ano	36
28	Carrinhos	cx c/ 8 pct c/ 17	67 Livros didáticos – Projeto Buriti – História – 2º ano	37
29	Carrinhos grandes	13	68 Livros didáticos – Projeto Buriti – História – 3º ano	25
30	Cavaletes para pintura	10	69 Livros didáticos – Projeto Buriti – História – 4º ano	34
31	Cavalo de pau	3	70 Livros didáticos – Projeto Pitangüé – Português – 2ª série	9
32	Cone	10	71 Livros didáticos – Redescobrir ciências – 1ª série	19
33	Cubo de alfabeto	1	72 Livros didáticos – Redescobrir Ciências – 3ª série	9
34	Cubo numérico	1	73 Livros didáticos – Tempos Modernos, Tempos de Sociologia – Vol. Único – Ensino Médio	9
35	Cx c/ bonecas – 3 bonecas médias e 1 pequena	1	74 Livros didáticos- Iniciação à filosofia – Vol. Único – Ensino Médio	5
36	Dados	2	75 Livros didáticos- Novas Palavras – Língua Portuguesa – 3ª série – Ensino Médio	4
37	Dados com figuras geométricas	2	76 Livros didáticos- Redescobrir ciências – 4ª série	20
38	Dominó	1	77 Manual do professor – Col. Pode contar comigo – 1º ano	1
39	Dominó caixa de madeira	2	78 Manual do professor – História temática – 6º ano – Tempos e culturas.	1
40	Dominó de letras	1	79 Manual do Professor – Porta Aberta. Letramento e alfabetização – 2º ano	2
41	Dominó de madeira	1	80 Manual do Professor – Projeto Ararila – Português – 5ª série	1
42	Dominó de madeira frutas	1	81 Manual do professor, Filosofando – Introdução à filosofia.	2
43	Dominó de matemática	1	82 Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa – Planejamento e organização da rotina na alfabetização.	1
44	Dominó, Dam, Lego 4 em 1	1	83 Pacto nacional pela alfabetização na idade certa-	1

				Currículo inclusivo. O direito de ser alfabetizado.	
45	Escala Cuesenare	3	84	PCN – Apresentação dos temas transversais e ética.	1
46	Fantoches teatro	1	85	PCN - de Educação Física Vol. 7	1
47	Fantoches	38	86	PCN – Pluralidade cultural e orientação sexual.	1
48	Figuras geométricas	1 cx	87	PNAIC- A organização do planejamento da rotina no ciclo de alfabetização na perspectiva do letramento.	1
49	Fita cassete	18	88	PNAIC- Currículo na alfabetização - Concepções e princípios.	1
50	Fita métrica	1	89	PNAIC- Currículo no ciclo da alfabetização – Consolidação e monitoramento do processo de ensino e aprendizagem.	1
51	Formas geométricas montagem em madeira	1	90	PNAIC- Planejamento escolar. Alfabetização da Língua Portuguesa.	1
52	Frações no pote	3	91	PNC – História 5ª à 8ª série.	1
53	Garrafa pet boliche	6	92	PNC – Matemática 5ª à 8ª série.	1
54	Geoplano e sistemas de madeira	2	93	Referencial curricular nacional para Educação Infantil. Volume 1	2
55	Globo	1	94	Referencial curricular nacional para Educação Infantil. Volume 2	2
56	Globo artesanal	1			
57	Grampos grampeador	1			
58	Jogo Banco	1			
59	Jogo da memória	1			
60	Jogo de Lego	2			
61	Jogo de lego grande	1			
62	Jogo de memória	1			
63	Jogo de xadrez	1			
64	Jogo Lego	5			
65	Jogo O que é o que é?	1			
66	Jogo Resta	1			
67	Jogos de memória	3			
68	Jogos de memória caixa de madeira	9			
69	Jogos de quebra cabeça papel	8			
70	Letras e números EVA Potes	5			
71	Letras EVA pacote	1			
72	Ludo de madeira	1			
73	Mapas diversos de EVA	6			
74	Mapas geográficos	10			
75	Material dourado	2			
76	Material dourado plástico	8			
77	Números e sinais “Libras”	2			
78	Pastas pretas com trabalhos didáticos pedagógicos	2			
79	Pega varetas	1			
80	Pinos – 12	12			
81	Prancha geométrica madeira	1			
82	Quebra cabeça	1			
83	Quebra cabeça corpo humano EVA	6			
84	Quebra cabeça de madeira	5			
85	Quebra cabeça esqueleto	1			

Livros em tecido		
Nº	Item	Qtd
1	A estrelinha teimosa	1
2	A melancia	1
3	A semana de Lilica	1
4	A sementinha	1
5	A toupeira que queria ver o cometa	1
6	Aprendendo com os números	1
7	Ardente Sonho de Laurinha	1
8	As aventuras de um fabreti	1
9	Benedita	1
10	Confusão no alfabeto	1
11	Diga não	1
12	Gula Punida	1
13	O desejo de voar	1
14	O moderno conto de fadas	1
15	O pato poliglota	1
16	O Sol e a Lua	1
17	Os perigos de Didi	1
18	Pedrinha no sapato	1
19	Pedrinho o Salvador	1
20	Ronque Ronque	1
21	Use a cuca e o casco	1

Livros Infantis		
Nº	Item	Qtd
1	5 patinhos	1
2	A bota do bode	1
3	A eleição da criança	1

86	Quebra cabeça EVA	4	4	A planície e o abismo	1
87	Quebra cabeça Letras EVA	1	5	Agenda mirim	10
88	Quebra cabeça madeira	1	6	Bebês inteligentes	1
89	Quebra cabeça papelão	2	7	Cantigas infantis	2
90	Reglete	10	8	Coleção a natureza da paisagem	1
91	Régua	3	9	Coleção animais fofos	1
92	Régua de madeira	20	10	Coleção atrás corpo humano	2
93	Relógio EVA	3	11	Coleção Educação Inclusiva direito e diversidade	2
94	Relógio madeira	5	12	Coleção energia o jogo	3
95	Rolo de estimulação	1	13	Coleção literatura para todos	21
96	Sistema solar	1	14	Coleção Paraíso da criança histórias infantis	22
97	Tabuadas de EVA	14	15	Conal	1
98	Tamgran caixa madeira	5	16	De onde vem o bebe	1
99	Tapetes alfabeto e números (grande)	109	17	Eca	15
100	Tapetes alfabeto e números (pequenos)	109	18	Em casa	1
101	Tapetes, desenhos EVA	42	19	Gatinha esperta	1
102	Tesouras	1	20	Gestão democrática	1
			21	Livro de dedochê vamos brincar	1
			22	Livros Fecilcam	2
			23	O que acontece quando amamos	1
			24	Os robôs eles vem aí	1
			25	Paideia	3
			26	Quem sou?	1

Fitas de Vídeos		
Nº	Item	Qtd
1	2º Encontro de Pedagogia – Diurno – novembro de 1997	1
2	Alfabetização – Fita 3	1
3	Alfabetização Solidária	1
4	Curso de capacitação Alfabetização Solidária	1
5	Curso de capacitação Alfabetização Solidária – Agosto/2000	1
6	Encerramento da oficina de teatro – 4º ano de Pedagogia.	1
7	Encontro de Pedagogia	1
8	Encontro de Pedagogia	1
9	Escola da vila	1
10	Estágio de Orientação – 1997 – Fita 2	1
11	Filosofia para crianças	1
12	Filosofia para crianças	1
13	Filosofia para crianças – Banca de Estágio 1997	1
14	Oficina – Carlos	1
15	Projeto Creche – Zita e Lúcia. Zita – Fisioterapia – 02/06/98 – RPG	1
16	Seminário – Educação no Período Militar. 2º ano Pedagogia – Diurno – 2001	1
17	Viagem à São Paulo – 2002. Viagem de 14 à 28/05	1



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela et al. Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 819-842, out. 2006.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BRASIL. PARECER CNE/CP nº 05/2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia Licenciatura.

BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1/2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia Licenciatura.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica**. Resolução n.2, de 1º de julho de 2015. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 jun. 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

BRASIL. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação** (Bacharelado e Licenciatura). Ministério da Educação. Brasília, DF, 2010. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_reconhecimento_bacharelado_licenciatura3.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 04 jun. 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 jun. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 jun. 2016.

BRASIL. MEC/CNE. **Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 04 jun. 2016.

BRASIL. **Planejando a próxima década**: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014 -2024 [recurso eletrônico]**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 20 jan. 2015.



BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: **Plano Nacional da Educação**, 2014.

BRITO, Márcia Regina. ENADE 2005: perfil, desempenho e razão da opção dos estudantes pelas licenciaturas. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 12, n. 3, p. 401-443, 2007.

BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. Teorías de la Interculturalidad y fracasos políticos. In: **Diferentes, desiguales y desconectados**. Barcelona: Gedisa, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPAE**, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar (Orgs.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun. 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FACULDADE Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. **Projeto Político-Pedagógico**. Curso de Pedagogia. Campo Mourão, PR, 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 167-177, fev./jun. 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LEFREBvre, Henri. A práxis. In: **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

LEONTIEV, Alexei. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.



LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**, ano 3, nº 12, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Verificação ou Avaliação: que pratica a escola? 1988.
Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf>. Acesso em: 1 maio de 2016.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete educação básica. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/educacao-basica/>>. Acesso em: 13 de jun. 2016.

MENIN, Maria Suzana et al. Representações sociais sobre o trabalho do professor: comparações entre Pedagogia e Licenciaturas, primeiro e último ano de formação. In: SOUZA, Clarilza Prado; PARDAL, Luis Antonio; VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor (orgs.). **Representações sociais sobre o trabalho docente**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009, p. 209-222.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OBSERVATÓRIO PNE: - <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne> - Acesso em 13 de junho 2016.

PARANÁ. Lei nº 13.283/2001 de 25 de outubro de 2001, Integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, as entidades de ensino superior que especifica e adota outras providências. **Lex**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=3611&codItemAto=24016>>. Acesso em 05 set. 2016.

PÁTARO, Cristina S. O.; MEZZOMO, Frank A. **Estudantes universitários no Ensino Superior público paranaense**: perfil dos ingressantes na Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão: Fecilcam, 2015.

PÁTARO, Cristina S. O.; MEZZOMO, Frank A. Formação de professores na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná: perfil dos ingressantes nos cursos de Licenciatura da Unespar/Campo Mourão. **Educativa**, Goiânia, v. 16, p. 95-114, 2013.

PETERNELLA, Alessandra; GALUCH, Maria Terezinha B. **A Relação Teoria e Prática na formação do pedagogo**. Maringá: EDUEM, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Educação Socialista, Pedagogia Histórico -Crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2008b.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

UNESPAR. **Projeto Pedagógico Institucional**. Disponível em: <www.unespar.edu.br/PPIUNESPARCEE.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.



UNESPAR. **Projeto Político-Pedagógico**. Curso de Pedagogia. Campo Mourão, PR, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad: 2009.

VÁZQUEZ, Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semiovich. Aprendizagem e Desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LEONTIEV, Alexis et al. **Psicologia e Pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semiovich. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

VYGOTSKY, Lev Semiovich. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

14. ANEXOS:

1. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado;
2. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso;
3. Regulamento de Atividades Complementares.
4. Regulamento de ACEC.



ANEXO I

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – UNESPAR, CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO 2023

INTRODUÇÃO

O Curso de Pedagogia da Unespar/Campus de Campo Mourão organiza o seu Estágio Curricular Supervisionado conforme a Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Estágio de estudantes; a Resolução nº. 01/2006-CNE, que estabelece as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia; a Resolução nº. 02/2015-CNE, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (Cursos de Licenciatura, Cursos de Formação Pedagógica para Graduados e Cursos de Segunda Licenciatura) e para a Formação Continuada; a Resolução nº. 010/2015-CEPE/Unespar, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Unespar e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Unespar, Campus de Campo Mourão.

Este regulamento prima pelo pressuposto de que o Estágio Supervisionado se constitui como ato educativo, componente essencial na formação profissional.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Pedagogia da Unespar/Campus de Campo Mourão, em conformidade com a Resolução nº. 010/2015 CEPE/Unespar, dispõe:

I – Estágio Supervisionado é o ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, sob a orientação e supervisão de docentes, e visa à formação profissional e humana;

II – Estagiário(a) é o(a) estudante regularmente matriculado(a) e frequentando o Curso de Pedagogia e apto(a) ao desenvolvimento de atividades que integrem a programação curricular e didático-pedagógica do Curso;

III – Unidade Concedente de Estágio é a pessoa jurídica de direito privado e órgão da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, além dos próprios campi da Unespar;

IV – Setor de Estágios do Campus é o setor responsável pelo cadastro de estudantes, formalização de convênios, expedição, registro, controle e arquivamento de documentos dos Estágios do Campus de Campo Mourão da Unespar, vinculado à Diretoria de Graduação;

V – Coordenador(a) de Estágio é o(a) docente designado(a) pelo Colegiado, com formação específica em Pedagogia e atuando nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, responsável por participar, executar e avaliar as atividades pertinentes ao Estágio Obrigatório e Não Obrigatório;



VI – Orientador(a) de Estágio é o(a) docente do Colegiado de Pedagogia com formação condizente e experiência na área do Estágio;

VII – Supervisor(a) de Estágio é o(a) profissional com formação ou experiência profissional em Educação, responsável pelo acompanhamento e supervisão do(a) estagiário(a) no campo de Estágio, vinculado à Unidade Concedente.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia compreende as seguintes modalidades:

I – Estágio Obrigatório: cujo cumprimento da carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

II – Estágio Não Obrigatório: desenvolvido como atividade opcional.

TÍTULO I
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
CAPÍTULO I
CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º O Estágio Obrigatório é um componente curricular do Curso de Graduação em Pedagogia.

Parágrafo único. A carga horária das atividades de Estágio Obrigatório deve ser de, no mínimo, 400 horas.

Art. 2º O Estágio obrigatório será realizado nos diversos campos de atuação do pedagogo, em espaços escolares e não-escolares, cuja carga horária deve ser integralizada até o final do último período letivo do Curso de Pedagogia, sendo:

I – Anos Iniciais do Ensino Fundamental com 140h/r;

II – Educação Infantil com 100h/r;

III – Gestão Escolar com 100h/r;

IV – Organização do Trabalho Pedagógico com 60h/r.

Parágrafo único. Os acadêmicos participantes de programas ou projetos institucionais, aprovados na Unespar, com foco na docência, poderão solicitar aproveitamento, desde que cumprida 60% da carga horária total do programa ou projeto ou 150 horas de efetivo trabalho na escola campo, cabendo ao colegiado de Curso analisar os pedidos e decidir sobre o aproveitamento de até 100% da carga horária prática do Estágio Supervisionado IV (Ensino Fundamental), não ficando o aluno dispensado do cumprimento da carga horária teórica da disciplina. A comprovação da participação do acadêmico nos programas e projetos deverá ser feita através de uma declaração emitida e assinada pelos coordenadores dos programas ou projetos. Para fins de avaliação na disciplina de Estágio Supervisionado IV, o coordenador do programa ou projeto deverá atribuir 50% da nota final e o professor da disciplina de Estágio Supervisionado IV deverá atribuir os outros 50% da nota final.

CAPÍTULO II
FINALIDADES



Art. 3º São finalidades do Estágio Obrigatório:

- I** – Aproximar os(as) estagiários(as) da realidade educacional, para que vivenciem situações de planejamento, implementação e avaliação da ação pedagógica em suas múltiplas manifestações que envolvem o processo de ensino-aprendizagem;
- II** – Viabilizar reflexões teórico-práticas que consolidem a formação do pedagogo;
- III** – oportunizar a aquisição de conhecimentos necessários à atuação do pedagogo;
- IV** – Proporcionar experiências que preparem os(as) estagiários(as) para o exercício da profissão de Pedagogo nas áreas de docência e gestão.

CAPÍTULO III **ORGANIZAÇÃO**

Art. 4º A responsabilidade pela organização do Estágio Obrigatório do Curso é do Colegiado de Pedagogia, da coordenação do Centro de Área de Ciências Humanas e da Educação, compartilhada com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd);

Parágrafo único. A organização do Estágio levará em consideração as possibilidades das Unidades Concedentes.

Art. 5º A orientação do Estágio Obrigatório é exercida por docente do Colegiado de Pedagogia com formação condizente e, preferencialmente, com experiência na área de Prática de Ensino ou de Gestão Escolar.

Parágrafo único. O Orientador de Estágio acompanha o Estágio e pode ministrar, concomitantemente, o componente curricular referente à formação e ação docente e prática de ensino, bem como prática de gestão escolar.

Art. 6º A realização do Estágio Obrigatório ocorre mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante, a Unidade Concedente de Estágio e a Unespar, conforme Artigo 4º, Inciso II da Resolução nº. 010/2015-CEPE/Unespar.

Art. 7º O Estágio Obrigatório deve atender às seguintes disposições:

- I** – Ser realizado prioritariamente em unidades escolares do sistema público de ensino ou em unidades públicas afins;
- II** – A Unidade Concedente deve designar um Supervisor de Estágio, que poderá supervisionar até 10 estagiários(as) simultaneamente;
- III** – As atividades dos Estágios Curriculares Supervisionados nas modalidades de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme plano de trabalho, compreendem:
 - a) Observação e participação no campo de Estágio;
 - b) Planejamento das atividades previstas no plano de Estágio;
 - c) intervenção pedagógica conforme planejamento;
 - d) Registro das atividades desenvolvidas;
 - e) elaboração do trabalho final de Estágio.

IV – As atividades do Estágio Curricular Supervisionado na modalidade de Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico, conforme plano de trabalho, compreendem:

- a) Observação e análise do campo de Estágio;
- b) Destaque de possibilidades para atuação em âmbito restrito ao pedagogo/gestor;
- c) elaboração de plano de Estágio a partir da realidade;
- d) Realização das atividades previstas no plano de Estágio;
- e) elaboração do trabalho final de Estágio.

V – A carga horária específica destinada às atividades descritas nos incisos III e IV serão dimensionadas pelo Colegiado de Pedagogia.

Parágrafo único. O trabalho final de Estágio deve explicitar a relação teoria e prática e poderá ser elaborado, em acordo com o(a) Orientador(a), no formato de Relatório, Artigo científico, Material didático, Projeto, Produção de material audiovisual, entre outros.

Art. 8º As atividades do Estágio Obrigatório devem ser compatíveis com o horário de funcionamento das Unidades Concedentes.

Art. 9º O(a) acadêmico(a) que apresentar algum tipo de deficiência ou necessidade específica realizará atividades de Estágio mediante orientação adequada à sua necessidade.

CAPÍTULO IV

AVALIAÇÃO

Art. 10º A avaliação do estagiário(a) deve considerar os objetivos constantes no Projeto Pedagógico do Curso referente a este componente curricular e no plano de atividades de Estágio, condicionada à observância dos seguintes aspectos:

- I** – Desempenho nas atividades teórico-práticas promovidas e/ou solicitadas pelo(a) professor(a) orientador(a);
- II** – Desempenho nas atividades de docência;
- III** – Desempenho nas atividades de gestão pedagógica e administrativa;
- IV** – Apresentação do trabalho final, dentro de normas técnico-científicas previamente estabelecidas e de acordo com o parágrafo único do 7º artigo.

Art. 11º As notas das avaliações do(a) estagiário(a) serão atribuídas pelos(as) professores(as) orientadores(as), conforme critério de avaliação aprovado pelo Colegiado de Pedagogia.

Art. 12º Ao(à) estagiário(a) não será permitida revisão de avaliação das atividades referentes à intervenção na Unidade Concedente.

Art. 13º O Estágio Obrigatório não será ofertado em regime de dependência.

Parágrafo único. O estágio obrigatório não é passível de exame final. (Nova redação pela Resolução nº 005/2024-CEPE/UNESPAR)

CAPÍTULO V



COORDENAÇÃO

Art. 14º Quanto ao Estágio Obrigatório, cabe ao Coordenador do Estágio:

- I** – Estabelecer contato inicial com os órgãos públicos responsáveis pelas Unidades Concedentes para obter informações necessárias ao desenvolvimento das atividades de Estágio;
- II** – Socializar informações sobre acompanhamento e desenvolvimento das atividades de Estágio junto à coordenação do Curso de Pedagogia e órgãos públicos responsáveis pelas Unidades Concedentes;
- III** – Reunir-se periodicamente com orientadores(as) e supervisores(as) para organização e acompanhamento das atividades de estágio;
- IV** – Viabilizar processo de avaliação continuada e permanente das atividades de Estágio;
- V** – Zelar pelo cumprimento da legislação referente ao Estágio.

CAPÍTULO VI ORIENTAÇÃO

Art. 15º A Orientação dos Estágios Obrigatórios do Curso de Pedagogia será desenvolvida por meio da modalidade semidireta, em conformidade à Resolução 010/2015-CEPE/Unespar, compreendendo visitas sistemáticas programadas ao campo de estágio, com objetivo de manter contato com o Supervisor de Campo de Estágio, além de entrevistas, reuniões e encontros individuais presenciais com os(as) estudantes.

Art. 16º Cabe ao orientador do Estágio Obrigatório:

- I** – Proporcionar condições para que o(a) estagiário(a) vivencie o cotidiano escolar;
- II** – Orientar o(a) estagiário(a) no planejamento e na execução das atividades docentes, de organização do trabalho pedagógico e de gestão;
- III** – Indicar as fontes de pesquisa e de consulta necessárias às atividades de ensino a serem realizadas pelo(a) estagiário(a);
- IV** – Avaliar o desempenho do(a) estagiário(a) conforme os critérios de avaliação do componente curricular, levando em consideração a avaliação realizada pela Unidade Concedente;
- V** – Manter contatos periódicos com a equipe gestora da Unidade Concedente e com o(a) professor(a) regente de classe, tendo em vista o desenvolvimento das atividades de Estágio;
- VI** – Conhecer as características da Unidade Concedente que dizem respeito à estrutura física, princípios filosóficos e pedagógicos do seu Projeto Político Pedagógico;
- VII** – Orientar o estagiário na elaboração do plano de atividades de Estágio e apresentá-lo ao supervisor da Unidade Concedente;
- VIII** – Manter informado o(a) Coordenador(a) de Estágio sobre o desenvolvimento das atividades realizadas nas Unidades Concedentes;
- IX** – Cumprir integralmente as normas estabelecidas pelo regulamento de Estágio.

CAPÍTULO VII

SUPERVISÃO

Art. 17º Cabe ao Supervisor da Unidade Concedente do Estágio Obrigatório:

- I** – Receber os(as) estagiários(as), acompanhados do(a) Orientador(a) de Estágio, e informá-los sobre as normas da Unidade Concedente;
- II** – Supervisionar, em conjunto com o(a) Orientador(a) de Estágio, as atividades desenvolvidas pelos(as) estagiários(as);
- III** – Assegurar o acompanhamento e a permanência em sala de aula do(a) professor(a) regente durante todas as atividades de Estágio
- IV** – Definir os conteúdos a serem desenvolvidos no período de intervenção pedagógica em conjunto com os(as) professores(as) regentes;
- V** – Avaliar o desempenho do(a) Estagiário(a) de acordo com os critérios definidos pelo Colegiado de Pedagogia da Unespar;
- VI** – Comunicar intercorrências na realização das atividades de Estágio ao Orientador de Estágio.

CAPÍTULO VIII

O ESTAGIÁRIO

Art. 18º São direitos do(a) estagiário(a):

- I** – Receber orientação didático-pedagógica para realização das atividades de Estágio;
- II** – Conhecer os acordos estabelecidos entre a Unidade Concedente e o(a) Orientador(a) de Estágio para realização das atividades de Estágio;
- III** – Apresentar propostas ou sugestões que contribuam para o aprimoramento das atividades de Estágio;
- IV** – Ao(à) estagiário com deficiência será possibilitada a ampliação de prazo para realização do estágio na mesma Unidade Concedente, se necessário, conforme Artigo 11 da Lei nº. 11.788/2008.

Art. 19º São deveres do(a) estagiário(a):

- I** – Realizar atividades de Estágio previstas no plano de trabalho e previamente aprovadas pelo Orientador de Estágio;
- II** – Executar as tarefas de Estágio na Unidade Concedente, respeitando suas normas e sua organização administrativa e pedagógica;
- III** – Manter uma postura ética na produção acadêmica, assim como nas relações interpessoais, vestuário, uso de celular, vocabulário, atitudes e utilização dos espaços, imagens e recursos da Unidade Concedente;
- IV** – Encaminhar ao(à) Orientador(a) de Estágio a ficha de controle de frequência, constando o número de horas, o período de Estágio e a descrição das atividades de Estágio realizadas;



V – Elaborar, em conjunto com o(a) Orientador(a), o Plano de Atividades de Estágio, bem como o trabalho final de Estágio.

Art. 20º É vedado o abono de faltas:

I – Exceto nos casos previstos pelo Regimento Geral da Unespar;

II – Em caso de falta justificada, o(a) acadêmico(a) deverá comunicar e apresentar comprovante ao(à) Orientador(a) de Estágio para reorganização e reposição das atividades de Estágio.

TÍTULO II

ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO

Art. 21º O Estágio não obrigatório é uma atividade opcional do(a) aluno(a), tendo como finalidade a formação complementar e deverá ser realizado em espaço compatível com as áreas de formação previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, sendo expressamente vedado o exercício de qualquer outra atividade não relacionada à sua área de formação.

Art. 22º Para realizar o Estágio não obrigatório, o(a) aluno(a) deverá estar matriculado(a) e frequentar regularmente o Curso de Pedagogia.

Parágrafo único. Orienta-se que os alunos do 1º ano do Curso não realizem estágios de auxílio à docência, pelo fato de não possuírem os fundamentos teóricos e metodológicos neste campo de atuação, podendo realizar o estágio em secretarias ou bibliotecas, salvo para aqueles que comprovadamente possuírem a formação em docência.

Art. 23º O Estágio não obrigatório não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 24º O Estágio não obrigatório será realizado mediante um plano de Estágio proposto pela Unidade Concedente compatível com o Projeto Pedagógico de Curso e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

§ 1º A jornada de atividade em Estágio Não Obrigatório será definida de comum acordo entre a Unespar, a Unidade Concedente e o(a) estagiário(a), devendo constar no Termo de Compromisso.

§ 2º A carga horária do Estágio Não Obrigatório não deve ultrapassar seis horas diárias e trinta horas semanais, incluindo a carga horária do Estágio Obrigatório.

§ 3º A duração do Estágio Não Obrigatório na mesma Unidade Concedente não poderá exceder dois anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.

Art. 25º O(a) estagiário(a) poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória sua concessão, bem como a do auxílio-transporte.

Art. 26º O Estágio Não Obrigatório será supervisionado e terá acompanhamento do(a) professor(a) Orientador(a) e do(a) Supervisor(a) da Unidade Concedente.

CAPÍTULO II



AVALIAÇÃO

Art. 27º O Estágio Não Obrigatório será avaliado por meio de relatórios das atividades desenvolvidas, encaminhados pelo(a) estagiário(a) à Instituição, a cada seis meses, de acordo com o estabelecido no plano de Estágio com vista obrigatória da Unidade Concedente e do professor Orientador.

Parágrafo único. Em caso de desistência do Estágio Não Obrigatório, o(a) estagiário(a) deverá encaminhar relatório das atividades desenvolvidas referente ao período em que esteve na Unidade Concedente.

CAPÍTULO III COORDENAÇÃO

Art. 28º Quanto ao Estágio Não Obrigatório, cabe ao Coordenador de Estágio:

- I** – Designar professor(a) Orientador(a) ao estudante;
- II** – Informar ao Orientador(a) e ao estagiário(a) sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para o Estágio Não Obrigatório;
- III** – Encaminhar o(a) estagiário(a) ao Setor de Estágio do Campus para a elaboração da documentação referente ao Estágio Não Obrigatório;
- IV** – Socializar informações sobre acompanhamento e desenvolvimento das atividades de Estágio junto à coordenação do Curso de Pedagogia e órgãos públicos responsáveis pelas Unidades Concedentes;
- V** – Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável ao Estágio Não Obrigatório;
- VI** – Reunir-se periodicamente com orientadores(as) e supervisores(as) para organização e acompanhamento das atividades de estágio;
- VII** – Garantir um processo de avaliação continuada da atividade de Estágio, envolvendo estagiários(as), orientadores(as), docentes do curso de Pedagogia, supervisores(as) e/ou representantes dos campos de Estágio.

CAPÍTULO IV ORIENTAÇÃO

Art. 29º A Orientação dos Estágios Não Obrigatórios do Curso de Pedagogia será desenvolvida por meio da modalidade indireta, em conformidade à Resolução nº. 010/2015-CEPE/Unespar.

Art. 30º Cabe ao Orientador de Estágio Não Obrigatório:

- I** – Proceder a visita ao local de Estágio, quando necessária, sem prévio aviso;
- II** – Exigir do(a) estagiário(a) a apresentação a cada seis meses do relatório das atividades realizadas na Unidade Concedente;



III – Zelar pelo cumprimento do plano de Estágio Não Obrigatório.

CAPÍTULO V

SUPERVISÃO

Art. 31º Cabe ao Supervisor da Unidade Concedente do Estágio Não Obrigatório:

- I** – Receber o(a) estagiário(a) e informá-lo sobre as normas do ambiente de Estágio;
- II** – Acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo estagiário;
- III** – Avaliar o rendimento do(a) estagiário(a) durante a realização do Estágio;
- IV** – Comunicar ao Orientador qualquer irregularidade no Estágio, para as providências cabíveis.

CAPÍTULO VI

DO ESTAGIÁRIO

Art. 32º Cabe ao estagiário:

- I** – Executar o plano de Estágio Não Obrigatório acordado entre a Unespar e a Unidade Concedente;
- II** – Apresentar relatório semestral das atividades desenvolvidas na Unidade Concedente;
- III** – Manter uma postura ética nas relações interpessoais, vestuário, uso de celular, vocabulário, atitudes e utilização dos espaços, imagens e recursos da Unidade Concedente;
- IV** – Executar as atividades de Estágio Não Obrigatório na Unidade Concedente, respeitando suas normas e sua organização administrativa e pedagógica.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Colegiado do Curso de Pedagogia, ouvido o Coordenador do Estágio.

ANEXO II

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PEDAGOGIA DA UNESPAR/CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), parte integrante da formação do pedagogo, é um componente curricular obrigatório na matriz curricular do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)/Campus de Campo Mourão, requisito para a colação de grau.

Art. 2º O TCC consiste em produção individual do acadêmico, sistematizado em artigo científico. Seu



tema deverá se vincular com a área da educação e suas relações com áreas afins e da pedagogia e contribuir para a ampliação da capacidade de pesquisa científica, educacional, análises teórico-metodológicas e intervenções didático-pedagógicas.

§ 1º O TCC deverá ser elaborado individualmente ao nível de iniciação científica em consonância com os conhecimentos constituídos pelo acadêmico no decorrer do curso de Pedagogia, em conformidade com a seguinte composição: resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

§ 2º Quando possível, a depender dos professores com distribuição de carga horária para orientar TCC e das vagas ofertadas por professor orientador, a pesquisa poderá ser desenvolvida a partir do pré-projeto de pesquisa elaborado como trabalho final da disciplina de Pesquisa em Educação II, composto pelas seguintes partes: capa, folha de rosto, tema, delimitação do tema, problematização, objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências.

§ 3º Será aceita a entrega de produção didático-pedagógica, decorrente dos estágios, da prática como componente curricular e/ou da curricularização da extensão, desde que acompanhada de artigo científico.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da elaboração do TCC:

I - Abordar temas ou linhas de pesquisa de interesse da área da educação e suas relações com áreas afins e da pedagogia;

II - Vincular as pesquisas aos temas e áreas do conhecimento dos integrantes da carreira docente, lotados no Colegiado de Pedagogia da UNESPAR/*Campus* de Campo Mourão;

III - Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de pesquisa educacional, crítica e reflexiva do acadêmico, ao nível de iniciação científica, articulado ao seu processo formativo durante o curso de Pedagogia.

IV - Gerar artigo segundo as normas de apresentação do TCC.

Parágrafo Único: Aos acadêmicos matriculados na disciplina de TCC, que desenvolveram ou desenvolvem Iniciação Científica (IC) bem como os que estão matriculados ou cursaram as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado com a elaboração de trabalho final, é permitido dar continuidade às pesquisas realizadas na IC e no Estágio, vetada a entrega do mesmo texto resultante dessas atividades.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO DO TCC



Art. 4º A Coordenação de TCC será exercida pelo professor que irá ministrar o componente curricular TCC.

Parágrafo Único. O coordenador de TCC será o professor da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, para qual será atribuída uma carga horária de ensino de 30 h/r no 7º semestre e de 120 h/r no 8º semestre. O professor das disciplinas deverá ser, preferencialmente, efetivo do curso de Pedagogia.

Art. 5º À Coordenação de TCC compete:

I - Elaborar e divulgar anualmente, o calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o edital das defesas com, no mínimo, 7 dias de antecedência e providenciar e disponibilizar os seguintes documentos:

- a) Ficha de frequência da orientação;
- b) Roteiro do Projeto de Pesquisa;
- c) Roteiro do Artigo;
- d) Termo de Compromisso;
- e) Termo de Substituição de orientação;
- f) Termo de Desligamento da disciplina de TCC;
- g) Ficha de avaliação das Bancas.

II - Providenciar a assinatura do Termo de Compromisso de Orientação de TCC por parte do discente e do docente no início do 7º semestre;

III - Convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e acadêmicos matriculados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso;

IV - Manter atualizado o livro de atas das defesas;

V - Disponibilizar, os resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) para consulta, no sítio eletrônico do curso de Pedagogia da Unespar/*Campus* de Campo Mourão;

VI - Homologar as bancas examinadoras dos TCCs, informando à Coordenação do Curso;

VII - Divulgar a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinadas às suas defesas;

VIII - Definir formulários e instrumentos complementares que auxiliem o controle sobre o desenvolvimento dos trabalhos;

IX - Manter um cadastro atualizado das linhas de pesquisas e das temáticas ofertadas pelos orientadores do Colegiado de Pedagogia;

X - Organizar a semana de apresentação dos TCCs (Seminário de TCC do Curso de Pedagogia/Curricularização da extensão);

XI - Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.



Art. 6º O acompanhamento dos acadêmicos no TCC será efetuado por um Professor Orientador, observando-se a distribuição de atividades docentes e a vinculação entre a área de conhecimento na qual será desenvolvida a pesquisa e a área de atuação do Professor Orientador do TCC.

I - O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente do colegiado de Pedagogia da Unespar/*Campus* de Campo Mourão em que o aluno está matriculado, poderá existir co-orientador.

II - O coorientador terá por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, sendo docente do ensino superior com conhecimento aprofundado e reconhecido na temática de pesquisa.

III - A coorientação deve ser aprovada pelo professor orientador e pela coordenação de TCC. A coorientação não implica em carga horária, vínculo empregatício e ônus de quaisquer naturezas para a Universidade.

IV - Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa(s) e entregue ao Coordenador de TCC, até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a Banca Examinadora.

Parágrafo Único. Caberá ao Coordenador de TCC analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

V - A substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do professor substituído.

Parágrafo Único: É da competência da Coordenação de TCC a solução de casos especiais, podendo, entender se necessário, o encaminhamento para análise do Colegiado de Curso.

Art. 7º Na escolha do professor orientador, o acadêmico considerará, sempre que possível, a distribuição de acordo com a disponibilidade de vagas por orientador.

Art. 8º Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) acadêmico(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases até a defesa e entrega da versão final do artigo científico.

II - Atender seus estudantes orientandos, em horário previamente fixado;

III - Realizar reuniões periódicas de orientação e emitir ficha de frequência dos acadêmicos a ser entregue ao Coordenador de TCC;

IV - Participar das reuniões com o Coordenador do TCC e/ou coordenador de curso sempre que solicitado.

V - Encaminhar o projeto, quando necessário, ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, de acordo com a Resolução CNS n.º 196, de 10 de outubro de 1996.

VI - Decidir juntamente com o seu orientando a composição da banca examinadora do TCC;

VII - Efetuar o convite à banca examinadora;

VIII - Formalizar a composição da banca examinadora junto à coordenação do TCC para sua homologação e divulgação;

IX - Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, as atas finais das sessões de defesa;



X- Compete ao orientador, em conjunto com o Coordenador de TCC, avaliar a necessidade de desligamento do acadêmico caso este não cumpra as etapas, o cronograma ou os critérios estabelecidos para o TCC;

XI – Acompanhar, junto a coordenação de TCC, os orientandos no Seminário de TCC/curricularização da extensão;

Art. 9º A responsabilidade pela elaboração do artigo é integralmente do estudante, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo Único. No caso do não cumprimento, por parte do orientando, do disposto no Art. 12 deste regulamento o orientador deverá comunicar, por escrito, o coordenador de TCC, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES DO ACADÊMICO

Art. 10 Considera-se acadêmico em fase de realização do TCC, aquele regularmente matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, pertencente ao currículo do Curso de Graduação em Pedagogia.

Art. 11 Compete ao acadêmico matriculado na disciplina de TCC:

- I** - Desenvolver suas atividades, de acordo com o seu plano de trabalho;
- II** - Cumprir os compromissos semanais estabelecidos pelo professor orientador, dando o devido andamento ao trabalho e apresentando os resultados obtidos;
- III** - Comunicar ao respectivo coordenador de TCC os problemas que venham a ocorrer;
- IV** - Apresentar as documentações e atividades requeridas pelo orientador e coordenação de TCC, conforme estabelecido neste regulamento e em conformidade com os prazos estabelecidos anualmente pelo coordenador de TCC;
- V** - Frequentar as reuniões convocadas pela Coordenação de TCC e/ou pelo seu orientador;
- VI** - Elaborar a versão final de seu TCC, de acordo com o presente Regulamento e as instruções de seu orientador e da Coordenação de TCC;
- VII** - Entregar ao orientador de TCC, com pelo menos 15 dias de antecedência à data da defesa, 3 (três) cópias impressas e/ou digital do TCC devidamente assinadas pelo orientador;
- VIII** - Comparecer em dia, hora e local determinados em edital para apresentar e defender o TCC;
- IX** - Participar integral e obrigatoriamente (60 h/r) do Seminário de TCC/curricularização da extensão;

Parágrafo Único: A não entrega dos documentos e do TCC nos prazos estabelecidos em edital, implicará em nota zero para a atividade em questão, ressalvados os casos previstos em lei e no Regimento Geral da UNESPAR.

Art. 12 A matrícula na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso atribui ao estudante



compromisso de escrever e defender seu trabalho acadêmico, conforme calendário estabelecido anualmente pela Coordenação de TCC, tendo por base o calendário acadêmico da UNESPAR/*Campus* de Campo Mourão.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 13 A avaliação do componente curricular será realizada, obrigatoriamente, mediante o cumprimento, por cada acadêmico, dos seguintes critérios de avaliação constantes no Plano de Ensino: a entrega do projeto de pesquisa ao coordenador do TCC; entrega dos exemplares da pesquisa a ser defendida ao orientador de TCC; apresentação e defesa do trabalho final perante uma banca pública no Seminário de TCC/curricularização da extensão e, entrega da versão final do trabalho defendido, via e-mail, para a Coordenação de TCC, seguindo os prazos estipulados e previamente divulgados em cronograma próprio, para cada ano letivo.

§ 1º É de responsabilidade do acadêmico entregar cópia impressa da ficha de frequência, assinada por orientando e orientador, de forma a comprovar no mínimo 75% de presença nas orientações;

§ 2º Todos os documentos referentes ao TCC devem estar em conformidade com as normas da ABNT vigentes durante o período letivo;

§ 3º Todos os documentos deverão ser entregues e protocolizados ao Coordenador de TCC dentro do prazo estabelecido em cronograma próprio;

§ 4º As defesas dos TCCs são de caráter público e ocorrerão no Seminário de TCC na semana destinada para esta finalidade e organizada pela coordenação de TCC.

§ 5º A nota final será obtida por meio de média aritmética a partir das notas atribuídas entre os membros da Banca Examinadora e registradas em ata de defesa pública, sendo considerada nota mínima para a aprovação a média 7,0;

§ 6º A não entrega de quaisquer documentos referentes ao TCC dentro do prazo estipulado pela coordenação implicará na reprovação do aluno no componente curricular;

§ 7º A reprovação do aluno em banca examinadora impede a reapresentação do trabalho e a realização de avaliação final, devendo o acadêmico, cursar o componente curricular novamente.

Art. 14 A Banca Examinadora de que trata o Artigo anterior será composta pelo professor orientador, presidente da banca, e por dois outros professores pesquisadores que atuem na área de interesse vinculado ao trabalho a ser defendido, com titulação mínima de especialista.

§ 1º É obrigatória a participação como membro da banca, 1 (um) professor do Colegiado de Pedagogia da UNESPAR/*Campus* de Campo Mourão.

§ 2º É permitida a participação de um membro externo ao Colegiado de Pedagogia ou de outra instituição, em conformidade com a especificidade do trabalho a ser apresentado, desde que não gere ônus para a universidade.

§ 3º A participação do membro externo poderá ocorrer de modo remoto.



§ 4º Os casos de plágios identificados pelo orientador, conforme prevê o Art. 184 do Código Penal, implicará na reprovação do acadêmico, caso não realize as alterações solicitadas pelo orientador;

§ 5º Em caso de reincidência de plágio seja ele identificado pelo orientador ou pela Banca Examinadora, o acadêmico será reprovado automaticamente.

§ 6º A avaliação da Banca Examinadora poderá emitir os seguintes conceitos:

- a) Aprovado;
- b) Aprovado com ressalvas;
- c) Reprovado;

§ 7º Em caso de aprovação com ressalvas caberá aos membros da Banca Examinadora indicar as revisões dentro do prazo previsto pelo cronograma estabelecido pela coordenação de TCC.

Art. 15 Para a avaliação do TCC, a Banca Examinadora considerará os seguintes requisitos:

- I** - Apresentação escrita do trabalho final;
- II** - Exposição em defesa pública;
- III** - Arguição.

Art. 16 O local, a data e o horário das Bancas Examinadoras de cada acadêmico serão definidos e divulgados em edital específico pelo coordenador do TCC com 7 dias de antecedência em consideração a organização do Seminário de TCC/curricularização da extensão do curso de Pedagogia.

§ 1º Cada acadêmico deverá apresentar seu TCC em sessão pública com duração de no mínimo 15 minutos e, no máximo, 20 minutos e, após, a Banca Examinadora terá até 30 minutos para arguição e 10 minutos para a avaliação.

§ 2º Cada sessão pública de defesa não poderá exceder 1 hora de realização.

§ 3º Ao término da sessão, a Banca Examinadora se reunirá para decidir sobre a avaliação do TCC, momento em que a ata será lavrada e encaminhada à coordenação de TCC para as providências cabíveis.

CAPÍTULO VII DOS ENCARGOS

Art. 17 Para efeito do cômputo de encargos didáticos semanais serão computadas as seguintes cargas horárias:

- I** – Coordenador do componente curricular TCC: 150 h/r anuais compostas por 30 h/r no 7º semestre e 120 h/r no 8º semestre;
- II** – Orientador do componente curricular TCC: uma hora semanal por orientando, no decorrer do ano letivo;

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de TCC e pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art. 19 Cabe a todos cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

ANEXO III
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE
PEDAGOGIA
CAPÍTULO I
DO GÊNERO DE ATIVIDADES



Art. 1º. As Atividades Acadêmicas Complementares consistem em atividades acadêmicas, científicas e culturais de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos discentes, previstas no art. 7º, inciso III, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, e que devem ser cumpridas no decorrer do curso, nos termos deste regulamento.

Art. 2º. Constituem-se Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Pedagogia as atividades de pesquisa, ensino e extensão especificadas no anexo A.

Art. 3º. 48 h/r das Atividades Acadêmicas Complementares comporão, obrigatoriamente, a Curricularização da Extensão. O acadêmico deve ser o executor da proposta de extensão e ter frequência e participação de 100%.

Parágrafo Único. As atividades indicadas no Anexo A estão divididas entre acadêmicas, científicas e culturais e, além das indicadas, outras podem ser acrescidas em decorrência da incorporação de outras atividades que sejam afetas ao campo educacional.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º. São objetivos das Atividades Acadêmicas Complementares:

- I** - Propiciar experiências em diferentes áreas da vida acadêmica;
- II** - Aprofundar conhecimentos em áreas específicas do conhecimento por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- III** - Estabelecer relações entre os conteúdos curriculares e a prática educativa;
- IV** - Possibilitar reflexões sobre a ação do pedagogo nos diferentes campos de atuação.

CAPÍTULO III

DA COMPROVAÇÃO

Art. 5º. A participação será comprovada mediante a apresentação de cópia do certificado ou declaração de participação emitida pela instituição responsável.

Parágrafo Único. Para as atividades culturais que não tenham emissão de certificados, o/a estudante deve entregar Relatório da Atividade conforme o Anexo B deste Regulamento.

Art. 6º. Cabe à Coordenação do Curso, divulgar ao final de cada ano letivo o relatório das Atividades Acadêmicas Complementares apresentadas no ano, bem como divulgar o calendário para o protocolo das horas no ano vigente.

CAPÍTULO IV

DA CARGA HORÁRIA



Art. 7º. O acadêmico deverá cumprir 200 horas das atividades até o final do curso como um dos requisitos para a obtenção do diploma de graduação.

§ 1º. As Atividades Acadêmicas Complementares devem ser realizadas no decorrer de toda a graduação, mas seu protocolo ocorrerá somente para os estudantes matriculados no 4º ano do curso;

§ 2º. O protocolo das Atividades Acadêmicas Complementares ocorrerá em dois momentos do ano letivo: na metade do ano letivo em vigência e deverá ser realizado, exclusivamente, pelos estudantes devidamente matriculados no 4º ano, e ao final do referido ano letivo, para os que não atingiram a carga horária mínima de 200 horas.

§ 3º. Ao estudante, somente será considerado apto a concluir as Atividades Acadêmicas Complementares, aqueles que apresentarem certificados que atendam o mínimo de 200 horas e com, no mínimo, 2 atividades de cada gênero (acadêmica, científica e cultural)

Art. 8º. A carga horária de cada uma das atividades será contabilizada de acordo com o disposto na tabela do anexo A.

§ 1º. Para os certificados e/ou declarações que não indicarem a carga horária da atividade, mas que apresentarem carga horária semanal de trabalho, a comissão de análise contabilizará o resultado da multiplicação entre a carga horária semanal e o período de vínculo do estudante na atividade. (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)

§ 2º. Para os certificados e/ou declarações que não apresentarem nenhuma carga horária caberá à comissão de análise, a definição ano a ano, da carga horária a ser considerada, para aquele tipo de atividade. (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO DE ANÁLISE

Art. 9º. O recebimento da documentação referente às Atividades Acadêmicas Complementares, bem como a análise da pertinência e contagem da carga horária de cada estudante será realizada por uma Comissão de Análise, composta por três docentes do Colegiado de Pedagogia, indicados pelo Colegiado do Curso a cada dois (2) anos. (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os comprovantes deverão ser digitalizados e enviados via SIGES.

Art. 11º. O aluno transferido de outra instituição deve apresentar, ao final do curso, as 200 horas estabelecidas neste regulamento.

Art. 12. Os recursos decorrentes da interpretação deste regulamento caberão, em primeira instância, ao colegiado e, em última instância, ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE).

Art. 13. Fazem parte deste Regulamento os Anexos A e B, da Tabela de VALORAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES e do REGISTRO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE PEDAGOGIA, respectivamente.

Art. 14. Serão avaliados pela comissão de análise das Atividades Acadêmicas Complementares, os casos omissos neste regulamento.

Art. 15. Este regulamento entra em vigência a partir da aprovação da Proposta Pedagógica do Curso (PPC).

VALORAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Atividade	Classificação	Carga horária
Participação em Monitoria Acadêmica	Atividade Acadêmica	Carga horária total do certificado
Participação em Eventos de Extensão ou Cursos (Seminários) na área de Educação	Atividade Acadêmica	Carga horária total do certificado
Participação em Projetos e Programas de Extensão (PIBIS e PIBEX)	Atividade Acadêmica	Carga horária total do certificado
Participação em Cursos de Formação Continuada de Professores	Atividade Acadêmica	Carga horária total do certificado
Participação em Projetos de Iniciação Científica (PIC, PIBIC, PITI, PIBITI) (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)	Atividade Científica	Carga horária total do certificado
Apresentação de trabalhos científicos como resultados de pesquisa orientada ou apresentação de comunicação. (Resumos, Resumos expandidos, artigos e painéis)	Atividade Científica	Carga horária total do certificado
Participação em Eventos Científicos na área da educação (que tenham em sua programação a previsão de apresentação de trabalho) Ex.: ENCPED, ENIEDUC, EDUCERE, SIPEC, Colóquio, Congresso, Seminário, Simpósio, entre outros. (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)	Atividade Científica	Carga horária total do certificado
Participação em Projetos e Programas Culturais de Extensão	Atividade Cultural	Carga horária total do certificado
Exposições de Museu (com temática afeta à educação)	Atividade Cultural	Carga horária total do certificado
Peças Teatrais (com temática afeta à educação)	Atividade Cultural	Carga horária total do certificado
Concertos e Espetáculos (com temática afeta à educação)	Atividade Cultural	Carga horária total do certificado



Participação em Programas de Iniciação a Docência e Residência Pedagógica	Atividade Acadêmica	Carga horária total do certificado
---	---------------------	------------------------------------

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – CCHE
COLEGIADO DE PEDAGOGIA – CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

Acadêmico/a			
Ano Letivo		Ano Escolar	
Turno		Ano de Ingresso no Curso	

Registro de Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Pedagogia

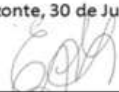
[Listar todos os certificados que serão apresentados por este registro de Atividades Acadêmicas Complementares, enumerados a partir do sistema de numeração decimal. Abaixo do nome da atividade indicar, quando possível, a carga horária de participação na atividade e, na sequência, deve-se apresentar o comprovante da referida atividade, podendo ser um certificado, declaração, ingresso, relatório e entre outros. Repetir o mesmo procedimento para todas as comprovações a serem apresentadas por este documento. Orientamos salvar por ordem cronológica dos mais antigos para os mais recentes. Excluir estas informações e exemplos após lê-las. Abaixo segue o exemplo que devem seguir]

1. Seminário Online “30 anos do ECA: Avanços e Desafios
Carga Horária: 6 horas



Certificamos que _____
participou do Seminário Online “30 anos do ECA: Avanços e Desafios”, promovido pelo
Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Social (Sedese) – Subsecretaria de Direitos humanos, com carga horária de 6 horas.

Belo Horizonte, 30 de Julho de 2020


Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social



DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

[Para inserir a imagem do comprovante, basta abri-lo e utilizar a tecla *print screen* no teclado, para copiar a imagem. Para colar a imagem, posicione o cursor no local onde quer colar a imagem e dar o comando ctrl+V. Após colar você pode configurar a imagem e recortar as bordas na Formatação de Imagem. Excluir estas informações após lê-las.]

2. Apresentação de trabalho científico no I Encontro de Gênero, Diversidade e Cultura: Memórias e Narrativas
Carga Horária: 10 horas





[Atente para que a imagem fique nítida e seja possível ver o seu nome, a atividade realizada e a carga horária da atividade. Alguns certificados podem ter informações de carga horária no verso, se for o caso, o verso do certificado precisa ser apresentado também. Excluir estas informações e exemplos após lê-las].

3-Exposição Guerra e Paz, de Portinari

Carga Horária: 3 horas



[Quando o comprovante for de alguma atividade cultural, além da declaração, ingresso ou certificado, deve ser encaminhado, neste mesmo arquivo, na sequência do comprovante, um relatório entre uma e três páginas, formatado seguindo as normas da ABNT, em que deverá constar uma síntese do conteúdo e a sua relação com o curso de Pedagogia. Excluir estas informações e exemplos após lê-las. Exemplo de estrutura de Relatório de Atividade]

RELATÓRIO DE ATIVIDADE CULTURAL

Nome do/a estudante:

Título da Atividade:

Carga Horária:

Relato de Atividade

A atividade realizada deve ser apresentada, bem como, os conteúdos aos quais interagiram durante sua realização, além de apresentar uma relação entre a atividade e o curso de Pedagogia. Pode ser um texto direto ou dividido entre introdução, desenvolvimento e considerações finais.



O relatório deverá ser escrito em espaço 1,5 e ser utilizada, no corpo do texto, letra tipo Times New Roman, tamanho 12. Os parágrafos deverão ser recuados em 1,25cm na primeira linha e o alinhamento deverá ser justificado. Caso seja necessário, pode incluir referências desde que não ultrapasse o limite de páginas (de 1 a 3) e que utilize as normas da ABNT. Este arquivo já está configurado com as normas requisitadas, basta fazer a substituição.

[Para cada novo certificado apresentado, o mesmo procedimento deve ser feito:

- a- Deve ser indicado o título da atividade realizada;
- b- Apresentar o comprovante de realização da referida atividade;
- c- Inserir um relatório de atividades quando se tratar de atividade cultural.

Após finalizar a indicação de todos os certificados a serem apresentados, salvar este documento em formato PDF, nominando com seu nome completo, e enviar para a contagem das horas no SIGES. Excluir estas informações e exemplos após lê-las].



ANEXO IV

REGULAMENTO DE ACEC DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA **AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO E CULTURA** **DA LEGISLAÇÃO E CONCEITUAÇÃO**

Art. 1º - A Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da UNESPAR dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução n.º 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei n.º 13.005/2014.

Art. 2º - As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 3º - A Curricularização da Extensão foi implantada no Curso de Pedagogia por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que será desenvolvido ao longo da formação acadêmica.

Parágrafo Único - De acordo com as legislações acima nominadas, destinou-se uma carga horária de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do curso para serem cumpridas em atividades de extensão.

Art. 4º - O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, por meio do diálogo e da reflexão sobre sua atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade.

DA ORGANIZAÇÃO DAS ACEC NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Art. 5º - De acordo com a Resolução n.º. 038/2020 – CEPE/UNESPAR, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, as quais se organizam em 5 (cinco) modalidades. No curso de Pedagogia, foi feita a opção pelas modalidades I, II e IV, a saber:

I– ACEC– disciplina direcionada ao planejamento, a elaboração e a execução de atividades de extensão universitária, com carga horária de 30h/r (trinta horas). O foco das ações direciona-se às práticas de extensão universitária por meio do desenvolvimento de atividades práticas em projetos institucionais extensionistas da UNESPAR que demarquem o protagonismo dos estudantes junto à



comunidade externa. Conforme a matriz curricular do Curso, a disciplina **Práticas de Extensão Universitária** será ofertada no 4º semestre. (Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)

II – ACEC – disciplinas obrigatórias e/ou optativas, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à participação dos discentes como integrantes da equipe executora de ações extensionistas cadastradas na UNESPAR, conforme diretrizes estabelecidas no PPC do curso de Pedagogia e de acordo com suas especificidades. O Colegiado ofertará três projetos integradores: Projeto Integrador I: **Práticas de ensino-aprendizagem e curricularização da extensão: pesquisa como ação formativa, que abarca as disciplinas de:** Pesquisa em Educação I (3º período - 1º semestre); Educação Especial e Inclusiva II; Organização do Trabalho Pedagógico; Didática II (4º período - 2º Semestre), com a carga horária de 66h/r a ser desenvolvido nos 3º e 4º períodos; Projeto Integrador II: **Formação de Professores e os Desafios da Escola que abarca as disciplinas de:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil; Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização, Fundamentos Teóricos e Metodológicos de História e Gestão Escolar, com a carga horária de 66h/r a ser desenvolvido 5º período do curso. Projeto Integrador III: **A docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental que abarca as disciplinas de** Fundamentos Teórico e Metodológicos de Ciências; Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Geografia e Educação Ambiental; Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Língua Portuguesa, Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Matemática, com a carga horária de 66h/r a ser desenvolvido no 6º período do curso. O Colegiado ofertará também o **Seminário de TCC do curso de Pedagogia**, vinculado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, com carga horária de 60h/r a ser desenvolvido no 8º semestre do curso. (Alterado pela Resolução nº 043/2024– CEPE/UNESPAR)

IV - ACEC - Relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos *Campi*. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem apenas como ouvintes. A participação na modalidade de ACEC IV será contada 48 h/r como Atividades Acadêmicas Complementares.

Art 6º - No desenvolvimento das ACEC, é importante destacar os sujeitos envolvidos e a contribuição de cada um deles na execução das propostas, a saber: o professor de disciplina que disponibilizará carga horária para a ACEC; o estudante que executará as ações de ACEC; e o Coordenador de ACEC.

Art 7º - Cabe ao professor de disciplina com carga horária para ACEC:

I – Apresentar no Plano de Ensino a Carga horária de ACEC e como será cumprida no desenvolvimento da disciplina;

II – Encaminhar ao Coordenador de ACEC a proposta de Extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento e orientação quanto aos registros;

III - Providenciar a regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no Campus acerca da atividade – projeto, curso ou evento – que será realizada, para fins de certificação dos participantes;

IV – Acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;



V – Emitir relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas.

Art. 8º - Cabe ao Estudante:

I – Verificar quais disciplinas desenvolverão as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;

II – Comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;

III – Apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos professores que orientam ACEC;

IV – Atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, disciplinadas no Projeto Pedagógico do Curso;

V – Consultar as informações do Coordenador de ACEC quanto às possibilidades de participação em Projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNESPAR, às quais podem ser contabilizadas;

VI – Apresentar ao Coordenador de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas a fim de que sejam computadas as horas em documento próprio para envio à Secretaria de Controle Acadêmico, para o devido registro em sua documentação.

Art. 9º - Compete ao Coordenador de ACEC, conforme disposto no art.11, da Resolução n.º 038/2020 – CEPE/UNESPAR:

I – Organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste regulamento;

II – Verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

III – Elaborar um registro dos programas, projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 5º deste regulamento e divulgar entre os estudantes;

IV – Articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;

V – Registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação.

DO PROCEDIMENTO PARA VALIDAÇÃO DAS ACEC

Art. 10º - Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

I – Para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência;

II – Para as ações extensionistas realizadas no âmbito da UNESPAR, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

III – Para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades.



Parágrafo único. O estudante é o responsável pelo gerenciamento de suas ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do curso de graduação, podendo solicitar ao Colegiado esclarecimentos que julgar necessários, em caso de dúvidas quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo Coordenador de ACEC, no âmbito do Curso ou da UNESPAR.

MODALIDADE DE ACEC	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINAS ENVOLVIDAS	REQUISITOS PARA APROVEITAMENTO
I – ACEC – disciplina direcionada ao planejamento, a elaboração e a execução de atividades de extensão universitária, com carga horária de 30h/r (trinta horas). O foco das ações direciona-se às práticas de extensão universitária por meio do desenvolvimento de atividades práticas em projetos institucionais extensionistas da UNESPAR que demarquem o protagonismo dos estudantes junto à comunidade externa. Conforme a matriz curricular do Curso, a disciplina Práticas de Extensão Universitária será ofertada no 4º semestre. (Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)	30h/r	Práticas de Extensão Universitária (Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)	Aprovação na disciplina com frequência igual ou superior a 75% e nota igual ou superior a 7,0. Participação na execução das atividades desenvolvidas com frequência de 100% e certificação. (Alterado pela Resolução nº 017/2024 – CEPE/UNESPAR)

II - ACEC - disciplinas obrigatórias e/ou optativas, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à participação dos discentes como integrantes da equipe executora de ações extensionistas cadastradas na UNESPAR, conforme diretrizes estabelecidas nos PPC's dos cursos e de acordo com suas especificidades.;	66h/r	Projeto Integrador I: Práticas de ensino-aprendizagem e curricularização da extensão: pesquisa como ação formativa	<p>Pesquisa em Educação I (3^o período - 1^o semestre);</p> <p>Educação Especial e Inclusiva II;</p> <p>Organização do Trabalho Pedagógico;</p> <p>Didática II (4^o período - 2^o Semestre). (Alterado pela Resolução nº 043/2024-CEPE/UNESPAR)</p>	Participação na execução das atividades desenvolvidas com frequência de 100% e certificação.
	66h/r	Projeto Integrador II: Formação de Professores e os Desafios da Escola	<p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil;</p> <p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização;</p> <p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos de História;</p> <p>Gestão Escolar</p>	Participação na execução das atividades desenvolvidas com frequência de 100% e certificação.
	66h/r	Projeto Integrador III: A docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	<p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Ciências;</p> <p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Geografia e Educação Ambiental;</p> <p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Língua Portuguesa;</p> <p>Fundamentos Teóricos e</p>	Participação na execução das atividades desenvolvidas com frequência de 100% e certificação.

			Metodológicos de Matemática	
	60h/r	Seminário de TCC	Trabalho de Conclusão de Curso II	Participação na execução das atividades desenvolvidas com frequência de 100% e certificação.
IV ACEC Participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos Campi.	48h/r		Participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos Campi.	Participação na execução das atividades desenvolvidas com frequência de 100% e certificação.

Art. 11º - O Coordenador de ACEC emitirá relatórios parciais anuais e relatório final do aproveitamento dos estudantes. Ao final do último ano será emitido relatório individual do estudante para envio à DGRAD para comprovação da conclusão das ACECs e posterior arquivamento.

Art. 12º Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento já será computado pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao Coordenador de ACEC fazer os registros na documentação do estudante, para seu controle.

Parágrafo único – Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, não será possível aproveitar a carga horária de projeto na disciplina.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º - Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 14º – Este regulamento entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2023.